Sérgio Coutinho

# A REVOLUÇÃO GRAMSCISTA NO OCIDENTE

A Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em *Cadernos do Cárcere*

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

**Sérgio Augusto de Avellar Coutinho**, falecido em 2011, foi aspirante a oficial da turma de 1954 da Academia Militar das Agulhas Negras. No prosseguimento da carreira, galgou o posto de general de brigada quando foi para a reserva. Ao longo de sua existência, consagrou-se como autoridade em chefia e liderança e em teorias políticas de captura do poder e publicou estudos, monografias, artigos e livros sobre esses assuntos. Em 1997, a Biblioteca do Exército deu a lume o esplêndido livro de sua autoria com o título de *Exercício do comando – A chefia e a liderança militares*, recebido com louvores pelos que necessitam aplicar as técnicas de condução de homens em situações de risco e tensão.

A Força Terrestre sempre contou com a sua inteligente e prestimosa colaboração em várias atividades, mormente as de cunho cultural.

# A REVOLUÇÃO GRAMSCISTA NO OCIDENTE

Sérgio Coutinho

# A REVOLUÇÃO GRAMSCISTA NO OCIDENTE

---

A Concepção Revolucionária
de Antônio Gramsci em
*Cadernos do Cárcere*

---

Biblioteca do Exército
Rio de Janeiro
2012

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO Publicação 884

Coleção General Benício Volume 488



Capa
Julia Duarte

Revisão
Ellis Pinheiro e Suzana de França

C864 Coutinho, Sérgio, 1932-2011
A revolução gramscista no ocidente: a concepção revolucionária de Antônio Gramsci em *Os Cadernos do Cárcere* / Sérgio Augusto de Avellar. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.
132 p.: il.; 23 cm. – (Biblioteca do Exército; 884. Coleção General Benício; v. 488)

ISBN 978-85-7011-490-7

1. Marxismo. 2. Socialismo. 3. Comunismo. 4. Gramsci, Antônio, 1891-1937 – Teoria política. I. Coutinho, Sérgio Augusto de Avellar. II. Título. III. Série.

CDD 320.5

Impresso no Brasil *Printed in Brazil*

# Apresentação

"A pior tirania é a que age sob o manto da legalidade e a bandeira da justiça."
– Montesquieu, in *O Espírito das Leis*

Com o colapso do comunismo na Europa, os movimentos revolucionários mundiais renovaram seu interesse pelo Terceiro Mundo. Sua vocação expansionista já os levara a tentar introduzir, sem sucesso, o comunismo no Brasil (1935). Na África, aproveitando a simpática vaga de descolonização que empolgou o continente, obtiveram algumas vitórias significativas com as chamadas "guerras de libertação nacional", logrando instalar em países importantes como Angola e Moçambique (1975) governos comunistas depois de longas e sangrentas lutas.

Contudo, os países africanos ao sul do Saara não haviam ainda absorvido por completo a civilização ocidental. Mantinham, em larga escala, sua organização tribal, sua religiosidade primitiva e suas formas próprias de produzir e comerciar. Não estavam, portanto, aptos a absorver consistentemente uma doutrina política e econômica concebida na civilizada Europa, com base em outros pressupostos.

Já os países da América Latina, que partilham historicamente valores e princípios da cultura ocidental e cuja posição geográfica os aproxima naturalmente dos Estados Unidos, estavam presumivelmente mais aptos a absorver a doutrina formulada por Marx e Engels, no século XIX, e aperfeiçoada por Lenin, no início do século XX. Tornaram-se, naturalmente, alvos de renovado interesse como campo de expansão do comunismo, de acordo com teorias revolucionárias que espalharam focos de guerrilha pelo continente (foquismo), na crença tradicional de que a tomada do poder passava necessariamente pela luta armada.

O fracasso dessas tentativas levou os líderes da esquerda ideológica mundial a buscarem outro caminho para atingir seus fins. E o encontraram na teoria de Antônio Gramsci, ideólogo comunista italiano falecido em 1937. Preso pela polícia fascista de Mussolini, passou seus anos de cadeia elaborando sua teoria segundo a qual o comunismo não pode ser instaurado pela força em países com instituições democráticas sólidas e economias desenvolvidas. O que acontecera na Rússia dos czares ocorreu em um país que não havia sequer conhecido a Revolução Industrial e onde as instituições nacionais estavam congeladas por séculos de autoritarismo.

Nas condições do mundo moderno, o método aplicável é o de instilar na opinião pública, de forma lenta e gradual, a ideia revolucionária sem jamais deixar perceber que isso esteja acontecendo. A via pacífica, a manutenção das leis, a aparência democrática, enfim, o arcabouço institucional do Estado deve ser preservado, entorpecer consciências e aliciar defensores inocentes de uma ação insuspeitada. As modificações visando à revolução marxista devem ser sutis e adotadas pacientemente, utilizando instrumentos legais e constitucionais, tais como consultas à sociedade civil organizada (sindicatos, ONGs etc.), referendos, plebiscitos e outras formas da chamada "democracia direta", bem como programas de caráter político, mas apresentados como de índole social, popular e de defesa dos direitos humanos (Programa Nacional de Direitos Humanos).

O livro que a Biblioteca do Exército ora entrega aos seus leitores é uma esplêndida síntese interpretativa do que Gramsci expõe na sua obra *Cadernos do Cárcere*, reconhecidamente de leitura difícil. Como é sabido, Gramsci escreveu em cadernos penosamente obtidos dos seus carcereiros tudo o que lhe ocorria nas horas vazias da sua solidão, desde pensamentos triviais e irrelevantes até uma intrincada doutrina revolucionária para a captura pacífica do poder. É desse emaranhado de conceitos e teorias que o autor pinça a estratégia gramscista e as duas fases em que ela se desenvolve: a da hegemonia e da ocupação.

A hegemonia consiste em criar uma mentalidade uniforme sobre todas as questões de forma a anestesiar o senso crítico e a uniformizar o senso comum (donde a importância em controlar a imprensa e forta-

lecer a propaganda). É a hegemonia que leva as pessoas a aceitarem o que lhes dizem sem contestação; a tolerar sem se escandalizar crimes de invasão, destruição e ocupação de propriedades; a admitir como prática aceitável movimentos políticos que se escondem sob objetivos ditos "sociais"; que tais movimentos sem existência legal recebam verbas públicas por interpostas organizações; que não percebam em chavões do tipo "justiça social", "direitos humanos", "cidadania" e outros semelhantes ecos da velha luta de classes proposta por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848. A democracia, despida do seu sentido original, passa a ser um bem universal para nele acomodar regimes como os dos irmãos Castro, de Chaves e de outros sem compromisso com a liberdade individual, o direito de propriedade, a divisão e harmonia dos poderes, a pluralidade partidária, a representatividade, a rotatividade dos eleitos e o respeito ao estado de direito.

A outra componente da estratégia de Gramsci é a ocupação dos espaços. É preciso nomear pessoas alinhadas com a ideologia para todos os postos capazes de promover a perda do senso crítico e o estabelecimento da hegemonia. É o aparelhamento do Estado, fenômeno perfeitamente visível no Brasil, onde foram criados cargos ministeriais para beneficiar políticos aliados (alguns derrotados em pleitos eleitorais) sem uma séria ponderação sobre sua real necessidade para a administração pública. Essa prática alastra-se pelas empresas estatais, fundos de pensão e outros órgãos da administração e gera a falsa necessidade de novos cargos, generosamente criados aos milhares, ditos "em comissão", para contentar correntes políticas alinhadas ideológica ou "fisiologicamente" com o governo.

A todos, os votos de agradável e proveitosa leitura!

Nilson Vieira Ferreira de Mello
Membro do Conselho Editorial
da Biblioteca do Exército

# Uma pequena fábula*

Certo dia, um grande incêndio irrompeu na floresta e o fogo se alastrou com rapidez.

A bicharada, apavorada e em desabalada carreira, fugia das chamas em busca de um refúgio.

O sabiá, porém, desesperado pela iminência da destruição do seu ninho, voava repetidas vezes até o rio onde enchia o bico de água e retornava para deixar cair as poucas gotas sobre as labaredas, com risco de chamuscar.

O macaco, vendo aquele esforço em vão, perguntou ao sabiá com certa ironia:

– Sabiá, você acha que assim vai apagar o incêndio?

E o sabiá respondeu:

– Realmente não sei, mas estou certo de estar fazendo a minha parte.

---

* O autor dessa pequena fábula me ficou desconhecido; não consegui identificá-lo. A história, ouvi-a citada na televisão.

# Índice Sinóptico

Prólogo

# Antônio Gramsci e o Gramscismo

Antônio Gramsci (1891-1937),* marxista e intelectual italiano, foi na sua mocidade socialista revolucionário e membro do Partido Socialista Italiano, no seio do qual fez sua iniciação ideológica. Ingressando no movimento, desde cedo demonstrou especial vocação para a militância intelectual.

Tornou-se de imediato simpatizante da revolução bolchevista de 1917. Em dezembro de 1920, participou do congresso que constituiu a fração comunista do Partido Socialista Italiano, e, já em janeiro de 1921, os delegados dessa facção decidiram fundar o Partido Comunista Italiano, Seção Italiana da Internacional Comunista (III Internacional). Gramsci, um dos fundadores, fez parte do Comitê Central do então recém-criado partido.

Em outubro de 1922, os fascistas chegaram ao poder. Mussolini foi nomeado chefe do Gabinete; consequência da "Marcha sobre Roma", e o PCI entrou efetivamente na ilegalidade, ocorrendo a prisão de vários dirigentes do partido; Gramsci encontrava-se em Moscou, escapando de ser detido.

Nos anos de 1923 a 1926, apesar das condições adversas na Itália, Gramsci desenvolveu intensa atividade política no país e na Europa até quando, em novembro de 1926, os fascistas endureceram o regime a pretexto de um alegado atentado contra a vida de Mussolini. Na execução de "Medidas Excepcionais", Gramsci foi preso e processado, do que resultou em sua condenação a mais de 20 anos de reclusão pelo Tribunal Especial para a Defesa do Estado (junho de 1928).

---

* Os dados biográficos de Antônio Gramsci foram tirados de Carlos Nelson Coutinho, em *Antônio Gramsci – Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

Apesar do rigor da Casa Penal de Túri, para onde finalmente fora mandado para cumprimento da pena, o prisioneiro conseguiu cela individual (tendo em vista a sua frágil saúde) e recebeu permissão para escrever e fazer leitura regularmente.

A partir dos primeiros meses de 1929, Gramsci começou a redigir suas primeiras notas e apontamentos que vieram a encher, no transcorrer de seis anos, 33 cadernos do tipo escolar. Escreveu até 1935, enquanto sua saúde o permitiu.

Não se tratava de um diário, mas anotações que abrangiam os mais variados assuntos: exercícios de tradução, filosofia, sociologia, política, pedagogia, geopolítica, crítica literária e comentários de diversificados temas. O trabalho não segue um esquema prévio; ao contrário, os temas são apresentados fragmentariamente e sem sequência lógica, algumas vezes reescritos ou retomados de forma melhorada e ampliada. Apesar da diversidade das notas, Gramsci guardou grande coerência e manifestou certeza já amadurecida nos seus pontos de vista e conceitos.

O tema mais importante, aliás, conteúdo central da matéria contida nos *Cadernos do Cárcere*, é o pensamento político do autor que traz contribuições inéditas e atualizadas ao marxismo e uma concepção pertinente da estratégia de tomada do poder ("transição para o socialismo"). Uma concepção melhor aplicável às sociedades "ocidentais" (países capitalistas, liberal-democratas adiantados) do que a estratégia marxista-leninista vitoriosa na revolução bolchevista da Rússia, país de sociedade do tipo "oriental", com inexpressiva "sociedade civil". Na época, a Revolução Russa transformara-se no modelo clássico, dogmático, para a Internacional Comunista.

Essa concepção e estratégia desenvolvidas essencialmente nos *Cadernos* é o que podemos chamar *Gramscismo* ou, mais abrangentemente, *Marxismo-Gramscismo*.*

A redação dos cadernos foi interrompida em 1935, quando o precário estado de saúde de Gramsci agravou-se, resultando em sua transferência para clínicas médicas onde pôde tratar-se em liberdade

---

* O Gramscismo ideológico e intelectual posto no mundo, particularmente depois do colapso do comunismo soviético em 1991, poderia ser tomado como uma "internacional" (a "V Internacional"). Falta-lhe apenas um "centro" ou "birô" irradiador e, para o formalismo marxista, o congresso de fundação.

condicional. Em abril de 1937, já em fase final de vida, foi-lhe concedida a plena liberdade, recurso de que se vale o regime fascista para que o líder comunista não viesse a morrer na prisão, tornando-se um mártir. Dois dias depois, efetivamente, faleceu Antônio Gramsci, deixando inestimável herança político-cultural para o movimento comunista internacional, contida em seus *Cadernos do Cárcere*.

Cumprindo a vontade de Gramsci, Tatiana Schucht, sua cunhada e destinatária de sua correspondência no período de prisão, remeteu os *Cadernos* para Moscou, onde chegaram às mãos de Palmiro Togliati, líder comunista italiano e camarada do autor.

O dirigente italiano examinou detalhadamente o material gramsciano e identificou certas originalidades discordantes do marxismo-leninismo (e do próprio marxismo), na época assumido como dogma da Internacional Comunista soviética. Mesmo assim, ficaram reconhecidos o seu valor teórico e conveniência de sua publicação. Contudo, somente depois do término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Togliati pôde retomar o projeto de publicação temática. Foram finalmente publicados em seis volumes, saídos em sequência entre 1948 e 1950 ("edição temática", de Togliati), colocando o pensamento de Gramsci à disposição da intelectualidade mundial.

Em 1962, nova edição foi projetada pelo Instituto Gramsci, cuja preparação foi dada a Valentino Garratama. Em 1975, o trabalho estava pronto, publicado em quatro volumes. Agora os trechos foram organizados em sucessão cronológica ("edição crítica" de Garratama).

No Brasil, as primeiras iniciativas para a publicação de uma tradução dos *Cadernos do Cárcere* ocorreram em 1962, mas só em 1966 e 1968 foram publicados quatro volumes dos seis da edição temática italiana. Reeditados no final da década de 1970, foi essa publicação que introduziu Gramsci à intelectualidade do país, "uma contribuição muito importante para a formação de um novo espírito revolucionário da esquerda brasileira".*

Gramsci redigiu seus cadernos desenvolvendo os assuntos à medida que vinham à consideração, o que explica a forma fragmentária e sem ordenação dos temas. Frequentemente, tratava certos aspectos sob aparente forma teórica, generalizando comentários e opiniões que

* SILVEIRA, Enio, 1964 apud COUTINHO, Carlos Nelson, 1999.

efetivamente se referiam a conceitos específicos, os quais queria fazer didáticos e doutrinários.

Além disso, o autor usou largamente expressões "criptográficas", ambiguidades, eufemismos e metáforas que deixam, muitas vezes, difícil a tarefa de entendê-lo. Foi um recurso usado para se furtar à censura carcerária, mas também um deliberado estilo "hermético" que apenas insinua o real significado do pensamento, transformando-se enigmático para o leitor leigo e para o sensor adverso; intencional contrainteligência e desinformação. Só os iniciados e os guiados pelos entendidos conseguem perceber todo o alcance e profundidade do pensamento do autor e o real sentido e compreensão das suas teses ideológicas. Aliás, os textos de Gramsci não se destinam aos leigos, porém a ele mesmo como exercício solitário e à elite intelectual orgânica como lição política.

Por outro lado, os comentadores e intérpretes da obra gramsciana geralmente se restringem à discussão de seus fundamentos e conceitos político-ideológicos, isto é, das suas "categorias" – sociedade civil, hegemonia, consenso, aparelhos voluntários, Estado ético, homem coletivo, vontade coletiva, sociedade regulada etc. Esses autores não vão além desse conteúdo conceitual, embora o enriquecem com uma linguagem mais atualizada e mais atraente, incluindo termos e expressões hoje já bastante divulgados, como, por exemplo, "transição pacífica para o socialismo", "via democrático-consensual", "socialismo democrático", "pluralismo socialista", "intelectual coletivo", "Estado Ampliado", "democracia radical", "emancipação das classes subalternas" etc. Não revelam com maior clareza descritiva a atuação e a prática revolucionária que Gramsci propõe e que passa necessariamente pela crise orgânica (institucional), pela "ruptura", pela tomada do poder, pela destruição do Estado burguês e fundação do "Estado Classe" (totalitário, "estatolatria") e pela implantação da nova ordem socialista marxista. Assim, o conhecimento da concepção revolucionária gramsciana fica incompleta para as pessoas comuns.

O objetivo deste livro é exatamente tentar "traduzir" Gramsci, ou melhor, decodificar Gramsci; fazer uma "exegese" do conteúdo revolucionário contido no pensamento político exposto nos *Cadernos do Cárcere*. Portanto, não pretende ser uma obra crítica, mas um livro didático.

A pretensão é extremamente ambiciosa, mas está bem delimitada: sistematizar e descrever com a clareza possível a *estratégia gramsciana de transição para o socialismo*. Entender a sua concepção revolucionária de tomada do poder.

Para isso, preliminarmente foi feito um extrato seletivo do texto original, do volumoso e diversificado conteúdo da obra, retirando apenas os trechos pertinentes à sua concepção revolucionária para mostrá-la de modo mais nítido e de mais fácil compreensão. Apesar dessa boa intenção, advertimos que a leitura de Gramsci não é muito fácil. Sua concepção revolucionária, embora lógica, completa e objetiva, é muito complexa, exigindo algum esforço para ser bem entendida. Mesmo assim, julgamos que a exploração paciente deste livro será gratificante pela revelação que pretende fazer: a estratégia gramscista de transição para o socialismo não é uma teoria idealista, todavia um processo revolucionário objetivo e eficaz em todas as suas premissas e decorrências.*

Uma informação preliminar necessária:

Na redação deste livro fizemos uma pequena diferença nas acepções dos adjetivos gramscista e gramsciano, dando-lhes significados particulares:

> *Gramscista* – adjetivo relativo ou próprio do gramsciano (doutrina revolucionária de Gramsci). Por exemplo: revolução gramscista, estratégia gramscista e partido político gramscista. Possui correspondência com os termos marxista, stalinista, trotskista etc.
>
> *Gramsciano* – adjetivo relativo ou pertencente a Antônio Gramsci. Por exemplo: pensamento gramsciano e obra gramsciana.

* As indicações com números entre colchetes – [1], [2], [3] etc – remetem o leitor aos trechos selecionados nos *Cadernos do Cárcere* indicados pelo volume e página da obra *Antônio Gramsci – Cadernos do Cárcere*, tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho com outros, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. Ver Notas de Referências no final do livro.[1]

PARTE UM

# O GRAMSCISMO

Capítulo I

# Superação – Conservação do Marxismo-Leninismo

Gramsci foi um convicto marxista; todo o seu pensamento político está fundado nisso: construção de uma nova ordem política, econômica e social, a *sociedade comunista*, a que ele denominou de "sociedade regulada". Em que pesem as ideias inovadoras que propõe, Gramsci permanece sempre ligado, intelectual e ideologicamente, ao marxismo-leninismo; não é um dissidente nem um "herético", mas um inovador.[2]

No momento em que constatou o fato histórico o qual a estratégia marxista-leninista de tomada do poder, recém-vitoriosa na Rússia, não teve êxito nos países europeus (entre 1921 e 1923, na Alemanha, Polônia, Hungria, Estônia e Bulgária), de economia capitalista moderna e de sociedade democrática avançada, passou a considerar outro modelo revolucionário. Fez assim a distinção entre sociedade "oriental" e sociedade "ocidental", compreendendo que a "transição para o socialismo" deveria ter concepções diferentes em uma e em outra condição político-social.[3]

Essa constatação o levou a desenvolver alguns conceitos diferentes daqueles de Lenin e até mesmo de Marx e que, de certa forma, os aperfeiçoam ou atualizam.

De acordo com os intérpretes e comentadores do pensamento político de Gramsci, esses pontos diferentes não constituem propriamente divergências ideológicas, mas contribuições para o desenvolvimento do marxismo ("filosofia da práxis") ou, em uma

linguagem dialética, "superação-conservação" do pensamento de Marx e de Lenin.*

Dos conceitos gramscianos ("categorias") que iriam servir de plataforma para o desenvolvimento da estratégia de tomada do poder apropriada aos países "ocidentais", o de Sociedade Civil é o fundamento central e de significado ideológico original.

Por isso, procuraremos, desde logo, entendê-lo. Algumas outras categorias, também inéditas e muito apropriadas à concepção estratégica de Gramsci, serão comentadas também logo a seguir; outras serão tratadas à medida que se tornarem pertinentes e oportunas no desenvolvimento da matéria nos capítulos seguintes.

## Sociedade Civil e Hegemonia

*Sociedade civil* é uma expressão usada por Gramsci com significado especificamente ligado à sua concepção de *transição para o socialismo* nos países do "Ocidente". Assim, o entendimento gramsciano de sociedade civil não deve ser confundido com a concepção jurídica comum de associação ou entidade que não tem por objeto atos de comércio (entidades como clubes, sindicatos, fundações etc). Podemos arriscar uma definição abrangente:[4]

> Sociedade Civil – Espaço social público (não estatal) no âmbito do qual as pessoas desenvolvem sua iniciativa, adquirem os elementos próprios de identidade coletiva (consciência de classe) e se organizam em aparelhos voluntários privados, por meios dos quais, como grupo social dirigente, exercem a hegemonia.

O grupo social que exerce hegemonia no âmbito da sociedade civil (classe dirigente) pode ser a burguesia dominante na fase histórica "econômico-corporativa" do país (para Marx, sociedade burguesa), ou as classes subalternas que se tornaram sujeitos ativos e organizados e que conquistaram a hegemonia sobre a inteira sociedade, subtraindo-se da influência da burguesia.

---

* Filosofia da Práxis – Expressão gramsciana para o marxismo não entendido como mecanicista-fascista, mas compreendendo que a história é tocada pela vontade "subjetiva" e pelo protagonismo de "sujeitos ativos". O termo "práxis" (do grego, "ação") significa no marxismo o conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e das atividades de produção. Também indica, segundo Gramsci, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica, bem como a relação entre a sociedade civil e a sociedade política.

A sociedade civil é o lugar onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções, a formar *consenso* e a lutar por um projeto hegemônico mais avançado (da sociedade como um todo em relação ao Estado), que poderá levá-las à gestão popular do poder e a inventar os termos de uma nova sociedade. Por isso, a sociedade civil é a arena mesma da luta de classes.

O quadro adiante apresenta uma comparação sintética e parcial do conceito gramsciano de sociedade civil com o conceito liberal-democrata de sociedade nacional (sociedade burguesa).

| SOCIEDADE CIVIL | SOCIEDADE NACIONAL |
|---|---|
| Espaço não estatal, onde se desenvolvem as livres iniciativas dos cidadãos e onde um ou mais grupos sociais se organizam voluntariamente em aparelhos privados de hegemonia política e cultural, desenvolvendo elementos próprios de identidade coletiva. | Ambiente social que abrange a totalidade dos cidadãos (nação) que vive no mesmo país em mútua dependência, relacionando-se harmoniosamente e desenvolvendo sentimentos e interesses comuns. |
| Lugar do exercício da hegemonia política em que as classes ativas e organizadas são chamadas a:<br>Desenvolver as convicções e formar o consenso;<br>• Lutar pela hegemonia da sociedade civil sobre o Estado;<br>• Inventar os termos de uma nova sociedade.<br>A Sociedade Civil é a arena *da luta de classes*. | Lugar do exercício da soberania popular em que todos os cidadãos são igualmente dotados das prerrogativas naturais cuja garantia é atribuída ao Estado:<br>• Liberdade;<br>• Dignidade;<br>• Individualidade.<br>A Sociedade Nacional e o *âmbito da paz social*. |
| Bases da hegemonia da sociedade civil e da gestão popular do poder:<br>• Aparelhos privados de hegemonia política e cultural;<br>• Direção política; | Bases da igualdade de soberania popular e de representação no Poder:<br>• Educação para todos;<br>• Voto universal;<br>• Solidariedade social. |

Os aparelhos privados portadores de materiais da hegemonia são os organismos sociais coletivos voluntários, relativamente autônomos ante a sociedade política (Estado), como, por exemplo, clubes, sindicatos, corporações, partidos, igrejas, órgãos de comunicação de massa, editoras, expressões artísticas, movimentos populares etc.

A sociedade burguesa não será superada, mas destruída e substituída, na transição para o socialismo, por uma nova sociedade, igualitária e "consensual" ("socialismo democrático").

*Hegemonia*, supremacia intelectual e moral, é outro conceito gramsciano, cujo significado não só está ligado, mas até mesmo está contido no conceito de sociedade civil.

No entendimento comum, hegemonia significa preponderância ou superioridade influente, direção. Para Gramsci, corresponde a um conceito particular que pode ser assim resumido:

> *Hegemonia* – Condição ou capacidade de influência e de direção política e cultural que, por intermédio de organismos sociais voluntários (aparelhos privados de hegemonia), um grupo social exerce sobre a sociedade civil, que esta exerce sobre a sociedade política (Estado) e que o partido da classe exerce sobre todo o processo revolucionário, sobre a Sociedade Civil e sobre a Sociedade Política.

A hegemonia é praticada em três esferas diferentes, como estão assim definidas, e geralmente de forma simultânea, embora em graus diferentes em cada etapa da luta pela hegemonia. De início, a de um grupo social sobre a inteira sociedade civil, disputando-a com o grupo dominante. Depois, a da sociedade civil, "já conquistada", sobre a sociedade política, influindo sobre ela pela direção política cultural. Por fim, a do partido sobre todo o processo revolucionário, inclusive sobre outros partidos e organizações políticas e aparelhos privados de hegemonia.

Os portadores materiais da hegemonia, como já mencionado, são os aparelhos privados na sociedade civil.

O exercício da hegemonia pelo grupo social tem por finalidade fundamental obter o consenso e a direção política e cultural.

A hegemonia pressupõe a superação do espírito corporativo (egoístico-econômico) das classes subalternas e a formação da consciência de fazer parte de um grupo social envolvido em um processo de transformação.

Cabe aqui fazer uma breve e antecipada distinção entre *grupo dominante* (ou classe dominante) e *grupo dirigente* (ou classe dirigente). Classe dominante é aquela que detém o poder, exercendo o domínio e a coerção por intermédio da sociedade política (o Estado). O grupo dirigente (ou grupo hegemônico) é aquele que tem a hegemonia, ou seja, a capacidade de influir e de orientar a ação política, sem uso da coerção.

A classe dirigente tanto pode ser a burguesia opressora (fase econômico-corporativa das sociedades) ou pode ser a classe subalterna que se tenha tornado hegemônica.

Em resumo:

As classes, como *grupo dirigente*, exercem a hegemonia por meio da direção política e cultural e do consenso, no âmbito e por intermédio da sociedade civil; as classes, como *grupo dominante*, exercem a força do meio da dominação e da coerção, por intermédio da sociedade política (o Estado).

Somente chega a ser classe dominante o grupo social que antes se fez classe dirigente, conquistando a hegemonia e obtendo o consenso.

Na concepção comum, *consenso* pode ser entendido como conformidade, concordância, adesão, acordo com ideias e ações.

Mais uma vez tentaremos uma definição coerente com o projeto proposto por Gramsci:[6]

> *Consenso* – Conformação coletiva do grupo social (concordância e adesão ativas), espontânea e livre, com as iniciativas do Estado que as propõe como necessárias para alcançar os fins que a sociedade pretende.

O consenso é uma conformação permanente, mas que resulta de uma série de concordâncias e adesões livremente assumidas e que se repetem a cada momento do processo de transição para o socialismo.

Resumindo e trazendo esses conceitos para o plano prático da estratégia de transição para o socialismo, pode-se antecipar que o grupo social (as classes subalternas) pode e deve ser dirigente (hegemônico) mesmo antes de conquistar o governo. Aliás, tornar-se classe dirigente é condição essencial para tomada do poder na concepção de Gramsci.

Nesse ponto da discussão do conceito de sociedade civil, é oportuno um breve comentário sobre o entendimento de Gramsci do "momento" estrutural a que ela pertence, porque permite perceber o fundamento e a originalidade da sua concepção revolucionária.

Para Marx, a sociedade civil, colocada na estrutura, está identificada como base material, assim como o sistema econômico de produção. Para Gramsci, a sociedade civil não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura, com o Estado.[7]

A sociedade civil articulada à sociedade política compõe a superestrutura que se assenta sobre a estrutura econômica.

E mais, a sociedade civil é a esfera de mediação entre economia (estrutura) e o Estado (superestrutura).

A associação, ou melhor, a absorção do Estado pela sociedade civil (identidade-distinção), esta com seus aparelhos privados da hegemonia, e aquele com seus aparelhos governamentais de coerção, é o fundamento do conceito de Estado Ampliado, expressão hegemônica de sociedade civil organizada.

## Partido e Estado

O partido, o Estado e a sociedade comunista sem classes (nova concepção do mundo) são os elementos fundamentais (começo, meio e fim) do processo revolucionário marxista-gramscista.[8]

Para Gramsci, o partido possui a mesma importância instrumental e dirigente que lhe dá Lenin.* Entretanto, põe uma distinção conceitual, sutil mas essencial: o partido não é "de classe", porém "da classe". É propriamente um partido "orgânico" das classes subalternas e é o condutor do processo revolucionário, portanto "vanguarda de todo o movimento histórico progressista".

Busquemos uma definição ou conceito, por enquanto preliminar, do partido transformador, revolucionário:

> Partido – Organismo que é o centro de direção e instrumento ativo do processo revolucionário (transição para o socialismo) e que é expressão de um grupo social (classes subalternas), e somente desse grupo.

É importante insistir o partido em ser "da classe". Por isso, é "expressão" do grupo social e não representação deste.

---

* A concepção do partido comunista único, "vanguarda consciente do proletariado", é de Lenin. Também é dele a definição do caráter revolucionário profissional do militante ligado à estrutura partidária.

Reforçando essa identidade, pode-se dizer que, reciprocamente, o grupo social expressa o partido. Essa identidade tem consequências objetivas na organização do partido e na forma de sua gestão político-administrativa. Nesse particular, o partido é um aparelho o qual, internamente, funciona "democraticamente".

Quando antes mencionamos uma "definição preliminar", estávamos levando em conta o partido assumir diferentes funções e conduzir certas ações específicas nas diversas fases e etapas do longo processo de transição para o socialismo. De qualquer forma, o conceito usado para o partido das classes subalternas serve para distingui-lo dos partidos políticos em geral e dos partidos burgueses (liberais-democratas) em particular. Gramsci faz essa distinção em várias passagens de os *Cadernos*.

Por princípio e por sua razão de ser – órgão dirigente – o partido deve estar fora do Estado (governo), apenas formando e designando os dirigentes e proporcionando a direção política e cultural do processo de transição para o socialismo.

Estado pode ter a acepção de pessoa jurídica de direito internacional (nação soberana, politicamente organizada; o Estado Nacional). Contudo, não é esse conceito que se discute centralmente no gramscismo, mas aquele que se refere à organização político-administrativa abrangendo o conjunto de poderes e de organismos governamentais.

Essa acepção de Estado tem, de acordo com Gramsci, sentido estrito e corresponde ao "Estado-coerção", por ele denominado sociedade política. Esse Estado compreende as "complexas atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados".[9] Assim também é o Estado burguês.

O Estado-coerção abrange os aparelhos governamentais de coerção sob o controle da burocracia civil e militar, por meio dos quais a classe dominante exerce o domínio (comando e coerção) sobre a sociedade civil e os grupos que não "consentem, ativa ou passivamente".

Gramsci, porém, entende o Estado em sentido amplo, integral, na articulação da sociedade política com a sociedade civil. Estado com duas funções: dominação (coerção) e hegemonia (direção). Esse

Estado veio a ser, correntemente, denominado Estado Ampliado, instância a ser criada no processo de transição para o socialismo.

## Internacionalismo e Nacionalismo

O *Manifesto Comunista* de Karl Marx e de Friedich Engels, 1848, é o documento que historicamente marca o surgimento do marxismo e que estabelece dois princípios que o caracterizam:

- a unidade internacional do proletariado; em decorrência, o caráter internacionalista do movimento comunista;
- a luta de classes no plano nacional.

Gramsci, embora veja a perspectiva internacional do movimento revolucionário, concorda que o ponto de partida é nacional.[10] Em outras palavras, a transição para o socialismo se fará em cada sociedade nacional, a partir da qual se transferirá ou se irradiará para outros países. Pode-se dizer que, cada país que se "socialize", transforma-se em um "centro irradiador".

A posição de Gramsci é inquestionavelmente internacionalista, coerente com o marxismo, como se manifestou na divergência entre Trotski (revolução permanente, internacionalismo) e Stalin (revolução em um só país) que atingiu o seu clímax em 1929.*

Entretanto, guardando sua concepção de transição para o socialismo, manifestou-se também em discordância com a revolução permanente.[11]

Com relação ainda ao aspecto nacional da revolução, há outras considerações particulares que contribuíram para a concepção revolucionária gramsciana:

Marx e Engels formularam dois princípios que, no momento, nos interessam em particular:

- a emancipação dos trabalhadores não se verifica da mesma forma em todos os países;
- a precedência dos movimentos revolucionários do proletariado nos países mais desenvolvidos.

---

* A divergência entre Stalin e Trotski ocorreu no ambiente da luta pelo poder depois da morte de Lenin (1924), resultando na controvérsia ideológica e na expulsão deste do partido e da União Soviética. Surge aí o trotskismo e a IV Internacional (1938).

Lenin evoluiu esses princípios com novas teses:

- o desenvolvimento desigual do capitalismo;
- a probabilidade de vitória em países menos desenvolvidos.

Gramsci completa essa evolução das teses marxistas, fazendo a identificação das sociedades do tipo "Oriental" (de capitalismo atrasado) e das sociedades do tipo "Ocidental" (de capitalismo moderno), a partir do que desenvolveu objetivamente a estratégia de transição para o socialismo nos países de sociedade de tipo ocidental.

## Luta de Classes e Reformismo

A luta de classes, assentada na insolúvel contradição "proletariado *versus* burguesia", é o princípio básico de caráter nacional sobre a qual se desenvolve a visão revolucionária marxista.

Nessa visão, a divisão da sociedade em classes é o resultado da divisão de trabalho no processo capitalista de produção.

Assim, a sociedade dividiu-se em duas classes produtivas fundamentais: a burguesia capitalista e o proletariado moderno.

A classe burguesa tornou-se dominante e opressora; o proletariado, dominado, oprimido e explorado. Esses são os antagonistas da luta de classes, constatação essencial da revolução socialista (comunista) ou da transição para o socialismo, na linguagem gramsciana. A burguesia (classe dominante) é governante, dirigente e hegemônica na sociedade liberal-democrática por ela criada ou na ditadura oligárquica e autoritária nela estabelecida em certos momentos históricos ou como solução reacionária de uma crise orgânica.

A luta de classes desenvolve-se na sociedade civil e com ela se busca a eliminação da burguesia e Estado liberal-democrático (ou da ditadura totalitária) porque esses sistemas políticos representam a sociedade fundada na divisão de classes.[12]

Em última instância, o objetivo será o fim do Estado da própria classe na sociedade comunista.

A luta de classes para Gramsci possui dois momentos importantes:

- A conquista da hegemonia das classes subalternas sobre a inteira sociedade civil;

- A destruição ou absorção da burguesia eliminando-a como classe.

A sociedade em classes ("da pacífica e solidária divisão de trabalho"), porém só será conseguida com a modificação dos meios e instrumentos de produção porque neles estão as causas da existência das classes e da sua divisão.

A luta pela hegemonia é a visão atualizada que Gramsci tem de um momento da luta de classes. Contudo, é importante reconhecer que não se trata de um processo *reformista*, e sim de um processo transformador, revolucionário, conduzido em uma longa e original transição para o socialismo.

Por isso, Gramsci discorda tanto da proposta da social-democracia (luta de classes reivindicatória para obter reformas institucionais) quanto da revolução permanente e do marxismo-leninismo (assalto ao poder), estratégia adequada para as sociedades "orientais".

As classes em confronto, a burguesia e o proletariado, modernamente apresentam denominações de maior penetração:

A burguesia também é chamada de *classe média*, aquela que abrange as "camadas intelectuais, os profissionais liberais empregados" (pequena e média burguesia).[13] A classe média alta corresponde à burguesia capitalista e aos executivos empresariais, não empregados. A classe média é o "não povo".

Gramsci usa a expressão *classes subalternas*, uma referência mais abrangente do que classe proletária. Para ele, as classes subalternas abrangem o grupo social constituído pelos operários, pelos camponeses e pelos demais elementos marginais, carentes e periféricos da sociedade ("Proletariado Ampliado", como as denomina o conferencista José Saldanha Fábrega Loureiro, Belo Horizonte, 31 de outubro de 2011).

## Liberdade e Democracia

Um dos pontos mais obscuros e de difícil tradução do pensamento político de Gramsci é o que se refere aos conceitos de *liberdade* e de *democracia*. O assunto é delicado, pois os conceitos gramscianos não correspondem àqueles do "senso comum na sociedade civil ocidental". Não correspondem ao entendimento generalizado de liberdade como "prerrogativa *individual* de ser, agir e pensar segundo o próprio arbítrio", mas algo como a definição que se segue:

Liberdade – Estado ou condição de autonomia alcançada pelo grupo social organizado depois de sua libertação de uma força que o esmaga, representada pela estrutura que assimila o homem e o torna passivo.

Na leitura de Gramsci, o conceito de liberdade vai sendo formado aos poucos, quase sempre adjetivado ou cercado de muitos condicionamentos particulares.[14] Assim: a liberdade individual é um aspecto da liberdade coletiva, aquela do grupo social que se libertou da opressão do grupo dominante burguês. A liberdade de grupo é o "automatismo" ou racionalidade. Esta é oposição ao arbítrio individualista.

A liberdade também é aceitação voluntária, por convicção (opção livre) de certos princípios que se propõem com vista a certos fins desejados.

No grupo social, os arbítrios individuais são múltiplos, mas a parte homogênea (coletiva) prevalece. Em cada momento do processo ativo, é feita pelo indivíduo uma escolha nova e livre, de acordo com a direção dada ao conjunto de pessoas, tornando homogêneas as opções de todos, em um clima ético-político.*

A liberdade como expressão do arbítrio pessoal, especificamente a liberdade política e civil, é posta em termos restritos. Contudo, é exercida sim nas "opções livres" no âmbito da organização coletiva, em sucessivos momentos. As expressões objetivas dessa liberdade são o consenso e a vontade coletiva.

Esse conceito particular de liberdade está em oposição ao conceito comum "liberal-democrático", das sociedades ocidentais. Só pode ser entendido quando colocado em termos de adesão aos fins almejados e ao processo para alcançá-los. Sem essa relação "ética", não seria um "valor", mas uma falácia.

Etimologicamente, democracia é "governo do povo". Ora, no pensamento gramsciano, a burguesia é "não povo". Portanto, em uma dedução simplista, a democracia é o governo do proletariado, dos camponeses e dos marginais da sociedade, excluídos os burgueses. "Democracia

* Em Gramsci, os conceitos de "ética" e de "moral" têm conotação com os "fins a alcançar" (pretendidos como apreciáveis) ou com a aceitação e "espontânea e livre" do protagonista. Assim os empreendimentos, atos, ações e criações intelectuais são éticos pelos fins que a sociedade julga necessário alcançar ou pela adesão voluntária dos seus realizadores. É uma fórmula eufêmica da sentença marxista "os fins justificam os meios".

Racial" ou "Democracia de Classe" como é comumente mencionado na atual promoção política.

O pensamento de Gramsci não é tão elementar assim, embora a afirmação acima não esteja afastada da verdade.[15]

No entendimento comum nas sociedades liberais, democracia é o "sistema político que se afunda nos princípios de soberania popular e na distribuição equitativa do poder".

No pensamento político de Gramsci, o conceito de democracia pode ser assim sintetizado e antecipado:

> *Democracia* – Sistema político que se funda nos princípios de hegemonia das classes subalternas e de integração (identidade-distinção) da sociedade civil e sociedade política.

O sistema político, assim definido e projetado para a fase que se segue à tomada do poder na transição para o socialismo, não é necessariamente representativo nem propriamente participativo.

A manifestação da vontade política das massas é feita no âmbito e por meio dos organismos privados, voluntários e homogêneos de hegemonia (algo como os sovietes, mas de natureza diversificada), não como referendo, mas como expressão do consenso e da vontade coletiva. Além do mais, o partido orgânico da classe exerce também sua hegemonia na sociedade civil e na sociedade política (Estado), cumprindo sua função dirigente e educadora.

Essa concepção de "socialismo democrático" (não confundir com social-democracia) entende que não está em contradição com a concepção de Estado altamente centralizado para conduzir as transformações necessárias para a edificação do socialismo depois da tomada do poder. Embora possa ser de difícil implementação na amplitude e diversidade nacionais, a proposição democrática gramsciana é supostamente factível e, sobretudo, instrumental porque se incorpora à mobilização da vontade coletiva, dando-lhe base "ético-moral" para as transformações necessárias à chegada ao socialismo.

Gramsci não antecipa concretamente a organização do Estado e da sociedade civil nem as "regras constitutivas" que darão efetividade a esse tipo de "democracia". Fica subentendido que esta será tarefa dos dirigentes os quais farão as transformações em cada país.

Há ainda outros aspectos referentes à prática democrática que não são tratados objetivamente por Gramsci, mas presumíveis no processo revolucionário. Antes da tomada do poder, há fases do processo político de transição que se desenvolvem ainda no seio da sociedade burguesa. As iniciativas conduzidas nesses momentos exploram ou se valem das franquias do regime democrático vigente na sociedade burguesa e, por isso, assumem feições democráticas. Essa realidade em certas ações ou aparência em outras são frequentemente formas dissimuladas que induzem convenientemente a impressão geral de que o processo político tem caráter "consensual-democrático". Especialmente garante o respaldo de legalidade evitando e afastando eventuais resistências e reações da sociedade e do aparelho coercivo do Estado.

Ainda nas fases que antecedem à tomada do poder, as relações políticas do partido das classes subalternas com os outros partidos, particularmente com os de linha socialista, sugerem a aceitação do pluralismo partidário e, em especial, o "pluralismo das esquerdas", como modernamente tem sido sugerido pela intelectualidade política. Realmente, Gramsci admite as alianças dos partidos e das organizações de massa, sobretudo na luta pela hegemonia e para o enfraquecimento e neutralização das "trincheiras" da sociedade e do Estado burgueses. Admite até as alianças com partidos adversários em certas circunstâncias que contribuam para o êxito do movimento.

O quadro conceitual de um chamado "socialismo democrático", que caracteriza a visão gramsciana de transição para o socialismo, pode fazer crer em um processo "consensual-democrático", algo com feições liberais e implicações positivas nos planos individual e institucional, o que é um equívoco.

## À Guisa de Conclusão

Fato curioso, Gramsci transcreve em seus *Cadernos* (o segundo) um comentário de Alessandro Mariani publicado em outubro de 1927, em que ele faz uma severa crítica à natureza e à atuação da Internacional Comunista sob a tutela de Moscou. Critica o marxismo e o marxismo-leninismo, implicitamente.[16] Eram decorridos 10 anos de experiência do "socialismo real" na União Soviética e das primeiras tentativas de exportação da Revolução.

Embora depreciando o autor e o conteúdo das suas *interpretazioni*, Gramsci as transcreveu. Por certo o fez com espírito crítico porque, se o texto por um lado era intencionalmente um libelo, poderia muito bem ser o reconhecimento da consistência pragmática da concepção revolucionária e da inegável perseverança do comunismo internacional. Estaria aí uma advertência ou uma estimulação para o pensador prisioneiro?

Capítulo II

# Concepção Estratégica de Gramsci

A constatação realizada por Gramsci de que as sociedades capitalistas tinham diferentes estágios de desenvolvimento o levou a classificá-las em dois tipos, como já vimos: sociedades "orientais" e sociedades "ocidentais", denominações que não possuem propriamente significado geográfico, mas relação com o estágio de avanço político, econômico e social no qual se encontram os países.

Os de tipo oriental, de capitalismo primitivo, caracterizam-se por uma sociedade civil frágil, passiva, com pouca organização e sem maior articulação com o Estado. Nesses países o Estado é onipotente. A Rússia czarista era sociedade desse tipo em 1917.

Os países de tipo ocidental, de capitalismo moderno, evidenciam-se pela sociedade civil forte, ativa e razoavelmente bem articulada com a sociedade política. O Estado é a primeira "defesa" dos interesses da classe dominante, à retaguarda do qual se desenvolve uma poderosa rede de "trincheiras" e "barreiras", representadas por organismos e instituições governamentais e privadas, por meio das quais o grupo dominante exerce o domínio (coerção) e a direção (hegemonia) sobre toda a sociedade civil. As nações democráticas e de economia avançada são sociedades do tipo ocidental.

A Revolução Bolchevique foi vitoriosa na Rússia (então sociedade "oriental"), aplicando a estratégia revolucionária *marxista-leninista*, caracterizada pelo *assalto direto ao Estado*, com emprego da violência revolucionária (levante popular).

Esse modelo estratégico, porém, não teve êxito nos países da Europa Ocidental nas tentativas de tomada do poder levadas a efeito até então (1935).

## Guerra de Movimento e Guerra de Posição

Gramsci, com visão acurada e crítica, reconheceu que as condições nos países orientais e ocidentais eram diferentes e que, portanto, a transição para o socialismo devia obedecer a estratégias diferentes e apropriadas aos estágios de desenvolvimento de cada um deles.[17]

O ataque frontal ao Estado para a tomada imediata do poder, com o emprego da violência revolucionária, foi comparada por Gramsci à "guerra de movimento". É a concepção estratégica leninista que teve êxito na Rússia em 1917 e que se tornou o modelo revolucionário universal da Internacional Comunista soviética. Essa estratégia teve sucesso em países de tipo oriental (por exemplo, Rússia em 1917) e fracassou em outros de tipo ocidental (por exemplo, Alemanha em 1923).

Para as sociedades do tipo ocidental, mais complexas e protegidas por forte sistema de "trincheiras e de defesas políticas e ideológicas", a "guerra de movimento" não se mostrara adequada. Nessas sociedades, a luta deveria ser semelhante à "guerra de posição", longa e obstinada, conduzida no seio da sociedade civil para conquistar cada "trincheira" e cada defesa da classe dominante burguesa.

Em outras palavras, disputar com a classe dominante a hegemonia sobre a sociedade civil e conquistá-la como prelúdio da conquista da sociedade política e do poder.*

A partir dessa visão original, Gramsci desenvolveu seu conceito estratégico de transição para o socialismo.

## Conceito Estratégico de Gramsci

Em termos formais, como em uma diretriz de "grande política", o conceito estratégico de transição para o socialismo nos países de sociedade tipo ocidental, elaborado por Antônio Gramsci, poderia ser assim enunciado:[18]

---

* Essa visualização estratégico-militar transposta para a política, Gramsci foi buscar na experiência da Primeira Guerra Mundial (1914-18) de recente e marcante lembrança, em que as operações, diante do equilíbrio de forças, evoluíram para a desgastante guerra de trincheiras que só seria decidida pela exaustão física e moral de um dos contendores.

*Conceito estratégico de Gramsci* – A fim de criar as condições históricas para o advento da Sociedade Comunista, conduzir o processo progressivo de transição para o Socialismo Marxista em três fases:

- Em uma primeira fase, *econômico-corporativa*, organizar o partido das classes subalternas, lutar pelo Estado democrático e pela ampliação das franquias democráticas, abrindo espaço e condições para o desenvolvimento da ação política e revolucionária;
- Em uma segunda fase, *lutar pela hegemonia* das classes subalternas sobre a sociedade civil, tornando-a dirigente;
- Em uma terceira fase, *estatal*, tomar o poder, impor a nova ordem e estabelecer o socialismo, etapa provisória e anterior de passagem para o comunismo.

Nessa concepção, o objetivo estratégico é o *socialismo marxista*, mas o objetivo político-ideológico consiste em realizar a nova concepção do mundo, a nova civilização, a última síntese: *o comunismo*.

A comparação desse conceito estratégico (formulado para a revolução nos países do "ocidente") com o conceito estratégico de Lenin (vitorioso em uma sociedade do "oriente" e modelo da Internacional Comunista) pode ser útil, não só para se ter uma nítida visão das suas diferenças, mas especialmente para compreender as inovações teórico-práticas contidas na primeira.

A *Fase Econômica-Corporativa* de Gramsci corresponde à etapa ou fase democrático-burguesa no conceito leninista (acumulação de forças e subversão).

A fase gramsciana é predominantemente construtiva; a etapa leninista é destrutiva, buscando criar o clima revolucionário e, complementarmente, os instrumentos de ação.

Tanto na fase gramsciana quanto na etapa leninista, o movimento, embora revolucionário, vale-se das franquias democráticas, mas também inclui atividades e ações clandestinas.

Ambas as estratégias prescrevem, para as fases anteriores à tomada do poder, atitudes e práticas democráticas e que os partidos participem do jogo político, se estiverem na legalidade.

A *Fase de Luta pela Hegemonia* de Gramsci caracteriza-se pelo trabalho dos intelectuais orgânicos junto às massas, pela penetração

cultural e intelectual e pela organização das classes subalternas. Esse trabalho tem certa semelhança com as atividades ainda da primeira etapa leninista, particularmente com o "trabalho de massa" (agitação e propaganda, obtenção do apoio da população e o enquadramento da massa).

Entretanto, os fins buscados na "penetração cultural" são bastante diferentes do "trabalho de massa". Aquele ainda continua a ser preponderantemente construtivo; este é em especial destrutivo.

A luta pela hegemonia desenrola-se antes da tomada do poder visando conquistar, política e culturalmente, a sociedade civil, incluindo uma paulatina absorção da sociedade política por esta, processo que só se completará na fase estatal seguinte.

No modelo leninista, a luta pela hegemonia se dará depois da tomada do poder.

A *Fase Estatal* de Gramsci tem como ato preliminar a tomada do poder. A fase socialista de Lenin também se inicia com a tomada do poder (Revolução Socialista) que se realiza por um ato de força.

Os meios e ações gramscianos que visam à tomada do poder são idênticos aos empregados na concepção leninista. Os processos de imposição da nova ordem e de transformação da economia, da política e da sociedade para o socialismo marxista são também muito semelhante, embora Gramsci considere infeliz a denominação de "ditadura do proletariado" que Lenin lhe deu.

Gramsci insiste que o *Estado Classe* (de sua concepção) conduza a transformação respaldada em uma "vontade coletiva" conformada aos objetivos indicados como adequados aos fins buscados.

De qualquer forma, nas duas concepções estratégicas para essa fase, o Estado é totalitário porque, de outra forma, não terá os meios jurídicos e de coerção para realizar as profundas transformações necessárias para a fundação do socialismo que proporcionará as condições para a passagem do "reino da necessidade para o reino da liberdade".

## À Guisa de Conclusão

A grande invenção contida na concepção revolucionária de Gramsci, por ele denominada "guerra de posição", está na mudança da direção estratégica de tomada do poder. Em vez de realizar o assalto direto ao Estado e tomar imediatamente o poder como na concepção de Lenin,

ESTRATÉGIAS DE TOMADAS DE PODER
MOVIMENTO-GRAMSCISMO
MOVIMENTO-LENINISMO
Estado sem Estado
COMUNISMO
Sociedade sem classe
CATARSE
Regime Liberal-Democrático
LUTA PELA HEGEMONIA
Sociedada Civil
Organização Consenso
Penetração Cultural
Socialismo
FASE ECONÔMICO-CORPORATIVA
Guerra de posição
PARTIDO
Guerra de movimento
Direção Cultural e Moral
Fase Estatal → DOMÍNIO
FASE DEMOCRÁTICO-BURGUESA
Crise Orgânica
Estado Ampliado
Estado Classe
Violência Revolucionária
ESTADO
Condições Objetivas e Subjetivas
REVOLUÇÃO SOCIALISTA
(Assalto ao Poder)
Ditadura do proletariado
CRISE INTELECTUAL

"guerra de movimento", a sua manobra é de envolvimento, designando a sociedade civil como primeiro objetivo a conquistar, ou melhor, a dominar. Isso será feito predominantemente pela guerra psicológica ou penetração cultural para minar e neutralizar as "trincheiras" e defesas e da sociedade e Estado burgueses. Nessa longa luta de desgaste se incluem a "cisão do aparelho de hegemonia" da burguesia e do "aparelho de coerção" estatal e a "superação" psicológica, intelectual e moral das classes subalternas e das classes burguesas, fazendo-as aceitar (ou a se conformar) a transição para o socialismo como coisa natural, evolutiva e democrática.

A *luta pela hegemonia* é fase decisiva e, uma vez alcançado determinado desenvolvimento, é irreversível. A tomada do poder será então uma questão de eclosão da "crise orgânica".

PARTE DOIS

# TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

Capítulo III

# Fase Econômico-corporativa

A *fase econômico-corporativa* da transição para o socialismo corresponde ao período histórico de uma nação capitalista em que a burguesia é classe dominante em que o proletariado, camponeses e elementos periféricos da sociedade constituem as classes subalternas exploradas.

O proletariado vive ainda limitado às preocupações corporativas e econômicas, egoístas e passionais, próprias de suas carências, necessidades e desorganização (falta de unidade orgânica). Os sindicatos, produtos do próprio capitalismo, são de natureza meramente econômico-corporativa, reivindicatórios nos limites dos interesses imediatos da categoria profissional.

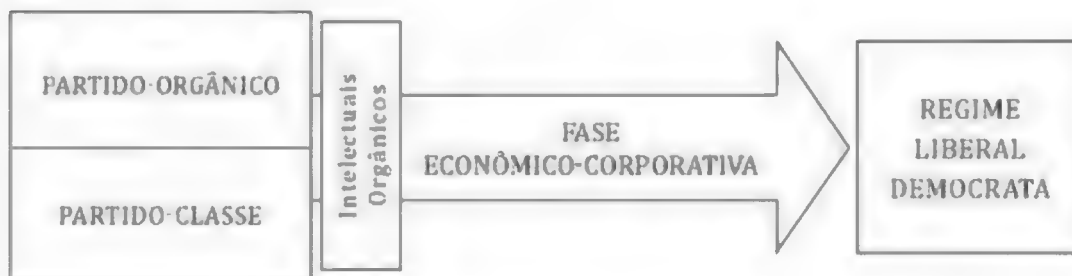
A sociedade civil é o lugar onde a burguesia é hegemônica e dirigente e onde predomina o individualismo econômico egoísta.

Esse individualismo significa "apropriação individual do lucro e da iniciativa econômica, tendo em vista o lucro capitalista...".

O sistema capitalista de produção criou a divisão de trabalho, do que resultou a divisão de classes e a contradição insuperável entre a burguesia e o proletariado.

Em certo período histórico, a sociedade capitalista pode estar vivendo um regime liberal democrático ou, por contingência ou conveniência eventual, pode estar conformada a uma ditadura, geralmente efêmera, representando momentaneamente uma oligarquia burguesa dominante.

Nessa fase econômico-corporativa das sociedades e Estados liberal-democratas burgueses, duas atividades fundamentais se apresentam para o desenvolvimento progressivo da transição para o socialismo:

1. Organização do partido:
    - Formação dos dirigentes.
2. Defesa da democracia liberal:
    - Ampliação das franquias democráticas;
    - Redemocratização.

## Organização do Partido

O partido da classe proletária é organizado para conduzir um processo de transformação, desenvolvendo um novo Estado (socialista) e uma nova concepção do mundo (comunismo). Não é um partido político com um mero programa de governo, mas um partido revolucionário, transformador e criador de uma "nova civilização".[19]

Ao longo do processo, o partido estará em contínua evolução, assumindo acumulativas funções. Assim, na fase econômico-corporativa adota uma feição de *partido-orgânico* ou de *partido-classe*. Mais adiante, na luta pela hegemonia torna-se o "intelectual coletivo" e, na fase estatal do processo, é o "moderno príncipe" o qual realiza as transformações radicais que, finalmente, estabelecerão o socialismo, estágio antecedente do comunismo.

Finalmente, o partido propõe-se a desaparecer quando não mais existirem as classes e o próprio Estado na "sociedade regulada", no advento do comunismo.

A principal função do partido é hegemônica, isto é, a de direção (influência e orientação) política e cultural das massas, da sociedade e, na última fase do processo, do Estado. Para tanto, deve ser uma organização ética no sentido de moralidade na vida interna e partidária.

O partido-classe é constituído de três grupos de elementos orgânicos:

1. Um *elemento difuso*, a massa ou classes das pessoas comuns, que são membros ou adeptos do partido, cuja participação, ativismo ou protagonismo são dados pela fidelidade e disciplina. É o elemento que expressa o partido.
2. Um *elemento de coesão principal*, grupo dirigente com alta capacidade de coesão, de centralização, de disciplinação e de criatividade.
3. Um *elemento intermediário*, grupo de militantes que faz a articulação, física e moral, da massa e a direção do partido. Grupo altamente politizado e ativo que é a base da perenidade do partido. Por estar mais exposto à destruição, é numeroso e deve preparar a herança ideológica e do ativismo na formação de sucessores. Se o elemento dirigente for destruído, é desse elemento intermediário que sairá o novo grupo de gestão do partido.

A liderança política do partido pode ser exercida por um indivíduo ou por um pequeno colegiado que pode ser alternado sem perda de continuidade dos projetos em curso. Sendo o partido embrionariamente uma estrutura estatal, deve manter unidade interna, sem o aparecimento de grupos dominantes e de castas.*

O modelo de gestão político-administrativa deverá ser o "centralismo democrático" (descartado o chamado "centralismo orgânico) no qual há sempre adequação das demandas e reivindicações das bases partidárias com o comando do aparelho de direção.[20] "Entretanto, deve-se notar que uma coisa é democracia de partido e outra, democracia de Estado"(*Op. cit.*)

Na fase econômico-corporativa já se começa a criação das primeiras organizações privadas, voluntária e não estatais, particularmente na área da comunicação social e dos sindicatos.

Os sindicatos não são subordinados ao partido e devem manter todas as evidências e aparências de independência. Entretanto, naqueles em que os dirigentes sejam membros do partido, estes deverão aceitar livremente as suas diretrizes e controle sobre seus membros.

---

* Nesse aspecto particular da gestão do partido, Gramsci preocupa-se e critica o centralismo autoritário que ocorreu no Partido Comunista da União Soviética e no Estado soviético.

As alianças de classe com grupos econômicos afins e mesmo com grupos adversários, em certas circunstâncias, são convenientes e mesmo necessárias para a realização dos objetivos das classes subalternas. A ajuda dos grupos aliados não pode ser desprezado na fase econômico-corporativa da transição para o socialismo.

O partido é o organismo de formação dos próprios membros, dos homens de Estado e de governo, dos dirigentes da sociedade civil e da sociedade política.[21] Por isso, torna-se o elaborador das novas intelectualidades, tanto no campo teórico (compreensão da classe e difusão da concepção do mundo) como no campo da prática, dirigentes qualificados e profissionalizados de vários graus.

O partido multiplica os dirigentes necessários, para que o grupo social de que é expressão se articule em um corpo político organicamente preparado e ativo.

O dirigente do partido busca alcançar fins políticos orgânicos em que os protagonistas são as massas e que devem ser ajudadas a se elevarem por intermédio da ascensão de determinados indivíduos e de certos extratos culturais.

Os elementos dirigentes são escolhidos por critério voluntário, mas são controlados em suas iniciativas.

## Defesa da Democracia

A formação e desenvolvimento do partido-classe demandam ambiente e espaço democráticos. Há necessidade de relativa liberdade para que os intelectuais do partido possam atuar e para que as pessoas possam ser conscientizadas política e ideologicamente, discutir aberta e publicamente, reunir-se e organizar-se.[22]

Assim a ação política do partido estará também voltada para assegurar a existência do regime liberal-democrata e para promover a ampliação das franquias democráticas. A preservação da sociedade e do Estado democrático não só assegura as condições para a atuação ostensiva do partido nos campos político e social, mas também lhe proporciona a imagem pública favorável e a postura de legitimidade que afastam certas oposições, restrições e resistências. A conveniência de ordem prática da atuação aberta e legal não dispensa, porém, a condução de outras atividades clandestinas.

O partido, como organização legal, pode pretender eleger seus membros para cargos públicos nos diferentes segmentos e níveis do poder, adquirindo posições e condições mais amplas para ir construindo, crescentemente, sua hegemonia e para antecipar a realização de progressivas transformações.

Nessa fase econômico-corporativa do processo, é importante preservar taticamente as condições de liberdade que permitam "o avanço democrático para o socialismo". Eventualmente, entretanto, a sociedade e o Estado burgueses podem estar vivendo um momento ditatorial de partido único ou dominante. Nessa situação histórica, é provável que o partido-classe seja colocado na ilegalidade e daí deverá atuar na clandestinidade. Mesmo assim não deixará de agir, e seu objetivo imediato será o de reverter essa conjuntura política adversa e restabelecer o regime democrático franco.

A atuação "libertária" será especialmente de propaganda junto à inteira população. Até mesmo certas ações clandestinas, como o terrorismo ("ação direta"), terão essa finalidade de exemplo ("propaganda de fatos").

A ação libertária inclui a atuação comum com os grupos de oposição, tanto de esquerda quanto dos liberais-democratas, e atos de desprestígio da ditadura e de apoio ao restabelecimento das franquias democráticas. São temas ou palavras de ordem, que podem geralmente ser empregados:

- Abertura política;
- Eleições livres (parciais ou gerais);
- Anistia de presos políticos atingidos por atos discricionários;
- Redemocratização.

Gramsci, antes mesmo da sua prisão em 1926 e de ter iniciado a redação dos *Cadernos do Cárcere*, reconhecia a conveniência de um "interregno" liberal-democrático depois da queda da ditadura burguesa (na Itália da época, o fascismo de Mussolini) com a retomada do governo pelos partidos burgueses.

Criam-se as condições para o reinício das ações que antecedem a tomada do poder pelo movimento revolucionário a caminho do socialismo. Igualmente sugeria a luta por uma Assembleia Constituinte que poderia ser o prelúdio de uma república socialista.

De qualquer modo, na vigência de uma eventual ditadura, a redemocratização é necessária para seja possível a retomada do processo de transição para o socialismo.

Uma advertência: na situação em que o regime político ditatorial, com o partido na ilegalidade, restringido nas suas atividades ou mesmo reprimido policialmente, este executada depois de restabelecido o Estado liberal-democrata. Persistir naquelas ações, próprias da situação anterior, seria sectarismo nas palavras de Gramsci; o partido ativista deve voltar a ser partido-classe, expressão de todo um bloco social e participante ostensivo do jogo democrático.

As alianças do partido com outros grupos políticos na fase econômico-corporativa, atitude tática admitida e até recomendada por Gramsci, viriam a inspirar modernamente o conceito de "pluralismo das esquerdas", isto é, a aceitação de que a transição para o socialismo, até o instante da tomada do poder, possa ser dirigida por mais de um partido "socialista democrático" (não confundir com social-democrata).

A constituição do partido-orgânico ou partido-classe e do seu quadro dirigente (intelectualidade) e a preservação do regime democrático são as condições que permitirão a abertura de uma nova fase da transição para o socialismo: a *luta pela hegemonia*.

Capítulo IV

# Luta pela Hegemonia

A *hegemonia* no interior da sociedade civil liberal é exercida, evidentemente, pela burguesia que, por isso, se tornou classe dirigente. Por intermédio da sociedade política, o Estado liberal democrático burguês exerce o domínio – o poder de governo e de coerção.

Desse modo, a partir do momento em que as classes subalternas, organizadas e expressas pelo partido-classe, passam a disputar a hegemonia com a burguesia no âmbito da sociedade civil, começam a ocorrer os primeiros momentos da luta de classes, antes mesmo da tomada do poder.[23]

Nessa fase, a luta pela hegemonia não visa ainda à eliminação da burguesia, mas a "um equilíbrio de compromisso" tático, que não pode, todavia, comprometer o essencial das aspirações das classes subalternas: a sociedade sem classes.

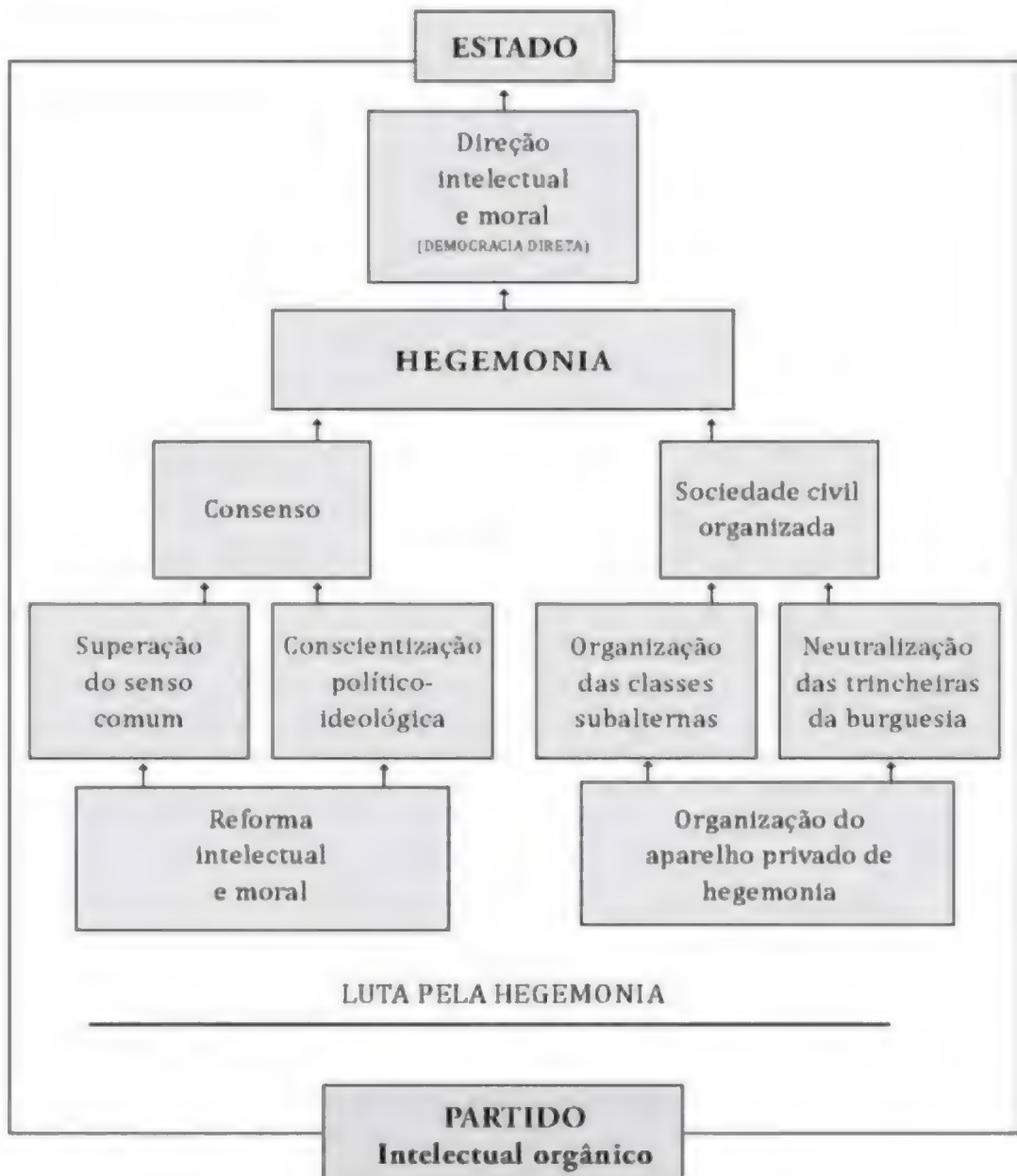
É oportuno recordar que o conceito de hegemonia aplica-se em três esferas:

- Pela classe dirigente no âmbito da sociedade civil;
- Pela sociedade civil sobre a sociedade política;
- Pelo partido sobre todo o processo político-cultural.

A conquista da *hegemonia* pelas classes subalternas (retirando-a das mãos da classe dominante no seio da sociedade civil) e a formação do *consenso* (livre da coerção) são o centro da concepção estratégica gramsciana de transição para o socialismo; em resumo, significando construir as bases do socialismo, mesmo antes de tomar o poder.

A luta pela hegemonia busca preparar as condições políticas e culturais para a tomada do poder e, para isso, apresenta três objetivos em profundidade:

ESTRATÉGIA GRAMSCISTA
"Guerra de Posição"
Intelectuais Orgânicos
PARTIDO
DEMOCRATIZAÇÃO
Ruptura
CRISE
TOMADA DO PODER
SOCIEDADE POLÍTICA
IMPOSIÇÃO DA NOVA ORDEM
SOCIALISMO
CATARSE
COMUNISMO
ESTADO CLASSE
ETAPA ECONÔMICO-CORPORATIVA
FASE ESTATAL
LUTA PELA HEGEMONIA
DOMÍNIO
SOCIEDADE CIVIL
CONSENSO
DIREÇÃO INTELECTUAL E MORAL
Concepção revolucionária de Antônio Gramsci, em que a luta pela hegemonia antecipa a transição para o socialismo

- Desenvolver o grupo subalterno; elevação da "classe corporativa" à condição de "classe nacional" dirigente;
- Inferiorizar a burguesia;
- Enfraquecer o Estado burguês.

Há, nos objetivos e nas ações (empreendimento) a serem desenvolvidos para concretizá-los, certa identidade com o processo de "subversão" do movimento revolucionário de caráter leninista. No entanto, a concepção gramsciana é mais profunda e vai além do "trabalho de massa" e da criação do clima revolucionário; busca "subverter" os conceitos e valores tradicionais da sociedade burguesa, superando o seu senso comum, conscientizando politicamente as classes subalternas e condicionando toda a população para o socialismo.

Nessa fase da concepção estratégica de Gramsci, serão empregados instrumentos e conduzidas ações políticas, intelectuais e morais que podem ser assim relacionados:

1. Atuação do partido e dos intelectuais orgânicos;
2. A organização das classes subalternas;
3. A reforma intelectual e moral da sociedade civil;
4. Neutralização do aparelho privado e estatal de hegemonia e de coerção da classe dominante;
5. A integração (identidade-distinção) da sociedade civil e sociedade política; ampliação do Estado.

## O Partido e os Intelectuais Orgânicos

O partido, na fase da luta pela hegemonia, continua a ter a função de difusão da concepção do mundo (comunismo marxista) e sobretudo a de elaboração da política e da ética (fidelidade aos fins buscados) adequados à sua realização concreta. Nesse papel, o partido é:

- O experimentador histórico de tal concepção (no interior do partido, "o reino da necessidade já passou ao reino da liberdade");
- O formador das novas intelectualidades "totalitárias" (unitárias e universais), os dirigentes por adesão individual;
- O reformador intelectual e moral da sociedade.[24]

Essas funções, as quais se somam àquelas que o partido já exercia anteriormente (fase econômico-corporativa), identificam-no como o "intelectual coletivo", imagem expressiva e apropriada que, modernamente, lhe é atribuída.

A ação política é conduzida predominantemente nas regras legais do jogo político democrático, repetidamente declarada e ostensivamente praticada na legalidade. As alianças de classes são procuradas e, atualmente, é admitido o "pluralismo das esquerdas", isto é, a aceitação de que mais de um partido ou organização política participe da luta pela hegemonia das classes subalternas no âmbito da sociedade civil e que participe, por assim dizer, da construção "consensual-democrática" do socialismo. Essa posição política é importante porque, modernamente, pode passar a ser parte da concepção tática da transição para o socialismo, nas fases que antecedem à tomada do poder. A unidade das esquerdas e a hegemonia exclusiva de um dos partidos-classe não são necessidades críticas nessa fase do processo revolucionário e podem ser deixadas para serem resolvidas mais tarde, depois da tomada do poder.

Todos os membros do partido devem ser considerados "intelectuais", não importa em que níveis funcionais se encontrem. Não existe organização sem intelectuais.

O partido é o organismo próprio de formação dos seus *intelectuais orgânicos* nos campos político e filosófico, transformando-os de meros componentes de um grupo social de natureza econômico-corporativa em intelectuais políticos qualificados, dirigentes e organizadores. Trata-se da elaboração de uma elite, mas esse trabalho não pode ser separado do trabalho de educação das grandes massas.

No campo técnico-produtivo, no âmago das classes subalternas, são formados os intelectuais de estrato intermediário, militantes e ativistas, do nível de "cabos e sargentos" como no Exército.

O processo de formação dos intelectuais orgânicos é longo e difícil e deve ser sempre ligado às massas. O intelectual orgânico está consciente da sua posição de classe.

Essa elite tem uma função também criadora que se realiza no interior do partido e que está ligada à discussão e ao desenvolvimento crítico de conceitos ideológicos. Entretanto, há um limite à liberdade de discussão e de difusão de novas ideias. Essa limitação não deve ser entendida no sentido policial, porém de autolimitação que os dirigentes livremente põem à própria atuação. Esse tema está ligado ao conceito de "centralismo democrático".

O novo intelectual não é apenas um orador eloquente, o eletrizador de multidões, mas aquele que chegou a uma concepção humanitária histórica e que se tornou dirigente; aquele que orienta, influencia e conscientiza ("especialista + político").

Todo grupo social fundamental, cuja origem está em uma função essencial do sistema de produção econômica (capitalista ou proletário), cria também seus intelectuais orgânicos, porém mais ligados aos interesses corporativos. A relação entre os intelectuais do partido e o mundo da produção (proletariado) "não é imediata, mas deve ser mediatizada", isto é, deve ser persistentemente procurada em diferentes níveis e setores, buscando e desenvolvendo seus intelectuais orgânicos para uma condição política e cultural mais elevada e universalizada.

O grupo social e o partido que o expressa encontram categorias de intelectuais já existentes na sociedade que refletem a continuidade histórica ou que representam o grupo social dominante. Esses são os intelectuais tradicionais cujo tipo é vulgarmente reconhecido como cientista, filósofo, literato, artista e profissional dos meios de comunicação social, estes que se "creem também ser os verdadeiros intelectuais", como diz Gramsci. Os intelectuais tradicionais estão ligados a valores e cultura antigos, sem identificação com uma ideologia de classe, formando um grupo isolado sem ligação com as massas.

O grupo que luta pela hegemonia e pelo domínio (conquista do poder) *deve lutar também pela assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais*. Mais eficaz e mais rápida será essa conquista quanto maior for a capacidade de o grupo social elaborar simultaneamente os próprios intelectuais orgânicos.

O partido político é o organismo que realiza na sociedade civil a mesma função do Estado na sociedade política: proporcionar a soldagem dos intelectuais orgânicos do partido ou do grupo dominante com intelectuais tradicionais.

A visão de Gramsci, segundo a qual todos os membros do partido, em todos os níveis, são intelectuais, é procedente porque a atuação deles é predominantemente intelectual assim como os fins a realizar (psicológicos e culturais) na fase de luta pela hegemonia.

Assim deve ser, entendendo que precisam realizar na sociedade civil uma profunda transformação política e cultural, não só de desenvolvimento das classes subalternas (conquista da hegemonia e formação do consenso) como também de envolvimento das classes burguesas, "amestrando-as" para o socialismo.

O papel do partido como formador, educador e dirigente bem o identifica com a função de "Intelectual Coletivo" como atualmente tem sido reconhecido.

## Organização das Classes Subalternas

A hegemonia e o consenso não podem ser criados, desenvolvidos e exercitados de modo constante e consistente em uma classe social difusa e que só tenha expressão como massa, eventualmente excitada ou motivada por um fato episódico. A hegemonia e o consenso, como fenômeno contínuo e eficaz, devem estar apoiados em organismos coletivos permanentes que, inicialmente, formem e orientem (dirijam) a vontade coletiva e que, já mais desenvolvidos, possam assumir funções públicas, "ampliando" o conceito de Estado (sociedade civil + sociedade política) na gestão governamental.

Um organismo coletivo é constituído de pessoas as quais se reuniram e aceitaram ativamente uma hierarquia e uma direção (orientação) determinada.[25] O organismo coletivo só terá consistência se cada indivíduo identificar-se com ele e for um elemento participativo.

Os organismos coletivos podem ser do tipo *privado* ou *público*; aqueles ligados à sociedade civil e estes, à sociedade política (órgãos de governo).

Os organismos privados ou particulares podem ser empreendimentos (movimentos) ou organizações *voluntárias* (ou contratuais) ou ainda empreendimentos e organizações de *blocos sociais homogêneos*.

Os primeiros são os que se fundam com finalidades diversas (econômicas, políticas ou sociais) no seio da sociedade civil. Buscam realizar interesses comuns dos indivíduos heterogêneos, mas não propriamente uma vontade coletiva orgânica: clubes, associações, igreja, escola etc.

As organizações de blocos sociais homogêneos, diferentemente, procuram realizar os interesses políticos de classe essencial e a vontade que a anima: sindicato, partido-classe, certas organizações não estatais, comunidades etc.

Nesse conjunto de organismos voluntários e de blocos sociais homogêneos, um ou mais predominam sobre os outros (particularmente sobre os contraditórios) e sobre a inteira sociedade civil, constituindo o *aparelho privado hegemônico* de um grupo social, tornando-se a base da ampliação do Estado, concepção gramsciana de "identidade-distinção" de sociedade civil – sociedade política.

Os organismos privados que possuem maior expressão ostensiva são os sindicatos e determinadas entidades atualmente denominadas "organizações não governamentais" (ONGs). Os sindicatos são organismos de blocos sociais homogêneos, mas só terão expressão hegemônica quando superarem a natureza meramente econômico-corporativa, alcançando uma consciência político-ideológica nacional e internacional. As organizações não governamentais – geralmente do tipo voluntário, de âmbito nacional ou internacional – objetivam promover um ideal ou realizar uma finalidade que julgam de benefício da nação ou da humanidade. Quando são induzidas por um movimento político-ideológico, tornam-se aparelhos privados de hegemonia. Frequentemente assumem o papel de "organismos intermediários democráticos" entre as grandes massas e o Estado, competindo com os sindicatos, os partidos e os parlamentos ("democracia direta").

O ativismo das ONGs as faz, muitas vezes, competidoras também com o Estado, assumindo certas funções estatais no seio da sociedade civil, tais como as relativas a direitos humanos, ambientalismo, paz, não violência, antirracismo, promoção social, como, por exemplo, infância e adolescência, mulher, minorias, defesa do consumidor etc.

Os aparelhos privados de hegemonia são ainda organismos de expressão do consenso e de difusão da ideologia. No seu conjunto, constituem o que se chama *sociedade civil organizada* que, integrando-se à sociedade política, realiza o conceito gramsciano atualmente citado como "Estado Ampliado", na verdade, e mais propriamente "Sociedade Ampliada".

A noção de sociedade civil organizada tem referência implícita nas proclamações populares de "povo unido jamais será vencido", frequentemente repetidas nas manifestações públicas atuais.

As organizações privadas de hegemonia demonstram certa correlação com as denominadas "organizações de massa" de concepção

estratégica marxista-leninista. Contudo, estas têm uma finalidade mais restrita, porque se destinam ao controle, enquadramento e manipulação da massa, enquanto aqueles atuam à semelhança de soviets.

## Reforma intelectual e moral da sociedade

A luta pela hegemonia desenvolve-se preliminarmente na realização de uma profunda reforma intelectual (ideológica) e moral (cultural) da sociedade civil, visando em especial:

- elevar as classes subalternas da condição de "classe corporativa" (de interesses meramente econômicos, egoísticos e passionais) à condição de "classe nacional" (com consciência de classe e protagonista);
- adequar a cultura popular à função prática de realizar a transição para o socialismo;
- exercer a hegemonia e o consenso;
- capacitar ao exercício do poder.
- Essa reforma é conduzida por intermédio de uma ampla e continuada "penetração cultural" realizando três complexos empreendimentos:
- Superação do senso comum (substituição do refinamento dos valores culturais da burguesia);
- Conscientização político-ideológica (desenvolvimento "ético" das classes subalternas);
- Formação do consenso.

A reforma intelectual e moral tem por objeto as classes subalternas e por sujeito os intelectuais orgânicos, com a participação consciente ou inconsciente dos intelectuais tradicionais. Estes podem assumir o papel de intelectuais orgânicos por livre adesão (convencimento) ou por ingenuidade, acomodação, "modernismo" e até capitulação.[26]

A reforma cultural não se dirige apenas às classes subalternas mas também à classe dominante, à burguesia, com a finalidade de assimilá-la ou, pelo menos, de levá-la a aceitar as mudanças intelectuais e morais como parte de uma natural e moderna evolução da sociedade, explorando sua passividade, indiferença e permissividade.

### *Superação do senso comum*

O senso comum é o conjunto de valores, história, tradições, hábitos e costumes, conceitos e expectativas (culturais, religiosas, cívicas, sociais, filosóficas etc.) aceito consciente ou inconscientemente e praticados pelos membros de uma sociedade em geral. O senso comum que predomina é aquele do grupo social dominante.

A superação do senso comum é um empreendimento de profunda e demorada transformação cultural e psicológica da sociedade civil como um todo e das classes subalternas em particular.[27]

Consiste em apagar certos valores tradicionais e uma parte significativa da herança cultural (intelectual e moral) da sociedade burguesa e substituí-la por conceitos novos e pragmáticos, abrindo as mentes das pessoas para as mudanças políticas, econômicas e sociais que farão a transição para o socialismo. No novo senso comum, podem ser preservados alguns velhos conceitos prováveis de serem "instrumentais", bastando aprimorá-los para também contribuírem para a formação da nova mentalidade. Trata-se "de elaborar uma filosofia que se torne o senso comum renovado, coerente com a filosofia popular" e com os fins buscados no processo político-ideológico no qual tudo deve estar inserido.

O partido é o centro homogêneo de difusão do novo senso comum, mas não é o único. É preciso ainda estabelecer amplo sistema orgânico e também "espontâneo" no interior da sociedade civil, abrangendo variados canais informais, desligados das organizações políticas (partidos e Estado), por meio do qual se fará a penetração dos novos sentimentos, conceitos e expectativas. Entre os canais de difusão do novo senso comum, em primeiro lugar estão os meios de comunicação social (imprensa, rádio e televisão), mas não excluindo, como igualmente importantes, o setor editorial, a cátedra, o magistério, a expressão artística e o meio intelectual tradicional.

O elemento dinâmico do sistema de difusão, como educador, transformador da cultura e elaborador de uma consciência coletiva homogênea, é o intelectual orgânico. No entanto, é preciso uma unidade, um contato direto, uma identidade imediata entre o intelectual e a massa não só pelos meios de comunicação, mas sobretudo no interior das organizações privadas.

Os intelectuais tradicionais geralmente sentem natural atração pela novidade cultural, podendo aderir voluntariamente, por conveniência ou por constrangimento da opinião pública e do patrulhamento ideológico. Gramsci menciona Manzoni que, "falando do fato de que existia quem não acreditava nos untadores, mas era incapaz de defender sua opinião contra a opinião vulgar difusa": "(...) havia bom senso, mas ficava escondido por medo do senso comum.*

São indispensáveis multiplicadores, ampliando e "orquestrando" os novos conceitos sociais, "universalizando" a sua difusão e construindo a aparência de espontâneo desenvolvimento intelectual e moral da sociedade moderna.

O empreendimento de penetração cultural visando substituir o senso comum e a concepção burguesa do mundo é um processo didático que exige alguns procedimentos metodológicos para influir eficazmente a mentalidade popular.[29]

Primeiro, não se deve cansar de repetir os argumentos, porém fazendo variar as formas e os meios de difusão ("orquestração").

Segundo, deve-se atuar continuamente, atingindo cada vez mais amplos segmentos populares, visando:

- elevar intelectualmente as massas populares (conscientizá-las);
- formar uma elite intelectual (liderança) oriunda da própria massa e que com ela permaneça continuamente ("espartilho, isto é, enquadramento permanente").

Esse segundo procedimento é o que realiza as transformações efetivas.

Quando uma pessoa supera criticamente o senso comum e aceita novos valores e conceitos culturais e sociais, terá aceito uma filosofia nova e estará em condições de compreender uma nova concepção do mundo e contribuir para sua concretização.

### *A conscientização político-ideológica*

Já iniciado o processo de mudança do senso comum e, a partir do momento em que já se tenha adquirido uma compreensão de

---

* Gramsci cita Alessandro Manzoni que faz referências ao efeito do constrangimento intelectual e social narrando um fato ocorrido em Milão no século XVII.[28] Modernamente, a inibição intelectual pode resultar do que se chama vulgarmente "patrulhamento ideológico".

classe (mesmo que incipiente) e certo sentimento de oposição entre ela e a classe dominante, passa-se ao "momento da crítica e da consciência".[30]

A conscientização político-ideológica é a orientação educativa dos integrantes das classes subalternas no sentido de:

- fazer a crítica da própria concepção do mundo (expectativa) para chegar a uma concepção unitária e coerente (entendimento do pensamento marxista, posto no seu nível cultural);
- levar os "subalternos" à adesão e participação na luta pela sua realização.

Em outras palavras, dar sentido político ao novo senso comum para se formar o *consenso*. O êxito desse trabalho depende da superação crítica do senso comum (nova mentalidade) e do sentimento de pertencer a uma classe que busca a hegemonia (consciência política).

Inicialmente, deve-se apresentar uma "filosofia" crítica (marxismo), em que se discute as contradições e injustiças da sociedade burguesa capitalista. Em seguida, conduzir o "simples" a uma concepção de vida superior, uma expectativa socialista.

Esse trabalho é conduzido pelos mesmos intelectuais orgânicos em contínuo contato com os elementos subalternos, sobretudo no seio das organizações privadas de hegemonia. Essa aproximação, convivência e ligação entre os intelectuais e a massa devem forjar um "bloco intelectual moral", tornando politicamente possível o desenvolvimento ideológico das classes subalternas.

A consciência político-ideológico é mais um problema de "fé" do que de compreensão racional da ideologia. A militância política ou *protagonismo* na mudança da história deve ser vivida como uma "religião".

A adesão à ideologia dará sentido prático (político) ao senso comum renovado e permitirá a formação do consenso.

### *Formação do consenso*

Vimos anteriormente (capítulo I) que o consenso é um conceito entendido como conformidade de um grupo social com as iniciativas do Estado para alcançar os fins que a sociedade pretende.[31] A conformidade do grupo significa concordância, adesão e acordo coletivo com ideia e ações de um agente político ou social.

O consenso é a expressão objetiva da hegemonia que uma classe exerce sobre a sociedade civil e que a transforma em classe dirigente.

Entende-se que o consenso refere-se e respalda a atuação da sociedade política ou, estritamente, do governo que é o agente da classe dirigente no poder. Assim, o consenso é uma manifestação de apoio que, a bem dizer, só se efetivará objetivamente quando a classe subalterna já estiver no poder, tornando-se classe dominante. Entretanto, pode-se também entender que ele já é necessário e se forma antes mesmo desse momento histórico. A direção dos órgãos privados de hegemonia, a ação política do partido e o programa de um governo "socialista democrático", eventualmente eleito no exercício do jogo político da sociedade burguesa, precisam contar com a adesão e o apoio da classe de que são parte.

Podemos assim dizer que o consenso manifesta-se em diferentes momentos à medida que a classe subalterna vai ganhando consciência política e expressão hegemônica:

- nas organizações privadas, concordância e apoio ativo aos dirigentes voltados para a construção da hegemonia no seio da sociedade civil.
- Em relação ao partido, adesão e apoio organizado à sua atuação para a realização do socialismo e, mais imediatamente, para a conquista do poder;
- Em relação a um governo "socialista democrático", eleito no contexto da democracia burguesa, sustentação e apoio que deve ir além do instante eleitoral e permanecer, "a ponto de que aqueles que consentem poderiam ser considerados como funcionários do Estado" (*Op. cit.*).
- Finalmente, no Estado Classe já estabelecido, conformismo social, vontade e apoio permanente à sociedade política para conduzir as transformações políticas, econômicas e sociais que implantarão o socialismo.

O consenso deve revestir-se das seguintes características:

1. Ser permanente, como manifestação continuada e repetida de adesões livres a cada momento do processo político;

2. Ser organizado, e não "genérico e vago", isto é, orientado e manifestado por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia;
3. Ser ativo, isto é, ostensivo e participativo, contribuindo para a realização do projeto político-ideológico.

O consenso é manifestado não só pela atitude consciente de aprovação coletiva e pelo trabalho voluntário (militância), mas notadamente;

- pela opinião pública que se expressa na pesquisas de opinião e nos meios de comunicação social;*
- pelas demonstrações coletivas e ostensivas levadas a efeito por manifestações públicas, passeatas e comícios.

A opinião pública é uma disposição intelectual diferente do consenso, embora ambas tenham raízes no senso comum. É entendida com um modo generalizado de ver, pensar e julgar pessoas, atos e fatos em um dado momento. Diferentemente do consenso, é episódico, opinativo (pró e contra) e difuso (não organizado). Opinião pública é um dos aspectos do pensamento popular que deve ser disputado com a sociedade política e com o grupo dirigente. Em um dado momento pode ser útil, necessária, favorável ou adversa.[32]

O consenso é, por excelência, a expressão objetiva da hegemonia nascente ou já consolidada no âmbito da sociedade civil.

## Neutralização do Aparelho Hegemônico e de Coerção do Grupo Dominante

As "trincheiras" e "defesas" das sociedades liberal-democratas dos países de capitalismo moderno e de democracia avançada (sociedades e dos Estados do tipo "ocidental") são muito fortes.

Correspondem às instituições e convicções ideológicas que historicamente têm sido a barreira que impediu a vitória da revolução quando tentada nesses países, segundo o modelo estratégico marxista-leninista de ataque frontal ao poder ("guerra de movimento").

É preciso identificar quais são os elementos da sociedade civil e do aparelho estatal que constituem o sistema de defesa e que serão objetivos da "guerra de posição" de modelo gramsciano.[33]

---

* A seção de "cartas do leitor" dos jornais é um excelente local onde se podem acompanhar indicações da opinião pública e reconhecer os traços do senso comum da sociedade.

Além do complexo ideológico-cultural que já comentamos quando tratamos da superação do senso comum, o sistema é formado por um conjunto de elementos materiais, organizações e instituições privadas e estatais da sociedade civil e da sociedade política que constituem o aparelho hegemônico e o aparelho de coerção do grupo dominante burguês.

Entre essas inumeráveis organizações e instituições políticas, econômicas e sociais podem ser assinalados os órgãos de comunicação social (imprensa, rádio, televisão etc.), a escola, a igreja (particularmente a católica romana), os partidos políticos, o parlamento, os órgãos de classe empresarial, as forças armadas, o aparelho policial e, em certa medida, a família.

*A tomada do poder e a transição para o socialismo serão impossíveis sem a prévia neutralização desse sistema defensivo.*

O empreendimento de neutralização é complexo e é conduzido pelo Gramsci que o denomina "espírito de cisão", amplo trabalho psicológico, político e ideológico que realiza o esvaziamento do moral do elemento humano das organizações burguesas, de tal modo que elas perdem o seu valor funcional e ético perante a sociedade civil, produzindo, em um processo contínuo e progressivo:

- enfraquecimento (desarticulação e perda de sustentação política, legal e da opinião pública);
- esvaziamento (isolamento da sociedade, perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético – "denuncismo", quebra da coesão interna – "racha" e "deslocamento" ou "isolamento");
- constrangimento e inibição (patrulhamento, penetração ideológica ou infiltração de intelectuais orgânicos e tradicionais arrivistas na escola, no judiciário, nos órgãos de comunicação social, na área editorial etc.);
- perda dos valores religiosos, morais, cívicos e da tradição histórica e cultural da nação.

A "guerra de posição" no seio da sociedade civil é uma "batalha de usura", longa, paciente, cheia de alternativas que virá progressivamente reduzindo à impotência as "trincheiras" e "fortificações" da sociedade e do Estado burgueses, criando as condições e abrindo o caminho para a tomada do poder.

## Ampliação do Estado

Conceito de Gramsci que vê a integração da sociedade civil com a sociedade política, "identidade-distinção" de duas esferas diferentes e relativamente autônomas, mas inseparáveis. Uma nova fórmula de Estado que supera o Estado de concepção capitalista burguesa, e que, ao mesmo tempo, evita o estatismo "burocrático" de modo soviético.[34]

Esse conceito, segundo o qual o Estado não se limita aos seus órgãos de governo, mas que também abrange diversos organismos sociais, corresponde a uma "ampliação do Estado". Em termos modernos, ao "Estado Ampliado". A sociedade civil, por intermédio das organizações privadas da hegemonia, indica a "direção" política e cultural e passa a executar certas funções públicas que antes pertenciam exclusivamente à esfera estatal. Certos aparelhos estatais de coerção, próprios do Estado burguês, tornam-se algo privado passando a fazer parte da sociedade civil. Talvez fosse mais próprio dizer-se "Sociedade Ampliada".

Essa integração cria uma estreita correlação de funções desenvolvidas em esferas autônomas e, de certa forma, em aparente contradição, mas na verdade integradas:

| SOCIEDADE CIVIL ← | → SOCIEDADE POLÍTICA |
| --- | --- |
| Hegemonia —— | —— Dominação |
| Consenso —— | —— Coerção |
| Direção —— | —— Comando |

A concepção do "Estado Ampliado" só terá plena aplicação depois que as classes subalternas tiverem conquistado o poder e quando um novo tipo de Estado e de sociedade tiverem sido implantados. Essa fase significa um estágio de evolução para o fim do Estado e para o advento da sociedade regulada.

Entretanto, mesmo antes da conquista do poder pelas classes subalternas, o Estado burguês poderá sofrer um processo inicial de "ampliação", na medida em que essas classes forem conquistando a hegemonia no interior da sociedade civil e em que esta vai conquistando a sua função de direção político-cultural.

Dessa maneira, as classes subalternas podem obter a hegemonia em certas organizações privadas e, por meio da ativa ação política, podem assumir, direta ou indiretamente, a execução de algumas funções de governo. Por exemplo, no sistema escolar, nas comunidades, no campo dos direitos humanos, no controle ambiental, na segurança pública, na saúde pública etc.

Assim estariam sendo antecipadas algumas etapas de ampliação do Estado e criando condições para a tomada do poder (enfraquecimento do Estado burguês).

Na relação da sociedade civil–sociedade política desenvolvem-se a formação sociopolítica das massas e a responsabilidade, a capacidade de governar das classes subalternas.

## À Guisa de Conclusão

A luta pela hegemonia é a ação estratégica central da concepção gramsciana (a "guerra de posição", propriamente dita); como já fizemos alusão. Um dos seus objetivos é criar as condições para a tomada do poder, anulando a burguesia como classe dirigente e enfraquecendo os organismos de coerção do Estado.

A primeira ação da fase seguinte, a fase estatal, corresponde exatamente à tomada do poder, mas só se dando por finalizada a luta pela hegemonia, quando já se estiver realizada, em nível adequado para o exercício do poder, a necessária reforma intelectual e moral da sociedade civil.

O projeto revolucionário, todavia, pode fracassar na tentativa de tomada do poder e deixar inacabada a mudança cultural da sociedade. Os valores tradicionais, morais e cívicos, terão sido destruídos sem que ainda tenham sido substituídos por uma nova formulação ética. Uma sociedade amoral, desorganizada e com uma liderança desfibrada terá sido a herança da revolução inconclusa.

Gramsci admite também a possibilidade de ocorrer um instante crítico e delicado no processo de transformação intelectual e moral da sociedade; um vácuo ético-social e individual, um período de relaxamente e de dissolução moral decorrente da perda momentânea dos valores e tradições anteriores.[35]

O risco, porém, é necessário e se justifica porque uma "nova concepção se está formando".

O empreendimento revolucionário, apesar de tudo, é "ético" porque é adequado aos fins pretendidos.

Este livro pretende ser didático. Por isso, pareceu-nos oportuno resumir esquematicamente a concepção gramscista da *Luta pela Hegemonia*, proporcionando uma visão sintética da fase que justamente expressa a "guerra de posição" na transição para o socialismo.

É também oportuno chamar a atenção para um aspecto importante da estratégia gramsciana: a guerra de posição tem por objetivo a conquista da sociedade civil, incluindo a neutralização das "trincheiras" da burguesia. Isso não significa que a guerra de movimento tenha sido definitivamente descartada. Justamente, a partir desse êxito, a conquista do poder assume as características de assalto ao Estado, se antes não tiver sido possível simplesmente se apossar do poder.

**LUTA PELA HEGEMONIA**

- ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS
  1- Organizações Privadas Voluntárias
  2- Organizações Privadas de Blocos Homogêneos – (Aparelhos Privados de Hegemonia)
- ANARQUISTA (Comunista)
  1- Superação do Senso Comum
  2- Conscientização Político-Ideológica
  3- Formação do Consenso
- NEUTRALIZAÇÃO DO APARELHO HEGEMÔNICO DA BURGUESIA
  - É do aparelho de coerção do Grupo Dominante ("defesa e trincheiras")
  1- Esvaziamento
  2- Enfraquecimento
  3- Constrangimento e inibição
  4- Perdas dos valores orgânicos
- AMPLIAÇÃO DO ESTADO (Estado Ampliado)
  - Identidade – Distinção da Sociedade Civil e Sociedade Política

Capítulo V

# Fase Estatal

A *Fase Estatal* é aquela em que as classes subalternas, conquistando o poder por intermédio de vigorosa ação política do partido e do uso da força, fundam um novo Estado que promoverá as profundas transformações econômicas, sociais, políticas e individuais que instaurarão o socialismo no país até então capitalista burguês.

Essa fase tem muita identidade com a fase da Revolução Socialista de concepção leninista. Entretanto, Gramsci possui alguns conceitos próprios, particularmente quanto à estrutura do novo Estado, à integração da sociedade civil com a sociedade política e à condução das transformações para a implantação da sociedade socialista.

O empreendimento inicial da fase estatal é a conquista do poder sem o que a transição para o socialismo deixa de ser revolucionária e se faz meramente "reformista", na qual sua realização ocorreria em um longo processo cujo êxito seria duvidoso.

O final da fase é a criação do Estado e da sociedade socialista marxista, aquela que tem realizadas em si todas as condições para que se dê a passagem do "mundo da necessidade para o mundo da liberdade": a sociedade comunista.

O agente diretor dos empreendimentos dessa fase de radicais transformações continua a ser o partido, cujo papel de desencadeador, condutor, orientador e culminador do processo é tão importante e indispensável que Gramsci o identifica como o "Moderno Príncipe", noção tirada da obra de Maquiavel *O Príncipe*. Essa associação traz o Príncipe, protagonista de transformações, para o mundo atual e poderia também trazer o epíteto de o "Moderno Maquiavel" ao autor de os *Cadernos do Cárcere*.

FASE ESTATAL
Estado Liberal
PARTIDO (Moderno Príncipe)
Crise
TOMADA DO PODER
ESTADO CLASSE
ESTADO ÉTICO
TRANSFORMAÇÕES PARA O SOCIALISMO
SOCIALISMO MARXISTA
"CATARSE"
Estado sem Estado
COMUNISMO
Sociedade sem classe
1) Crise Orgânica
- Ruptura
2) Tomada do Poder
- Levante armado;
- Guerra Civil Revolucionária;
- Guerra Foquista;
- Via Pacífica ("etapismo");
- Via Parlamentar;
- Rebelião Popular.
3) O Braço armado
- Força Principal;
- Força Subterrânea;
- Organização de Sustentação.
4) Fundação do Novo Estado
- Estado Classe/ Estado Ético;
- Imposição da nova ordem.
5) Transformações
- Mudanças Econômicas;
- Mudanças Sociais;
- Mudanças Políticas.

As ações capitais que o partido conduz ou orienta nessa fase podem ser assim relacionadas:

- Direção da crise orgânica (política, econômica e social) que desestabiliza o Estado burguês;
- Ruptura e conquista do poder;
- Fundação do novo Estado e implementação da nova ordem;
- Realização das transformações socialistas.

Na fase estatal, todas as superestruturas (Estado e sociedade civil) devem desenvolver-se e a estrutura (economia e sistema de produção) deve ser transformada para que se realize efetivamente o socialismo.

## O Moderno Príncipe

Repetindo, o *partido* é o agente diretor das transformações que levarão à fundação do socialismo marxista no país. Acrescentam-se ao seu papel histórico novas funções político-culturais que levaram Gramsci a identificá-lo nessa fase como o Moderno Príncipe.[36]

As novas funções que se apresentam são exercidas em quatro momentos que marcaram o desenvolvimento da fase estatal:

1. Nas crises econômicas, políticas e sociais pelas quais a sociedade liberal-democrática passa eventualmente em sua história e na *crise orgânica* que abre caminho para a tomada do poder;
2. No processo de tomada do poder;
3. Na fundação do novo Estado;
4. Nas transformações econômicas, políticas e sociais.

No primeiro momento, na crise orgânica, o partido deve estar preparado para dirigir os acontecimentos, orientando-os a fim de que produzam resultados progressistas, convenientes e construtivos para o processo de transição ao socialismo e para que não ocorram efeitos reacionários que obstruam esse processo.

No segundo, na tomada do poder, a iniciativa deve ser do partido, que conduzirá o empreendimento de modo a se tornar hegemônico ou único (com exclusão dos outros partidos, inclusive aliados) depois

da vitória, destruindo todas as outras organizações ou as incorporando em um só sistema cujo elemento diretor seja o partido revolucionário.*

No terceiro, na fundação do novo Estado, o partido imporá a sua concepção e fornecerá os dirigentes que, para isso, preparou no interior da própria organização. O partido, potencialmente uma estrutura estatal, está "historicamente fundamentado para criar um novo Estado".

No quarto momento, nas transformações da estrutura e das superestruturas, o partido será o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral da sociedade civil e será o criador de uma vontade coletiva nacional-popular que dará origem a uma nova forma de civilização, moderna e superior.

Essa transformação está diretamente dependente da reforma econômica e do sistema de produção a qual será conduzida pelo Estado.

O partido não se integra ao Estado nem exerce o governo: "Não reina nem governa, mas é o órgão político que tem o poder de fato" (*Op. cit.*); exerce a função hegemônica sobre a sociedade civil e, ao mesmo tempo, mantém vinculação com a sociedade política, sobre a qual exerce função de direção intelectual e moral.

Pode-se imaginar que Gramsci pretendeu distribuir as funções reformadoras entre o partido e o Estado, porém sem perda da unidade de desempenho e de objetivos:

- O partido, o agente diretor (orientador);
- O Estado, o agente transformador.

O partido deverá exercer também função de polícia, isto é, de defesa de uma ordem política estabelecida (legal) contra grupos reacionários depostos do poder ou para conter elementos progressistas radicais que exorbitam em suas concepções. Aliás, função de polícia exercida por qualquer partido político de um grupo dominante.

O partido é progressista quando funciona conforme o centralismo democrático. Torna-se reacionário, quando tende para o centralismo burocrático (alusão ao modelo soviético).

---

* As alianças políticas e de classes admitidas por Gramsci nas fases anteriores à tomada do poder, particularmente com os partidos de massa e populares ("pluralismo das esquerdas" com se diz modernamente), parece que estão fora de sua cogitação na fase estatal que sucede àquele evento decisivo.

Uma parte do partido deverá estar voltada para o "jacobinismo", isto é, para uma linha partidária de oposição radical ao liberalismo (mas partidário da "democracia") e de exaltado ardor revolucionário.[37]

## A Crise Orgânica

A *Crise Orgânica* é um momento histórico em que o grupo dominante, representado pela sociedade política, perdeu a hegemonia, o consenso e a integração com a sociedade civil, tornando o Estado burguês vulnerável à conquista e à destruição pelas classes subalternas guiadas pelo partido revolucionário.[38]

Nem todo rompimento entre governados e governantes é uma *crise orgânica*, digamos, uma *crise institucional*. Há também crises que se colocam em níveis menores:

- Crises político-sociais
- Crises de hegemonia ou de autoridade

Essas crises de menor profundidade podem evoluir para uma crise institucional, sobretudo quando conduzidas por uma "vontade consciente" que as oriente em um processo progressista, na ocasião promissora para a conquista do poder ou em oposição a um movimento reacionário.

### *Crises político-sociais*

Essas crises são produzidas por fenômenos políticos e sociais (e também econômicos) e são "não predeterminadas, não organizadas, não dirigidas de modo evidente", nos quais os governados expressam seu descontentamento e reivindicações por meio de "pressões psicológicas" ("pressões de base")[39]. As classes populares exigem dos dirigentes providências ou modificações econômicas, sociais e políticas. Ocorre uma "fratura" momentânea na unidade social em razão das falhas da sociedade política e das exacerbações no interior da sociedade civil, gerando uma "crise conjuntural" ou ocasional. Ou seja, sem desdobramentos ou consequências históricas importantes.

A divergência popular com a política econômica do governo, exigindo modificações, significa perda de confiança. A repetição desses momentos de antagonismo indica o surgimento da crise político-social e o enfraquecimento do Estado.

Nesse ponto, torna-se oportuno comentar os denominados "movimentos espontâneos", isto é, aqueles que naturalmente irrompem no seio da massa ou de um segmento da sociedade civil, como fenômeno reivindicatório expressivo ou como perturbação da ordem ou insurgência.

Desde logo, pode-se dizer que na existe um movimento espontâneo "puro". Haverá sempre um elemento dirigente por trás ou no meio dele.

Geralmente esses acontecimentos envolvem grupos e classes sociais que ainda não passaram da condição econômico-corporativa e que ainda não alcançaram a condição de *classe nacional*. Esses movimentos espontâneos podem porém ser transformados por meio da "educação" em uma "mentalidade moderna".

Negligenciar ou desprezar esses movimentos é um erro que pode ter graves consequências. É preciso dar-lhes uma "direção consciente" e elevá-los a um plano superior, conferindo-lhes um sentido político objetivo. Isso é tarefa do partido.

A unidade da "espontaneidade" e da "direção consciente", isto é, a disciplina, fará a diferença entre a ação política real das classes subalternas e a simples aventura de grupos que manipulam as massas para realizar os próprios objetivos.

Os movimentos espontâneos de estratos populares mais amplos tornam possível o advento do poder das classes subalternas mais avançadas em razão do enfraquecimento objetivo do Estado burguês. Em outras palavras, podem abrir caminho e proporcionar os meios para a tomada do poder.

*Crises de hegemonia ou de autoridade*

As crises de hegemonia ou de autoridade acontecem em certas ocasiões da vida política do país quando uma classe ou grupo social discorda e rompe com seu partido e com os seus homens, aqueles que o representam e o dirigem na sociedade civil e na sociedade política. Deixam de ser reconhecidos como sua expressão, rompendo os laços de hegemonia do partido dirigente e do governo, criando uma situação de hostil oposição.[40]

A crise pode decorrer tanto do fracasso de um projeto político da classe dominante como do fato de que elementos subalternos passaram da passividade a um inesperado ativismo político, apresentando exigências de certa forma revolucionárias.

A divergência dos grupos sociais com os seus partidos e, por extensão, com o governo dá oportunidade às soluções inadequadas e perigosas para o movimento revolucionário.

A situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois pode contribuir para o surgimento de forças providenciais, representadas por lideranças carismáticas salvadoras e reacionárias, trazendo o risco de soluções de força que ameaçam com retrocesso a transição revolucionária em curso.

A única solução capaz de resolver a crise, afastando o perigo letal representado pelo surgimento de forças "providenciais" que podem chegar ao poder nessas ocasiões, é o recurso normal de unificação dos partidos sob a liderança de um deles, o que melhor represente as reivindicações das classes insatisfeitas; formação de alianças ou de frentes progressistas.

*Crise institucional ou crise orgânica*

Quando a classe dominante perde o consenso da sociedade civil ou de uma fração considerável dela, significa que deixou de ser dirigente e só permanece dominante graças apenas ao poder de coerção que ainda dispõe, exercendo-o por intermédio da sociedade política. Houve, assim, o rompimento das massas com a ideologia tradicional.[41]

Nesse ponto da vida nacional, como se refere Gramsci, "o velho morreu e o novo não pode nascer". É a *crise orgânica* que pode antecipar as condições para a tomada do poder, mas que deve ser conduzida e usada para que se realize essa meta. Ao ser a crise o "resultado do concurso contraditório de forças, é preciso tentar ser a força determinante." O partido constituiu-se como organização política exatamente para ser capaz de dirigir a crise.

Torna-se necessária uma iniciativa política adequada para liberar o "impulso econômico dos entraves da política tradicional" e modificar a direção política de certas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um "bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas" (*Op. cit.*).*

---

* O termo "bloco" tem em Gramsci o sentido de unidade de elementos distintos, opostos ou contraditórios cujo concurso, em um dado momento, cria as condições para se obter um resultado concreto.

Por exemplo, "bloco cultural-social" é aquele que integra intelectuais e a massa na fase de luta pela hegemonia; "bloco econômico-político", a reunião de forças afins antagônicas em um todo homogêneo e sem contradições internas".

"Bloco Histórico" concreto refere-se à unidade ou nexo entre a estrutura e a superestrutura (de elementos do mundo econômico de produção e da sociedade civil) que se produz para o advento da sociedade regulada.

As forças "semelhantes" (progressistas) só se unirão a um organismo novo por meio de uma "série" de compromissos ou pela força das armas, unindo-se em um plano de aliança ou subordinando uma à outra pela coerção.

O emprego da força é apenas uma hipótese, pois a única possibilidade aceitável de aliança com elementos afins é o compromisso. A força só deve ser recurso empregado contra os que se opõem ao projeto revolucionário. Não contra aqueles elementos os quais se querem assimilar e cuja cooperação é preciso obter.

As crises econômicas por si mesmas não provocam imediatamente a crise institucional, mas permitem a difusão de certas ideias e pensamentos que se podem encaminhar para um subsequente agravamento da crise.

Nos regimes parlamentaristas, a crise pode resultar do seu funcionamento, particularmente por razão orgânica ou artificial, pela dificuldade crescente de se formarem os gabinetes, da instabilidade dos próprios gabinetes e da frequência cada vez maior das substituições de governo.

A crise no parlamento é o reflexo da crise dos partidos políticos, pela multiplicação deles e pela dificuldade e instabilidade de gestão orgânica.

Os escritos de Gramsci não se estendem às decorrências práticas da crise parlamentar, mas permitem deduzi-las:

A crise de governo no parlamentarismo pode oferecer, no seu momento agudo e associado à instabilidade econômica e social, oportunidade do partido das classes subalternas apresentar-se como única solução institucional, mesmo que seja minoria, mas por sua organização, coesão e hegemonia. Assim pode chegar ao governo e exigir poderes excepcionais para resolver a crise. Este pode ser o primeiro passo concreto para o golpe de Estado incruento e para a tomada do poder. Foi assim na Itália em 1922 com o fascismo, na Alemanha em 1933 com os nazistas e na Checolosváquia em 1946 com os comunistas.

A crise parlamentar é um caminho interessante de se chegar ao poder, mantendo todas as aparências de fidelidade ao jogo político democrático.

A crise orgânica pode ser um momento, inesperado ou previsível, consequente de um processo político em deterioração. Entretanto, como Gramsci não acreditava no "mecanicismo", certamente deve ter considerado o "protagonismo" do partido para promover esse momento, por meio da subversão, embora tal ação não esteja explícita em seus cadernos. Em

qualquer caso, porém, uma vez irrompida a crise, aproveitá-la (para isso se deve estar preparado) para provocar a "ruptura" e tomar o poder.

## A Tomada do Poder

A concepção estratégica gramsciana não indica claramente a tática de ruptura no momento da crise orgânica e da tomada do poder. Subentende-se que esta vai depender das condições do instante histórico, da "correlação de forças" que "justifica uma atividade de prática, uma iniciativa de vontade" e, em última análise, de uma decisão oportuna dos dirigentes do partido. Entretanto, Gramsci indica, discretamente e com aparência de generalização, que a tomada do poder deverá ser um ato de força.[42]

Será assim, a não ser que a crise orgânica seja de tal profundidade que, bem conduzida pelo partido, provocará o colapso ao Estado burguês, abrindo o caminho para o golpe de Estado incruento.

Para o instante que a "situação culmina e se resolve efetivamente, ou seja, torna-se história" (momento de ruptura), o *braço político* e o *braço armado* do partido devem estar muito bem preparados para serem empregados no "momento favorável". E o momento só será favorável se essas forças estiverem efetivamente prontas e dispostas para agir.

A tomada do poder é o momento culminante da luta de classes, mas não é o seu ato final. O passo seguinte é a imposição da nova ordem, processo que também exige respaldo armado.

### *A relação de forças*

A luta de classes manifesta-se em uma permanente relação ou confronto de forças sociais, políticas e, em última instância, militares, a qual se desenvolve em três momentos ou graus:[43]

1. *Relação de forças sociais* ligada à estrutura objetiva e independente da vontade humana. Tem por base o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção que dão origem aos grupos sociais fundamentais cada um com funções distintas e contrastantes. Daí o antagonismo de classes. O Estado, nessas circunstâncias, é certamente concebido como organismo próprio do grupo dirigente e destinado a proporcionar as condições de desenvolvimento e de máxima expansão desse mesmo grupo.

2. *Relação de forças políticas* relacionada ao grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos grupos sociais opostos em cada fase do processo de transição para o socialismo:
    - Na fase econômico-corporativa, a relação é feita pela unidade e organização do grupo profissional como categoria e não ainda como classe nacional mais ampla.
    - Em um momento intermediário, a relação é feita pela tomada da consciência de solidariedade entre todos os membros do grupo social (classe), mas ainda no campo dos interesses econômicos.
    - Na fase da luta pela hegemonia, a relação é feita pela aquisição da consciência dos próprios interesses que superam os interesses corporativos e tornam-se interesses conjuntos das classes subalternas. Essa fase é essencialmente política, na qual as "ideologias" dos grupos sociais fundamentais transformam-se em "partidos" e entram em confronto (luta de classes) emergindo a hegemonia de um deles sobre a inteira sociedade civil, da burguesia ou do proletariado.
3. *Relação de Forças Militares* está ligada ao momento "imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta".

Nessa curta referência e em outras passagens, Gramsci não abre completamente o pensamento, mas dela se pode deduzir que está falando do momento da "ruptura" (superação inopinada da legalidade burguesa) e da tomada do poder como ato de força, porque o grupo dominante não o cederá sem luta.

### *Modelos históricos de tomada do poder*

Gramsci traz longos comentários sobre a Revolução Francesa, sobre a Unificação (*Risorgimento*) da Itália, de outros eventos revolucionários e sobre o pensamento de Maquiavel em *O Príncipe* e em *A Arte da Guerra*. Embora esteja extraindo ensinamentos práticos dessas fontes, sempre procura dar a impressão de estar falando genericamente. Não entra em detalhes nem indica categoricamente a forma política ou militar para a conquista do Estado. Entretanto, o seu espírito pragmático revela-se nos comentários e não deixa de considerar

as alternativas objetivas para a chegada ao poder, não se iludindo com o determinismo histórico.

Parece-nos que esse momento crucial da estratégia gramsciana é, em quase tudo, semelhante ao mesmo momento da concepção leninista. A diferença está na fase que o antecede. o assalto ao poder leninista é precedido pela "fase democrático-burguesa" que culmina na criação das condições subjetivas e objetivas para o desencadeamento da tomada do poder. A concepção gramsciana, diferentemente, é precedida pela obtenção da hegemonia e do consenso na sociedade civil e pela neutralização das "trincheiras" da burguesia. No momento da crise orgânica, a sociedade já está "subvertida" e suas defesas já estão "minadas".

Pode-se antecipar que a ruptura (superação inopinada da legalidade) e a tomada do poder assumem formas diferentes em cada país e em cada circunstância histórica. Aliás, a estratégia marxista-leninista aplicada aos países de tipo "Oriental" depois de 1917 tomou a feição particular da situação de cada um deles; nenhum movimento revolucionário foi igual ao outro, ainda que a concepção estratégica leninista fosse sempre a mesma.

A experiência revolucionária internacional do marxismo-leninismo exemplifica os modelos de ruptura e de tomada do poder e traz ensinamentos que podem ser cogitados como atos de força eficazes pelos condutores da revolução de concepção gramsciana.

Os exemplos citados a seguir ocorreram todos depois do falecimento de Gramsci em 1935 e, portanto, não foram do seu conhecimento, exceto a Revolução de 1917.

Aparantemente, ele teria em mente que a tomada do poder pudesse ser realizada pela "via parlamentar" nos países europeus parlamentaristas, como fizeram os fascistas em 1922 na Itália e, mais tarde, os comunistas na Checolosváquia em 1946.

Vejamos alguns modelos revolucionários leninistas ocorridos depois da Segunda Guerra Mundial (1939-45):

### 1. Levante Armado

Consiste na ação armada inopinada executada por uma força sob controle do partido, regular ou irregular, contra o governo, para derrubá-lo e tomar o poder.

O levante armado foi o modelo de assalto ao poder da Revolução Bolchevista de outubro de 1917, na Rússia, tornando-se o modelo clássico leninista.

O "braço armado" (força militar do partido) é constituído por uma força popular reunindo grupos e unidades de soldados, marinheiros e operários revolucionários.

A ação de assalto ao poder é predominantemente urbana, culminando com a deposição do governo e a imposição da nova ordem revolucionária. É interessante recordar que exatamente esse modelo revolucionário foi empregado no Brasil na tentativa de tomada do poder conduzida pelo Partido Comunista Brasileiro, em novembro de 1935, usando forças revoltas do Exército regular.

O levante armado pode ser imediatamente decisivo ou poder ter prosseguimento em uma guerra civil posterior à derrubada do governo em razão de uma contrarrevolução burguesa, como de fato ocorreu na Rússia depois de 1917.

2. Guerra Civil Revolucionária

Consiste na guerra interna em que dois ou mais partidos ou grupos nacionais colocam-se militarmente em confronto na disputa do domínio ou do poder no país. A guerra civil inclui ações militares expressivas com duração prolongada e envolve a definição de áreas do território sob controle de cada um dos contendores.

O braço armado é representado por um "exército popular de certo vulto".

As ações são inicialmente irregulares (guerrilha rural), passando progressivamente para operações regulares.

A guerra civil revolucionária foi o modelo da Revolução Chinesa maoísta (1927 a 1949).

3. Guerra Foquista

Forma de guerra civil revolucionária em que as ações são predominantemente irregulares e conduzidas de início a partir de um "foco guerrilheiro" (revolução sem partido).

A guerrilha foquista foi o modelo da Revolução Cubana castrista (1958-59).

O braço armado foi constituído por uma força de guerrilha cujo núcleo foi preparado no exterior e introduzido secretamente no país.

As ações da guerrilha rural são conduzidas com apoio de ações do terrorismo urbano.

4. Via Parlamentar

Modelo de conquista do poder nos regimes parlamentaristas e empregado na Revolução Checa (1945 a 1946).

As ações são predominantemente políticas, conduzidas sob a forma de "pressões de base" (agitação e propaganda, greves, sabotagem, demonstrações, intimidações etc) e "pressões de cúpula" (bloqueio e obstrução parlamentares, oposição radical, exigência de mudanças, terrorismo etc.) para levar o regime à inviabilidade e ao impasse institucional. Fazendo crer que a única solução possível é o partido revolucionário, coeso e disciplinado, é exigido o governo com poderes excepcionais para resolver a crise.

Conquistado o governo, tomadas as posições de força, afastados os opositores principais e com o respaldo do "braço armado" do partido são consumados o golpe de Estado e a tomada do poder.

O braço armado é constituído de milícias populares (ex-combatentes e reservistas), guardas das fábricas (trabalhadores armados) e organizações policiais que estiverem sob controle do partido.

Em uma apreciação de várias passagens dos *Cadernos*, parece que Gramsci vislumbrou nesse modelo tático de chegada ao poder o caminho viável e muito apropriado para os países de regime parlamentarista.

É interessante repetir que, antes da Revolução Checa, tática semelhante foi usada pelos fascistas (1922) que obtêm a nomeação de Mussolini como chefe de gabinete. Em 1925, já estava investido de poderes ditatoriais. Tática idêntica foi adotada pelos nazistas na Alemanha (1933), obtendo a nomeação de Hitler para chefe do governo. Em 1934, fez-se chefe do Estado com plenos poderes.

5. Via pacífica para o socialismo ou "etapismo"

Modelo de conquista do poder nascido com o conceito de "Coexistência Pacífica" adotada pro Kruschev e aprovada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956).

As ações são predominantemente políticas (sobretudo alianças políticas) para a conquista eleitoral do governo ("revolução nacional-popular" ou "democrática-popular").

Uma vez conquistado o governo, a etapa seguinte, depois da criação de condições objetivas, é o golpe de Estado ("revolução socialista") e a conquista do poder.

O braço armado, constituído por milícias populares e grupos operários e camponeses, é o instrumento de respaldo do golpe de Estado. Pode incluir segmentos aliciados das forças armadas.

É interessante recordar que esse modelo de tomada do poder foi tentado por Salvador Allende no Chile (1970-73) que chegou a se eleger presidente da república apoiado por uma frente de esquerda (Unidade Popular). Fracassou quando não conseguiu reunir as condições para o golpe de Estado.

Esse modelo foi também tentado no Brasil (1961-64) no qual a conquista do governo seria procedida por meio de seu domínio político (aliança com o presidente em exercício) e físico do governo (infiltração, controle e pressões de base e de cúpula), e não propriamente pela via eleitoral.

6. Rebelião popular

Modelo tático que consiste na derrubada e conquista do governo pela força, como etapa anterior ("revolução popular-democrática") à tomada do poder pelo golpe de Estado ("revolução socialista").

O braço armado é constituído por grupos armados urbanos (força principal) e por grupos guerrilheiros rurais que atuam em apoio e em reforço à luta urbana.

As forças revolucionárias destinam-se a derrubar o governo executivo (levante armado) no contexto de uma frente revolucionária. Também serão o respaldo para o golpe de Estado que realizará a conquista do poder.

Esse modelo revolucionário foi tentado pela Revolução Sandinista na Nicarágua (1979). Fracassou porque não conseguiu criar as condições para promover o golpe de Estado.

Em uma rápida apreciação desses casos históricos, pode-se verificar que a ruptura e a tomada do poder podem ser conduzidas pelo emprego de três atos de força diferentes:

- Golpe de Estado (conquista do poder);
- Levante Armado (assalto ao poder);
- Guerra Civil Revolucionária (tomada do poder).

Deve-se lembrar que esses diferentes atos de força podem ter as mais variadas concepções, todas condicionadas pela situação e pelo momento histórico de cada país.

No golpe de Estado, o braço armado do partido é especialmente o elemento de força que respalda a ação política ousada e definitiva.

No levante armado e na guerra civil revolucionária, a organização armada é instrumento político que realiza o ato decisivo de tomada do poder.

Há ainda duas circunstâncias históricas particulares em que o emprego da violência armada revolucionária não tem propriamente finalidade de tomada de Estado burguês, mas a de instituição do poder nacional-popular:

- A *Guerra de Libertação Revolucionária*, como, por exemplo, a luta de Tito contra o invasor nazista na Iugoslávia (1941-45);
- A *Guerra de Independência Revolucionária*, como a que ocorreu em Angola e em outros países africanos depois da Segunda Guerra Mundial.

### *O braço armado do partido*

Não descartando a "guerra de movimento" no momento decisivo, Gramsci admite (embora não explicitamente) a necessidade da preparação do instrumento armado para a ocasião do seu indispensável emprego. Deverá ser feita com antecedência e, evidentemente, em absoluto sigilo. Comentando a resistência de Gandhi na luta pela independência da Índia, Gramsci chama de "guerra subterrânea" a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto.[44]

A preparação dos elementos armados pode ser ostensiva quando a hegemonia das classes subalternas for concreta ou quando o Estado estiver muito enfraquecido e com seu poder debilitado. Poderão ser formados "grupos de assalto" ou "grupos de segurança" armados do partido, dos sindicatos e das fábricas. Assim foram organizadas forças de choque como os "camisas pardas" nazistas da Alemanha e os "camisas negras" fascistas na Itália.

Movimentos reivindicatórios radicais urbanos e rurais poderão ser progressivamente armados, aumentando a ousadia das ações ilegais (invasão de terras e edifícios, interdição de instalações e de vias de

transporte etc.), com a indiferença e a conivência da sociedade civil e a omissão da sociedade política.

Apesar de fazer várias referências aos atos de força em certos eventos políticos, Gramsci não descreve abertamente o seu entendimento sobre o braço armado que permitirá a tomada do poder. Refere-se ao "arditismo" e à guerrilha, mas lhes dá importância de forças complementares.*

Na época em que os *Cadernos do Cárcere* foram escritos, as experiências revolucionárias vitoriosas recentes eram apenas a da Comuna de Paris (1871) e a da Revolução bolchevista de 1917. A primeira se caracterizou pela rebelião popular conduzida por grupos armados aos quais se associou a Guarda Nacional, força regular.

Na segunda experiência, a força revolucionária formou-se de grupos de soldados, marinheiros e operários armados, organizados pelos soviéticos e conduzidos por seus líderes. Aparentemente era um elemento improvisado, porém, na verdade, já estavam anteriormente reunidos contando com a experiência militar dos seus componentes.

Nos dois exemplos históricos, além dos integrantes voluntários, havia uma direção militar aproveitada ou preparada pelo partido.

Podemos supor que essa era a experiência que deve ter sido recolhida por Gramsci. Contudo, há de se considerar que a organização do braço armado do partido se dará em condições próprias e diferentes de cada país.

Com base na experiência internacional leninista, a organização armada pode ser a seguinte:

- Força principal;
- Força subterrânea;
- Organizações de sustentação.

A força principal é a que se destina a executar o ato de força para a tomada do poder (levante armado ou guerra civil revolucionária) ou respaldar o golpe de Estado. Pode ser uma força popular (grupos ou unidades de voluntários), uma força de guerrilha ou unidades militares rebeldes do exército regular.

---

* Arditi foram unidades de caçadores alpinos, na maioria voluntários, que se notabilizaram na Primeira Guerra Mundial.

Depois da tomada do poder, a força revolucionária principal é o núcleo de formação do "exército popular" ou "exército vermelho" que será o instrumento de imposição da nova ordem.

A força subterrânea é constituída de grupos de assalto (podem ser do tipo "arditi") e de grupos terroristas.

Ela atua em apoio à força principal ou em ações independentes para desestabilizar a força e o Estado burgueses.

A organização de sustentação é constituída de aparelhos clandestinos de apoio e de elementos armados, que proporcionam suporte logístico ou de inteligência às demais forças de segurança de pessoas e de órgãos revolucionários na clandestinidade.

Para Gramsci, o exército popular do novo Estado é necessário para manter a ordem interna, garantir a implantação da nova ordem e até defendê-lo de uma eventual intervenção externa. Deve ter sua composição com base também na massa camponesa e ser completamente diferente de uma força mercenária.

O autor dos *Cadernos do Cárcere* faz uma advertência importante: a possibilidade da luta política ou da luta armada chegar a um "equilíbrio catastrófico", a um impasse que pode representar um desastre para o movimento revolucionário. Situação em que uma terceira força intervém, dando origem ao "cesarismo", regime forte o qual se instala como salvador da nação.

## Fundação do Novo Estado

O Novo Estado, que será fundado depois da tomada do poder, nascerá das cinzas do antigo Estado burguês em um processo rápido de "destruição-reconstrução", como qualifica Gramsci.

Essa etapa revolucionária envolve dois empreendimentos imediatos:

- Organização do Estado-Classe ou Estado Ético;
- Imposição da nova ordem revolucionária.

Consolidada essa etapa, o Estado Classe passará a desempenhar o seu papel histórico de conduzir a transformação das superestruturas e da estrutura para a realização do socialismo, estágio antecessor do advento do comunismo.

### *O Estado Classe e o Estado Ético*

O Novo Estado assume as características de Estado Classe, identificando-se com os indivíduos das classes populares e, por isso, é de tipo diferente, elemento de cultura ativa e movimento para criar uma nova civilização.[45]

As primeiras providências para a sua organização estão no restabelecimento (destruição-reconstrução) dos órgãos governamentais, desde logo buscando construir as bases de uma complexa e bem articulada unidade da sociedade política com a sociedade civil, em que os indivíduos se autogovernem como complemento orgânico do Estado. Corresponde à concretização de um processo de ampliação do Estado iniciado na fase de luta pela hegemonia. As estruturas orgânicas já criadas ou iniciadas nas fases anteriores da transição para o socialismo deverão ser preservadas e completadas.

Entretanto, enquanto a sociedade civil não tiver alcançado um estágio de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente, há necessidade de um período de poder totalitário ("estatolatria") como forma de consolidação da hegemonia da sociedade civil e da iniciação da vida estatal autônoma ("Estado Ampliado").

Esse estágio assemelha-se à ditadura "popular-democrática" ou à "ditadura do proletariado" como entendida pelo leninismo soviético. Gramsci, porém, preocupava-se com a tendência de perenização desse Estado totalitário, como ocorreu na União Soviética. Não imaginava propriamente a sua progressiva evolução para uma forma de Estado "democrático" à moda do liberalismo ocidental, mas a sua crescente substituição pela sociedade civil, à medida que essa fosse absorvendo certas funções de governo; evolução que vai até o desaparecimento do Estado no momento culminante do advento da "sociedade regulada", o comunismo. Busca assim resolver a questão da hegemonia (consenso e direção político-cultural da sociedade civil) e da ditadura (autoridade e coerção da sociedade política), tentando um equilíbrio entre a desejada autonomia da sociedade e a imposição do Estado, para realizar o processo de formação política, econômica e social que resultará no socialismo.

No desempenho dessa função civilizadora, a imagem que se destaca é a do *Estado Ético* o qual promove o crescimento da sociedade

civil sem anular os espaços de suas iniciativas espontâneas e livres, sem perder de vista a construção do socialismo e da sociedade regulada. Isso se fará de modo a que o indivíduo e a sociedade amadureçam na responsabilidade e na socialização do poder, fazendo desaparecer progressivamente os mecanismos de coerção do Estado que finalmente se transformará em "Estado sem Estado" no advento da sociedade regulada (o comunismo).*

*Imposição da Nova Ordem*

A questão imediata que se apresenta ao partido-classe (o Moderno Príncipe) e ao Estado ainda em fundação é a implantação da nova ordem.[46] É uma etapa crítica que se desenvolve em meio ao caos institucional e à perspectiva ou à realidade concreta e "catastrófica" de um retrocesso e da intervenção "cesarista", isto é, de uma força autoritária e salvadora que pode interromper o curso da revolução.

O novo regime que se implanta não poderá deixar de ter o caráter militar-ditatorial. E uma de suas primeiras providências deverá ser a criação do "exército popular" ou "exército vermelho", instrumento político armado que será usado para apoiar a implantação do novo Estado e para assegurar a ordem pública.

A organização militar pode ter por base o braço armado do partido e contar com o aproveitamento inicial de militares profissionais "progressistas" das desativadas forças armadas burguesas. Como já foi mencionado, o elemento camponês tem no novo exército participação indispensável, ao passo que o concurso de mercenários e "voluntários" estrangeiros nem sempre é conveniente.

A segunda questão de imposição da nova ordem será o desmantelamento do aparelho hegemônico e estatal burguês (suas "trincheiras" e "fortificações"). No entanto, esse processo de destruição deve ser seguido (melhor será simultâneo) da reconstrução e criação de novos órgãos de governo e a retomada da atividade econômica (processo de "destruição-reconstrução").

A terceira questão será a superação das resistências internas do próprio movimento, dos velhos dirigentes intelectuais "teimosos", cuja

* O Estado é ético quando está voltado para a realização dos fins buscados pela sociedade (o comunismo) e quando proporciona condições para que os indivíduos possam aceitar espontaneamente e livremente as iniciativas que propõe.

atuação pode prolongar a crise. Essa questão estende-se ainda à repressão ao radicalismo de certos segmentos revolucionários.

Finalmente, a questão se apresenta sob a forma de ameaça ou de efetividade de uma contrarrevolução burguesa ou de uma intervenção estrangeira. Ambos os eventos ocorreram na Rússia depois da tomada do poder, em outubro de 1917.

### Transformações para o Socialismo

Depois da tomada do poder, a fundação do novo Estado e de superação das principais questões de imposição da nova ordem revolucionária, o Estado Classe se dedicará prioritariamente à condução das radicais e necessárias transformações para a implantação do socialismo e para desenvolvimento das condições de passagem deste para a "sociedade regulada":[47]

- No aparelho econômico de produção;
- Na sociedade e nos indivíduos;
- No sistema político.

As transformações se produzirão em toda a extensão e profundidade da estrutura e das superestruturas, no sentido da socialização da economia, da sociedade e da política.

Essas mudanças, como superação da antiga ordem capitalista liberal, têm também significado de destruição (destruição-reconstrução):

- Destruição do sistema capitalista;
- Eliminação da classe burguesa;
- Superação do sistema liberal-democrático.

O processo de transformação destrói o velho e edifica o novo, operando essencialmente sobre as forças econômicas, modificando e desenvolvendo o sistema de produção. Paralelamente, se orientarão as transformações das superestruturas políticas e sociais.

As mudanças realizadas nos primeiros tempos revolucionários não são absolutas, porém de caráter tendencial, completando-se no progressivo desenvolvimento da construção do socialismo.

O Estado, no longo e contínuo processo de mudança e de desenvolvimento, é fundamentalmente o agente desencadeador, educador e transformador, atuando na função de Estado Ético.

*As transformações da estrutura econômica*

A intervenção do Estado (identificado com o grupo subordinado) na economia é uma condição preliminar de qualquer atividade econômica coletiva.[48]

Na economia, o centro unitário é a relação entre o trabalho e as forças industriais de produção, portanto ponto de referência para a sua transformação e para o estabelecimento do socialismo marxista.

O desenvolvimento das forças econômicas em novas bases e a instauração progressiva de uma nova estrutura sanarão as contradições existentes na sociedade capitalista. A transformação da estrutura econômica consiste justamente na superação do sistema de produção baseado na propriedade privada e na divisão de trabalho que resulta na divisão de classes.

A atividade econômica de massa, antes de mais nada, fundamenta-se na propriedade coletiva dos meios de produção (estatização, coletivização ou gestão coletiva desses meios). Esse empreendimento se tornará realidade por meio de uma vontade coletiva organizada, destruindo e substituindo o antigo sistema.

"Quando o *subalterno* se torna dirigente responsável pela atividade econômica de massa, (...), opera-se então uma revisão de todo o modo de pensar (...) se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais, tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista, (...), agente necessariamente ativo e empreendedor".

"Não pode haver igualdade política (e social) completa e perfeita sem igualdade econômica" *(Op. cit.)*.

*As transformações da sociedade civil e do indivíduo*

O Estado Classe, conduzido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica de produção, é o instrumento próprio e capaz de realizar a radical e concreta transformação da sociedade civil, adaptando-a à nova estrutura econômica.[49]

Não se espera que as velhas condições culturais e morais desapareçam ou se modifiquem pela simples propaganda e persuasão. É preciso a iniciativa de um agente modificador forte. A atuação do Estado, que deve criar e manter um novo tipo de civilização e desenvolver um novo tipo de cidadão, tem um aspecto positivo de educação cívica, mas

também um aspecto negativo de ação repressiva e punitiva de alcance moral em face da "ação ou omissão criminosa".

A sociedade política é assim o aparelho de coerção que assegura legalmente a disciplina. Idealmente, porém, o Estado Classe deve ser concebido como elemento "educador".

As mudanças da sociedade civil abrangem três empreendimentos principais:

- Tornar homogêneo o grupo social, agora grupo dominante;
- Realizar a reforma intelectual e moral dos indivíduos;
- Desenvolver uma vontade coletiva nacional popular.

1. Unidade do grupo social dominante

O desfecho pretendido na luta de classes – um dos princípios da revolução socialista – é a assimilação ou dissolução da classe burguesa.[50]

De início, entretanto, a parte mais avançada do grupo social que se fez dominante deverá assimilar o grupo subalterno como um todo, tornando-o "homogêneo" e capaz de ganhar unidade e assumir o seu papel dirigente e protagonista.

Os diferentes graus de desenvolvimento que as classes subalternas alcançaram antes de se tornarem dirigentes (luta pela hegemonia) vão determinar a maneira pela qual será elaborada a sua homogeneidade. "Certas classes subalternas devem atravessar longo período de intervenção jurídica rigorosa e depois atenuada, ...".

Outras poderão alcançar logo a sua unidade, e sua expansão não cessa até a *absorção completa na sociedade*.

Essa é a condição necessária para o desaparecimento definitivo das classes na futura sociedade regulada.

A assimilação de todo o grupo social à sua fração mais avançada é um problema de educação de massas, de sua "conformação" às exigências do fim a alcançar o socialismo marxista, estágio de transição para o comunismo.

2. Reforma intelectual e moral dos indivíduos

Tornando homogêneo o grupo social, o Estado tende a criar um *conformismo social* que seja útil ao desenvolvimento do grupo e que expresse uma significativa mudança intelectual e moral dos indivíduos.

*Conformismo social* – Assimilação pelas massas, espontânea e livremente, de um novo comportamento intelectual e moral, adequado ao desenvolvimento do aparelho econômico de produção e à elaboração de um novo tipo de humanidade.

O conformismo é um desdobramento do consenso e deve ser útil ao desenvolvimento do grupo. "Na prática, é a correspondência, espontânea e livremente aceita, entre atos e omissões de cada indivíduo, entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade propõe como necessários."

O conformismo que daí resulta é espontâneo e livre se a coerção exercida não é somente estatal, mas da opinião pública. Contudo, para criar novo tipo de cidadão, o Estado deverá criar novo tipo de convivência e de relações individuais, fazendo desaparecer certos costumes e atitudes e fazendo difundir outros, atuando segundo um plano que educa, incita, pressiona e "pune". "A classe dirigente impõe a toda a sociedade aquelas normas de conduta ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento".

O direito revolucionário será instrumento para essa finalidade, ao lado da escola e de outras instituições e atividades. Todavia, o direito não expressa toda a sociedade, porém a classe dirigente.

A transformação intelectual e moral dos indivíduos é luta contra o individualismo, contra certo individualismo, aquele com conteúdo social, em especial, contra o individualismo econômico (da iniciativa e do lucro) que, nessa fase histórica, já deve estar superado, embora tenha representado uma fase do desenvolvimento progressivo.

Deve-se lutar contra o conformismo imposto, autoritário. O conformismo voluntário é o que leva ao *homem coletivo*, por meio do desenvolvimento da individualidade e da personalidade crítica.

*Homem coletivo* – grupo de pessoas, com os mesmos pensamentos e interesses, que agem juntos, desenvolvendo uma atividade com fins comuns.

O homem coletivo é a imagem da coletividade, entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtido por meio do esforço individual efetivo.

Quando o Estado era concebido como algo abstrato da coletividade, tudo fazendo e tudo providenciando, ocorria a ausência de uma "democracia real e de uma vontade coletiva nacional-popular".

3. A vontade coletiva nacional-popular

Um dos primeiros esforços a ser dedicado ao empreendimento das transformações da sociedade civil é a formação de uma vontade coletiva nacional-popular.[51]

> *Vontade coletiva* – desígnio, como consciência operosa da necessidade histórica do grupo social, protagonista de um processo de transformação para realizar um determinado fim político.

A vontade coletiva é a manifestação completa do consenso, do conformismo social e do protagonismo que possibilitarão a realização das transformações concretas que criarão a nova civilização, passando pelo socialismo.

A sua formação consiste no desenvolvimento de qualidades, traços característicos, deveres e "disciplina".

Por disciplina entende-se uma relação continuada entre governantes e governados, não como acolhimento passivo e servil de ordens, mas como aceitação voluntária de uma orientação necessária ao atingimento dos fins desejados pela sociedade. Portanto, "a disciplina não anula a personalidade e a liberdade" em razão da credencial e da "origem do poder que ordena a disciplina": o Estado Classe. Naturalmente também pela natureza "ética" da disciplina, representada pelos fins que se buscam e pela sua voluntariedade.

Em determinadas ocasiões, será necessária a imposição coerciva da disciplina para garantir o êxito do projeto ou impedir a aparição de certos segmentos sociais resistentes por ação ou omissão.

A vontade coletiva nacional-popular não se formará se não incluir na vida política a grande massa dos camponeses.

### *As transformações no sistema político*

A mudança política concreta se dá no momento mesmo em que o poder é conquistado pelas classes subalternas, guiadas pelo seu partido orgânico (agora hegemônico ou único, excluídos todos os outros

e demais organizações políticas), e em que é fundado o novo Estado. Em outras palavras, no momento em que o Estado liberal democrático burguês (eventualmente, a ditadura oligárquica) está superado.

O novo Estado assume um formato de "estatolatria", isto é, uma forma altamente centralizada, ditatorial, fazendo-se capaz de produzir as transformações econômicas, políticas e sociais necessárias.[52]

No entanto, o processo de ampliação do Estado, fazendo a conexão da sociedade política com a sociedade civil, envolvendo-a na condução das coisas públicas, deverá proporcionar contínuo desenvolvimento na direção, afinal, do desaparecimento do próprio Estado.

Gramsci é mais "idealista" na concepção do socialismo, destacando particularmente o conceito de "Estado Ampliado" que, teoricamente, valoriza o papel dirigente da sociedade civil, projetada na vontade coletiva nacional-popular que idealmente atenua a "estatolatria", a qual caracterizou o Estado totalitário soviético.

Depois da tomada do poder e da implantação da nova ordem, todas as transformações conduzidas para a realização completa do socialismo também contribuem para um contínuo desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos e da sociedade civil para a criação das condições do advento da sociedade regulada.

É uma permanente evolução até que se dê o momento místico da "catarse", no conceito Gramsci. O exemplo histórico desse "contínuo buscar" (ou de esperar o mecanicismo histórico?) é o da União Soviética. Nela, a evolução durou 74 anos e terminou no colapso do projeto sem que, em nenhum momento, se tivessem realizadas as condições da "passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade".

O sistema econômico socialista não se mostrou eficiente, embora tenha produzido espantoso avanço industrial, possivelmente muito mais pelo impulso do Estado totalitário do que pela excelência do socialismo soviético. A renda *per capita* não cresceu significativamente, e a almejada "divisão equitativa da renda" nunca passou de "a cada um, segundo a sua necessidade". Em outras palavras, só ocorreu a "socialização da pobreza".

A União Soviética e os outros poucos países socialistas, por motivo diversos, confrontaram-se econômica e politicamente com as demais nações "ocidentais" capitalistas, prósperas e democráticas, deixando

transparecer um contraste desvantajoso e um antagonismo ideológico de natureza bélica que ainda mais contribuíram para a perenização do Estado totalitário. Pode-se então repetir que, em um segundo momento, outra vez "o velho morreu e o novo não pôde nascer". Nesse caso, o novo morreu também.

Também alguém, açodado e pouco instruído, pode confundir o Estado Classe com a sociedade regulada ou se conformar com essa ilusão. Se assim fosse, nada mais haveria por fazer, e a revolução terminaria no socialismo.[53] Igualmente estaria frustrado o nascimento da sociedade comunista.

Epílogo

# A Utopia

Gramsci desenvolveu uma concepção revolucionária para realizar a "transição para o socialismo", estabelecendo com clareza cada etapa do processo. O seu conceito estratégico, porém, está "regulado" (descrito em detalhe) até o estabelecimento da sociedade socialista, seu objetivo estratégico. Contudo, esse não é o objetivo final, senão a condição necessária para o advento da sociedade comunista, objetivo político-ideológico definitivo.

Gramsci insiste em que, uma vez estabelecido o socialismo nas suas condições mínimas (socialização do sistema econômico de produção), desaparecimento da classe burguesa e "ampliação" do Estado), haveria a necessidade de um continuado aperfeiçoamento intelectual e moral dos indivíduos, da sociedade civil e do Estado. Essa evolução levaria finalmente a um momento especialíssimo de "passagem" ou, como diz Gramsci, de "catarse", dando ensejo ao surgimento da sociedade comunista, o "mundo da liberdade".

A nova concepção do mundo e o trânsito para ele é que fazem a *utopia*, a expectativa ideal, a "terra prometida", a ilha distante que está além do horizonte visível, mas que justifica e dá sentido ético a todos os esforços, estratagemas e sacrifícios para estabelecer as bases de sua venturosa conquista. Alguém já comparou a utopia marxista com o *eldorado* cujo atingimento se pode assemelhar à conquista dos impérios pré-colombianos na América e à tragédia que os atingiu.

A compreensão teórica (já que não há antecedentes históricos) da utopia marxista apresenta duas questões importantes; uma, central; outra, precedente:

- O que é a *sociedade comunista* e como Gramsci a vê?
- Em que momento a sociedade comunista se inaugura e como se dá a passagem do mundo antigo (o da "necessidade") para o mundo novo (o da "liberdade")?

## A Sociedade comunista

Comunismo, no entendimento generalizado, é o sistema social que uma sociedade adota e que se caracteriza pela comunhão de bens, não somente dos meios de produção, mas também do produto do trabalho. Esse conceito aplica-se em particular a algumas comunidades pequenas e a certas irmandades de caráter religioso ou filosófico. O projeto político-ideológico, de Marx e Engels, estende essa concepção às sociedades nacionais.

### *Sociedade comunista marxista*

O conceito marxista do comunismo não é diferente desse entendimento geral, mas acrescenta uma visão idealista de sociedade perfeita, condição de civilização acabada e superior.

> *Comunismo marxista* – sistema de organização econômica e social baseado na sociedade sem classes, na propriedade coletiva, na distribuição equitativa da riqueza e supressão do Estado.

O comunismo é a culminância histórica superior ao socialismo.

Depois do declínio e dissolução da I Internacional (1864-76), o termo "socialismo" absorveu a expressão "comunismo" no uso político generalizado, servindo para gerar alguma confusão, às vezes conveniente, de entendimento ideológico de certos conceitos e de reconhecimento de determinadas organizações políticas.

O termo comunismo também serve para designar a concepção revolucionária marxista. O Estatuto das Ligas Comunistas (1847) estabelecia como objetivos do comunismo a "derrubada da burguesia, domínio (*supremacia*) do proletariado, fundação da nova sociedade sem classes e sem propriedade individual". O Manifesto Comunista (1848) de Marx e Engels repetia esses objetivos que passaram a ser "marxistas".

A sociedade comunista é a superação de toda uma concepção econômica, política e social passada. Em termos dialéticos, é a última "síntese" que funda uma nova civilização. A socialização do sistema

econômico de produção põe fim a todas as contradições que decorriam da ordem capitalista burguesa: a divisão de trabalho, a divisão e o antagonismo de classes.

Pode-se dizer que tudo isso é utópico, um "deve ser". Mas também pode-se dizer que "o que era utopia no reino da necessidade passa a ser verdade após a passagem para o reino da liberdade" (*Op. cit.*).

A primeira e mais notável realização é a socialização do sistema econômico de produção da qual resultará a sociedade sem classes, na qual todos os cidadãos são os "produtores associados" e há "uma divisão de trabalho justa e harmônica" (*Op. cit.*).

Daí decorre a superação das contradições e antagonismos de classe, tornando desnecessárias certas instituições que, por isso, desaparecem no "reino da liberdade":

- as classes;
- a luta de classes;
- o partido;
- o Estado;
- a filosofia da práxis;
- o direito;
- as ideologias.

### *Visão gramsciana da sociedade comunista*

A sociedade comunista na visão de Gramsci é, em tudo, idêntica à visão marxista. Entretanto, ele introduz dois conceitos originais que lhe trazem novo conteúdo:

- Sociedade Regulada;
- Estado sem Estado.

A *sociedade regulada* representa a nova ordem social, a própria sociedade comunista sem classes que, no seu contínuo desenvolvimento, tornou-se o lugar onde as massas encontram as condições para se tornarem sujeitos livres e socializados, *homens que produzem e governam.*

> *Sociedade regulada* – lugar onde a comunidade dos indivíduos que alcançam níveis superiores de cultura absorvem o sistema econômico e o Estado, fazendo desaparecerem as classes e adquirirem a capacidade de autogoverno; sociedade comunista.

Os organismos sociais da sociedade regulada absorvem a economia, no sentido de subordiná-la ao controle consciente e programado dos "produtores associados".

Esses mesmos organismos assimilam a sociedade política, pois suas funções se diluirão nas relações conscientes e consensuais que caracterizam a sociedade regulada.

Esta, finalmente, é a esfera totalitária (universal) que realiza a unidade do indivíduo, da sociedade, da economia e do Estado.

Gramsci chama a atenção para o equívoco de se confundir o conceito de Estado Classe com o de sociedade regulada. Nas etapas mais avançadas da transição para o socialismo, o Estado Classe que, nos primeiros momentos da fase estatal, tem a configuração e a atuação de um "Estado operário revolucionário" nos momentos mais adiantados vai tomando a feição de Estado socialista cada vez mais "ampliado". Em dado instante, os "otimistas apressados" podem tomá-lo como "obra acabada", quando, na realidade, todas as condições econômicas, políticas e sociais ainda não caracterizam a nova civilização, a sociedade comunista ou sociedade regulada.[54][55]

*O desaparecimento do Estado para Gramsci não é imediato*

A sociedade comunista define-se como sociedade sem classes e sem Estado – "onde existe liberdade, não existe Estado". Gramsci, porém, realista e objetivo, aceita a permanência de um Estado remanescente, dotado ainda de alguns dos mecanismos de coerção e que realiza determinadas funções que não podem ser executadas com eficiência pelos organismos da sociedade regulada.[56]

Ao absorver a sociedade política, a sociedade civil torna-se um organismo público e cria novo Estado capaz de orientar a economia e as potencialidades sociais na direção do interesse comum. A sociedade regulada adquire então a imagem de "Estado sem Estado".

O Estado comunista (remanescente) terá a função de "Estado-Gendarme" (ou de "Estado-Guarda Noturno"), em uma associação alegórica ao Estado liberal (Estado mínimo). Um organismo coercitivo que "protegerá o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em contínuo incremento e que, no entanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias coativas". E isso não pode fazer pensar em um liberarismo, embora esteja por se dar o início de uma era de "liberdade orgânica".

## A Passagem para o Comunismo

O progressivo processo de socialização e de contínuo desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e do indivíduo na fase estatal socialista, em determinado instante, chega à perfeição ou à quase perfeição, inaugurando a sociedade regulada ou sociedade comunista.[57]

O processo de aperfeiçoamento é longo e deve chegar a resultados ideais de organização e funcionamento institucionais e, sobretudo, de elevado nível intelectual e moral das massas que se expressará na realização de um "bloco histórico concreto".

### *O bloco histórico concreto*

O bloco histórico é unidade dos contrários e dos distintos, da estrutura (natureza) e das superestruturas (espírito).[58]

Na dinâmica da sociedade, integram-se forças "materiais" (elementos e relações sociais de produção) e os movimentos ético-políticos (vontade coletiva e protagonismo). Nessa relação de reciprocidade entre estrutura e superestruturas, é possível combinar um amplo projeto político abrangendo planos econômicos que incluem a participação dos indivíduos que acabarão se tornando "produtores associados". "Quando os indivíduos adquirem consciência de sua posição social e dos seus objetivos no terreno das superestruturas (*sociedade civil* e *sociedade política*), isso significa que, entre a estrutura e as superestruturas, existe um nexo necessário e vital" (*Op. cit.*).

O bloco histórico concreto não é realizado apenas pela relação de interesses econômicos mas também por afinidades culturais.

A concretização desse nexo histórico identifica-se com a superação do capitalismo e das contradições dele decorrentes, representando o que Marx denomina "subversão da práxis". Isso quer dizer que se modificou radicalmente a relação entre vontade humana (superestrutura) e o sistema econômico de produção (estrutura), estabelecendo a unidade que caracteriza a sociedade regulada, última síntese do processo dialético real.

A formação do bloco histórico é condição fundamental para a realização da passagem da velha para a nova concepção do mundo, momento "místico" a que Gramsci denomina "catarse", isto é, momento de purificação.

### *A catarse*

Catarse é a expressão que serve para indicar a passagem "do momento econômico (egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens".[59]

Esse momento "coincide com a cadeia de sínteses do desenvolvimento dialético" que oscila entre duas condições expressas pelas seguintes proposições de Marx:[60]

1. Nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução já não existam as condições necessárias e suficientes ou que não estejam prestes a existir;
2. Nenhuma sociedade desaparece (não pode ser substituída) antes que tenha esgotado todo o seu conteúdo e que tenha desenvolvido novas e superiores relações de produção.

Essas proposições sugerem que o "momento catártico" não é um instante "mágico" ou espontâneo, mas a realização de condições necessárias para a qual devem agir os grupos políticos ativos e, até mesmo, as grandes personalidades históricas.

A catarse é o próprio momento de *passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade*. Esse momento é um acontecimento histórico de transformação complexa e radical:

- da condição econômica (egoístico-corporativa) para condição ético-política;
- do objetivo (do dever-ser) para o subjetivo (do ser);
- da classe em si, para classe para si.

O reino da necessidade corresponde ao período econômico-corporativo capitalista burguês, condição histórica da divisão de trabalho e da consequente divisão de classes. Em termos subjetivos, é a época na qual se quer toda uma série de coisas, materiais e morais, que não se possui.

O reino da liberdade é a nova civilização em que o capitalismo e a sociedade burguesa estão superados e onde os indivíduos gozam a liberdade "orgânica", aquela que provém da libertação da dominação de classe e da coerção do Estado já extinto.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

Gramsci traz novas luzes que ajudam a compreender a sociedade comunista e a explicar a sua realização, embora de uma maneira um tanto otimista. Contudo, o advento dessa utopia encontrará dificuldades que uma inteligência crítica pode identificar com poucos argumentos.

O principal questionamento é a superação concreta do Estado. De início porque o longo processo de transformação da sociedade civil e dos indivíduos exige a presença educadora e continuada do Estado. Em segundo lugar, e talvez notadamente, não se pode imaginar um país comunista pioneiro "sem Estado" no concerto das nações capitalistas fortes e bem conduzidas por Estados eficientes. O antagonismo seria inevitável. O efeito dessa realidade é justamente a tendência do fortalecimento e da perenidade do Estado socialista. Foi o que ocorreu com a União Soviética, fazendo da sociedade regulada ali uma utopia cada vez mais remota, inalcançável.

Igualmente questionável é o desaparecimento das classes na sociedade regulada. Embora se possa imaginar que, em termos econômicos, a sociedade venha a ser reduzida a uma "massa igualitária", semelhante exercício de imaginação se torna difícil quando posto em termos de poder funcional das pessoas na organização da sociedade. Alguma espécie de hierarquia deverá haver na gestão das atividades produtivas, na administração dos organismos políticos remanescentes do "Estado-Gendarme" e na direção da dinâmica social. Esse cenário antecipado acabará criando uma diferença de posições funcionais e sociais e de consequentes diferenças de privilégios entre as pessoas. Inicialmente, manifestada por uma burocracia, daí para uma *nomenklatura* ou *aparat* e, finalmente, por uma espécie de aristocracia político-econômica ou "nova classe": inevitável estratificação social. Não foi assim na Rússia e não está sendo assim na China?

A História também tem mostrado a ineficiência da economia socializada (estatizada). Tirante aspectos conjunturais decorrentes da Guerra Fria (1946-90) e da corrida armamentista que sorviam rios de dinheiro, a verdade é que a economia socialista do bloco soviético não competia com a economia capitalista ocidental. Para não comparar diretamente as superpotências (URSS x EUA), basta ficar na melhor comparação da República Democrática da Alemanha (socialista) com a Re-

pública Federal da Alemanha (capitalista). A diferença de prosperidade nacional e de padrão social das populações era flagrante e tão chocante, que foi necessária a construção do Muro de Berlim, a fim de a população toda da RDA não migrar para a RFA.

Não se trata só de comparar desempenho econômico, mas de constatar que a economia socialista dirigida inviabilizará o desaparecimento do Estado, e a "catarse", a passagem do "reino da necessidade para o reino da liberdade", não acontecerá jamais.

Quando o marxismo clássico afirma que a sociedade capitalista contém dentro de si as contradições as quais gerarão a ruptura que a levará ao comunismo, poderia também acrescentar que ela contém todos os instrumentos e potencialidades para produzir a prosperidade (não discutimos agora o problema de distribuição da riqueza) que poderia garantir o êxito posterior do socialismo e do próprio comunismo. Essa afirmação torna inviável a revolução nos países pobres. Aliás, é o que se pode ver nos países da África e em Cuba, que fizeram a opção "espontânea e livre" pelo socialismo.

Em que pesem a originalidade e a coerência da concepção revolucionária de Antônio Gramsci, fica a dúvida se ela serve para realizar o que promete. A mudança da estratégia de transição para o socialismo não garante a fundação da nova civilização. Mais provavelmente levará as classes subalternas e a inteira nação ao impasse do socialismo totalitário e, finalmente, ao colapso político-econômico.

Valerão a pena os sacrifícios que a revolução gramscista impõe pela promessa "ética" de uma nova civilização inatingível?

*Postscriptum*

# O Gramscismo no Brasil

Como fizemos alusão no prólogo deste livro, os *Cadernos do Cárcere* de Antônio Gramsci só vieram a público entre 1948 e 1950 com a "edição temática" organizada por Palmiro Togliati e, em 1975, com a "edição crítica" preparada por Garratama.

No Brasil, a primeira edição do trabalho de Gramsci aconteceu entre 1966 e 1968 por iniciativa de Enio Silveira, da Editora Civilização Brasileira. Nova edição ocorreu no final da década de 1970, ainda tradução da versão temática de Togliati, tornando-se a mais conhecida da intelectualidade brasileira.

É interessante mencionar que essas duas edições foram feitas no período de vigência da Revolução de 1964 (1964-85).*

## O Partido Comunista Brasileiro e Gramsci

Por volta de 1972, o Partido Comunista Brasileiro vinha de uma frustrante e contundente derrota na sua tentativa de tomada do poder no Brasil. Tanto na primeira investida (a intentona de 1935), quanto na segunda ("via pacífica"), o partido seguiu o modelo marxista-leninista para chegar ao poder, fiel à orientação da Internacional soviética em cada uma das ocasiões.**

---

* A Revolução de 1964, segundo os critérios de Gramsci, poderia ser reconhecida como uma "revolução-restauração" burguesa.

** A crise política de 1961, em razão da intempestiva renúncia do presidente Jânio Quadros, deu oportunidade para o PCB tentar pela segunda vez a conquista do poder. Nessa ocasião, a concepção revolucionária seria a "via pacífica para o socialismo". A primeira etapa, que antecede o assalto ao poder, a Nacional-Democrática", seria a conquista do governo. A circunstância da época indicava o caminho do domínio do governo de João Goulart, representante de uma esquerda populista caudilha e conivente, por conveniência e constrangimento, com o PCB de Luiz Carlos Prestes.

Havia certa perplexidade no interior do partido que se questionava quanto à validade dos modelos leninistas de "assalto ao poder" e da "via pacífica para o socialismo" (ou "etapista"), ambos malsucedidos no Brasil. Além disso, havia ainda a má referência da imprudente e cruel opção pela luta armada de alguns grupos dissidentes da orientação partidária que não conseguiram ir além do terrorismo urbano (1966-73). Começaram então a aparecer os primeiros indícios de que alguns dirigentes do partido passavam a se interessar pela estratégia de Gramsci já, de certa forma, revelada pelo eurocomunismo. "Como poderia, todavia, o Partido Comunista transpor mecanicamente para o Brasil uma doutrina que se preocupava, no seu tempo, em equacionar os caminhos a percorrer do fascismo à ditadura do proletariado e estabelecer qual o sistema de alianças a ser composto para atingir a meta intermediária de um governo democrático"?*

Com efeito, em 1973, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro realizou uma criativa manobra intelectual que se poderia comparar a uma transposição para o Brasil da situação da Itália em 1930: aprovou uma resolução em que definia o regime brasileiro como *fascista*. Assim propunha a formação de uma aliança "antifascista, incluindo todas as forças de esquerda e de oposição ao regime político vigente, tendo por objetivo a "redemocratização" que lhe abrisse espaço para voltar à atividade política ostensiva e à luta pelo socialismo.

A partir dessa resolução, (recorde-se, com a ausência de Prestes, então refugiado na União Soviética), o partido passou a dar prioridade aos objetivos imediatos de:

- Restauração da democracia;
- Anistia;
- Assembleia Constituinte.

Evidentemente, a opção por essa linha de atuação não significava uma deliberada adesão à estratégia gramsciana, mas com ela coincidia de maneira interessante e indicativa, porque estava muito de acordo com o conceito de Gramsci referente ao *intermezo* democrático burguês entre a queda da ditadura fascista e a ditadura do proletariado.

---

* AZAMBUJA, Carlos I.S. *A Hidra Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora Samizdat, 1985. O autor refere-se ao *intermezo* democrático burguês preconizado por Gramsci para realizar a transição entre a queda da ditadura oligárquica e a inauguração da ditadura do proletariado.

Embora aqueles objetivos fossem também das esquerdas e das oposições ao regime em geral, o partido coerentemente os antecipou como diretriz de sua atuação política naquele momento histórico.

Indicativamente também, a partir de 1972, pronunciamentos de destacados membros do partido e artigos publicados nos jornais orgânicos e na imprensa diária passaram a conter frequentes referências às "categorias" e ideias de Gramsci. Algumas vezes claramente, mas em geral apenas citadas no contexto das declarações. Embora fossem significativas as indicações de envolvimento de membros do partido com as ideias de Gramsci, essa posição não era unânime.

A presença do PCB nas campanhas "populares" anteriores a 1979 não foi muito destacada porque, em 1974 e 1975, os órgãos policiais e de segurança, depois de derrotar o terrorismo urbano e uma tentativa de implantação de guerrilha maoísta no país, voltaram-se finalmente contra ele, desorganizando severamente sua estrutura e atuação. Seus militantes foram presos ou refugiaram-se no exterior. Os remanescentes optaram pela clandestinidade ou pela infiltração no partido do Movimento Democrático (MDB), de oposição; tática da dupla-militância. Já nas eleições parlamentares de 1978, foram eleitos por essa legenda 27 deputados federais e 36 estaduais comunistas.

Quando em 1979 o regime revolucionário de 1964 tomou a iniciativa da abertura política (revogação do Ato Institucional nº 5 e a declaração da Anistia), o movimento comunista mesmo assim se atribuiu os méritos das mudanças democráticas. O partido, entretanto, estava enfraquecido, especialmente depois da divergência entre Prestes, que regressara de Moscou, e os membros do Comitê Central, resultando no afastamento do velho líder ainda preso aos "dogmas" da Internacional soviética. Contudo, a ortodoxia do próprio comitê central o levou também a hostilizar os membros de tendência gramsciana, o que acabou por fazer com que muitos deles se afastassem do partido e buscassem outras organizações políticas, em particular o MDB e o Partido dos Trabalhadores recém-criado.

A partir de 1980, embora ainda não legalizado, o PCB já podia atuar abertamente, com a complacência do regime que se encerrava ou por meio dos militares que se acolheram em outros partidos. As campanhas eram então a de legalização do partido e, em 1984, a de "diretas já".

Essa foi conduzida em um amplo movimento não só das esquerdas, porém das oposições como um todo. Não teve êxito, mas contribuiu para viabilizar a candidatura de Tancredo Neves e a sua eleição indireta à sucessão do último presidente revolucionário.

Em 1985, o PCB obteve seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, finalmente entrando na legalidade. Nesse ano, pode-se dizer, iniciava-se o "interlúdio democrático burguês" como preconiza Gramsci.

Faltava ainda um passo decisivo: a convocação de uma Assembleia Constituinte. O objetivo foi facilmente viabilizado no clima de abertura política inaugurado com a posse do presidente José Sarney.*

## A Constituinte e a República Socialista

O novo Congresso eleito em 1986 veio investido de poderes constituintes. É interessante recordar que o presidente José Sarney tomou a iniciativa de nomear uma comissão de "Cem Notáveis" para elaborar um anteprojeto da nova Constituição. A proposta apresentada pela comissão foi de tal maneira "esquerdizante" que o presidente desistiu de submetê-la à Assembleia Constituinte. Esse fato demonstrou a extensão da opção marxista no meio intelectual brasileiro, nele incluído certamente uma parcela já marcante dos adeptos do pensamento de Gramsci.

No Congresso, os representantes constituintes de esquerda, de maneira despercebida e habilidosa, com a conivência de "socialistas" populistas, e com a omissão da maioria democrata descuidada, conseguiram ver aprovado um regimento da Assembleia em que a metodologia de elaboração da Carta lhes permitira conduzir o "trabalho fracionável", técnica de domínio de reuniões e assembleias pela minoria, por meio de artifício, manobras, manipulações e obstruções regimentais. No caso, o regimento aprovado criava um determinado número de "Comissões Temáticas", tratando separadamente dos diversos conteúdos da Constituição. Em seguida, a matéria seria harmonizada, por conjuntos de assuntos afins, em uma "Comissão de Sistematização" e, finalmente, levada a plenário para votação, não por artigos, mas em bloco, impedindo emendas parciais. Era o "fracionamento" da assembleia de modo que

* Um infeliz agravo à saúde do candidato eleito Tancredo Neves, mal de que veio a falecer, impediu a posse em março de 1985. O também eleito vice-presidente José Sarney foi empossado como presidente com base em uma interpretação de conveniência da Constituição, que poderia levantar dúvidas, mas que foi do maior interesse político, evitando a vacância da presidência e os riscos de uma nova eleição. Oportuno "golpe branco".

a minoria tivesse domínio das comissões que lhe interessavam, abrindo mão das que lhes eram secundárias.

Além do mais, o regimento admitia "emendas populares" apresentadas diretamente pela "sociedade civil organizada", isto é, por organizações de massa, tais como sindicatos, associações de classe e movimentos populares. Era uma prática incipiente da hegemonia popular de concepção gramsciana, que permitia às minorias ativas exercerem a "direção política", a pressão e o *lobby*, impondo suas ideias e reivindicações, fazendo crer que expressavam a vontade nacional. Com a técnica do "trabalho fracionável" e de pressão de base, quase que a Constituinte é levada a aprovar um projeto parlamentarista e nitidamente socialista.

Quando essa manobra ficou evidente, a maioria democrática reagiu formando um bloco, o "Centrão" que, a tempo, frustrou o intento das esquerdas. Mesmo assim, a Constituição promulgada em 1988 caracterizou-se pela complexidade, revanchismo, nacionalismo xenófobo, paternalismo, permissividade "democrática" e pelas contradições conceituais. Como veio a se manifestar o próprio presidente Sarney: "A Constituição torna o país ingovernável."

## O Partido Comunista Brasileiro e o Gramscismo

Em 1990 restava ainda um grupo importante de membros do partido adepto do gramisciano. Se a atuação da organização, desde 1979, não foi oficialmente nessa linha, sem dúvida foi por ela influenciada ou, no mínimo, com ela coincidente. Na verdade, os procedimentos políticos, que poderiam ter sido identificados como gramscianos, eram próprios da fase "econômico-corporativo" e não seriam incompatíveis com as práticas marxistas-leninistas da equivalente fase "democrático-burguesa". Certas práticas sugeridas eram até confundida com atividades de "acumulação de forças" e de "trabalho de massa" dessa linha ideológica.

Nessa época, a crise do comunismo soviético já se tornara explícito, desde que Gorbachev tentara a sua salvação com projeto reformador: a *Perestroika*. Culminou com o repentino colapso do regime soviético e a subsequente desarticulação dos regimes comunistas dos satélites do Leste Europeu. A velocidade dos acontecimentos, a debacle flagrante, a exposição das precariedades sociais e econômicas do Estado totalitário daqueles países demonstram todo o fracasso do socialismo soviético e

da ilusão do comunismo. Os acontecimentos trouxeram um momento de surpresa e de perplexidade a toda a esquerda marxista no Brasil e ao Partido Comunista Brasileiro em particular.

O PCB de orientação soviética e de vinculação ao PUCS evidentemente foi muito atingido pelo desastre. Diante da reviravolta do comunismo soviético, viu-se obrigado a rever posições e a tentar salvar seu projeto histórico, fazendo um esforço de sobrevivência e de elaboração de nova face. A reação foi rápida, o que demonstra já possuir um quadro de pessoas portadoras de um projeto novo, não só oportuno para o momento vivido pelo partido, mas adequado para o momento histórico do país: o gramscismo. No período de 30 de maio a 2 de junho de 1991, o partido realizou o seu IX Congresso. Outra vez se dividiu internamente, agora com três correntes divergentes: a primeira, a dos "renovadores", sugerindo uma definição "renovada" de socialismo; a segunda, a dos ortodoxos, marxistas-leninistas conservadores; a terceira, a que defendia um novo socialismo baseado na adaptação de Marx, Engels e Gramsci, e a aproximação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A primeira corrente saiu vitoriosa.

Assim, o velho "Partidão", o "PC Bão", vestiu roupagem nova, abandonou velhos símbolos e adotou outra denominação: Partido Popular Socialista (PPS). Passou a ser uma nova linguagem, como "pluralismo das esquerdas", "democracia radical" e outras expressões muito próprias do vocabulário gramsciano como aparece na sua proposta de declaração política ao Congresso: "Para que a esquerda se credencie ao exercício da *hegemonia*, deve ser capaz de promover a emancipação da classe operária de uma pauta estritamente *econômico-corporativa*, tornando-a apta a dirigir o país".

O novo partido argumenta com "categorias" de Gramsci, mas não assume publicamente sua linha gramsciana, aliás como seus congêneres na Europa. Os ex-PC europeus têm agora outras denominações e outras siglas, mas também não revelam abertamente a sua linha revolucionária gramsciana.*

Os marxistas-leninistas do velho partido comunista romperam com o "partido renovado" saído do X Congresso e recriaram o PCB com o mesmo nome, com a mesma sigla e com os mesmos símbolos.

---

* O antigo Partido Comunista Italiano (PCI) é atualmente o "Partido Democrático de La Sinistra" (PDS).

## AS ESQUERDAS BRASILEIRAS E O GRAMSCISMO

O conhecimento da obra e do pensamento político de Antônio Gramsci não ficou restrito a alguns membros do PCB. Teve também difusão no meio político, sobretudo depois de 1979, com o retorno ao país de muitos intelectuais e militantes de partidos e organizações de esquerda que se haviam refugiado especialmente na Europa. Os sinais de sua atuação e influência já apareceram no início da década de 1980, como difusão e uso geral de conceitos e "categorias" gramscianas nos meios de comunicação social, na manifestação artística, na atividade editorial e na linguagem política. O exemplo mais evidente é o uso que se tornou corrente da expressão "sociedade civil". Igualmente indicativo foi o surgimento no país, e cada vez mais difundidas, das denominadas "organizações não governamentais" (ONG) muitas das quais nada mais são do que aparelhos privados de hegemonia, voluntários ou de grupos homogêneos, isto é, organizações não estatais (privadas) da sociedade civil.

A partir de 1990, foi crescente a penetração de Gramsci na universidade. Aliás, já há muito, essa era área de discussão e de influência do pensamento marxista. Sem dúvida, o meio acadêmico tem sido importante centro difusor do gramscismo.

Na área política, os partidos de esquerda que repudiam tanto o marximo-leninismo quanto a social-democracia não assumem abertamente sua opção pela estratégia de Gramsci; ou fazem genéricas e retóricas referências aos seus conceitos ou simplesmente silenciam. tentam passar um discurso social-liberal, social-democrata ou o eufemismo de um não bem explicado "socialismo democrático".

Parece-nos instrutivo fazer breve reconhecimento da esquerda brasileira, destacando os partidos segundo suas posições estratégicas para a fundação do socialismo. De uma maneira mais ou menos arbitrária, a esquerda no Brasil pode ser classificada em dois blocos distintos como resumido no quadro sinóptico adiante.

Evidentemente, os partidos indicados no quadro não são os únicos, há outros partidos e grupos políticos (alguns sem registro eleitoral) que compõem as esquerdas no Brasil e que poderiam ser também colocados no esquema. Ficamos apenas nesses de maior expressão eleitoral.

**ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA**

—MARXISTA-LENINISTA (Comunista)
- Stalinista – **PC do B, PCB (novo) e MR-8**
- Trotskista – **PSTU e PCO**
- Gramscista – **PPS e PSB**

—ANARQUISTA (Comunista)
- Movimento Sectário – ONGs, Mov. Alternativos

—CAMPESINA (Maoísta ou Foquista)
- Movimento Rural – **MST e outros**

—SOCIALISTA HETERODOXO
- "Nasserista" – **PT**

**ESQUERDA REFORMISTA**

—FABIANISTA
- Social-Democrata Inglesa – Fabiana – **PSDB**

—INTERNACIONAL SOCIALISTA
- Social Democracia da II Internacional – **PDT**

**ESQUERDA CLERICAL**
- Movimento Teologia da Libertação

**ESQUERDA POPULISTA**
- Antigo Trabalhismo

1. Partido Comunista do Brasil

O *PC do B* nasceu em 1962 como dissidência do antigo Partido Comunista Brasileiro (o Partidão) quando este, aceitando diretrizes do Partido Comunista da União Soviética (XX Congresso, 1956), passou a orientar sua ação política e revolucionária pela chamada "via pacífica".

O partido manteve-se marxista-leninista de linha stalinista, adotando a concepção revolucionária maoísta (chinesa) e, mais tarde, a linha albanesa, antissoviética. Depois do colapso do comunismo soviético, reprovou o "revisionismo" do Partidão e reafirmou sua definição marxista-leninista (VIII Congresso, 1995). Recordando, o PC do B tentou a implantação de uma área de guerrilha na região de Xanbioá-Marabá, no Pará (1970-74), não tendo êxito.

2. Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

O *PSTU* foi fundado em 1994, reunindo militantes de várias organizações trotskistas, dentre as quais a principal era a Convergência Socialista (CS). A maioria dessas pessoas estava integrada ao Partido dos Trabalhadores.

O partido é marxista-leninista trotskista, revolucionário, mas contrário ao antigo stalinismo soviético.

3. Partido Comunista Brasileiro (o novo)

O *PCB* (o novo) foi fundado em 1992 por um grupo ortodoxo dissidente do antigo partido que, no seu X Congresso, transformara-se em Partido Popular Socialista (PPS) em razão de uma nova formulação político-ideológica.

O novo PCB manteve-se fiel ao marxismo-leninismo, mas ambiguamente declara que seu objetivo é "construir o socialismo por via institucional". Todavia, admite a "ruptura" para conquistar o poder.

4. Partido Popular Socialista

O *PPS* foi fundado em 1991 por transformação ("renovação") do antigo PCB, por deliberação da maioria dos seus representantes no X Congresso.

Assumiu uma concepção político-ideológica de forte inspiração gramsciana. Entretanto, a sua definição pública é ambígua, pretendendo ser geralmente reconhecido como partido de "centro-esquerda", ocupando uma posição entre a direita liberal e a esquerda socialista (algo como o Partido Trabalhista inglês). Essa definição contradiz sua original afirmação comunista. O partido optou por um político burguês para seu candidato à Presidência da República, forma de atrair o apoio da classe média (aliança de classes), como seu antecessor PCB já havia tentado em 1934 ao admitir Luiz Carlos Prestes nos seus quadros.

5. Partido Socialista Brasileiro

O *PSB* foi registrado em 1985, valendo-se da velha sigla do Partido Socialista criado em 1947 e extinto em 1965.

Em Portugal (1975), um grupo de militantes brasileiros de várias tendências de esquerda (grupo "Debate") publicou um documento

intitulado "Plataforma Política para a União dos Comunistas Brasileiros (UCB)" em que apontava conclusões a que chegara ("autocrítica") sobre o fracasso do movimento comunista revolucionário no Brasil entre 1964 e 1974. Uma das conclusões foi referente à necessidade de unir os marxistas e oprimidos em um só partido. Na prática, isso não aconteceu, cada um optando por uma solução que lhe parecesse melhor para realizar tal fim. No entanto, alguns daqueles militantes e outros que haviam permanecido no país na clandestinidade, inclusive muitos que haviam participado da luta armada, resolveram pela fundação do PSB.

O partido fez opção pelo "socialismo democrático" (não confundir com social-democracia), afirmando colocar-se entre o liberalismo e o marxismo-leninismo: posição parecida com a do PPS.

O PSB faz muitas afirmações que são indicativas da inspiração marxista-gramscista. Contudo, é ambíguo na sua exata definição político-ideológica: "não somos liberais, nem comunistas; somos socialistas". Na sua visão socialista, "o Estado e a sociedade tendem a se confundir"; sugestiva referência ao Estado Ampliado de Gramsci.

6. Partido dos Trabalhadores

O *PT* foi fundado em 1979 por sindicalistas do ABC paulista. Com o apoio do clero progressista, implantou-se rapidamente em âmbito nacional.

O partido, que se define como socialista, é radical na atuação política, expondo uma prática semelhante ao "nasserismo", socialismo autóctone sem referências ao marxismo. Ao mesmo tempo, aproxima-se da concepção política de Gramsci, sobretudo na atuação dos seus intelectuais orgânicos, muito ativos e bem colocados na estrutura partidária, nas bases, na cúpula e nos níveis intermediários.

Eles dão coesão ao partido, entidade que reuniu em seu bojo grupos que se aplicaram à luta armada no período de 1966 a 1974, abrangendo "militaristas" ("guevaristas") e trotskistas. Compunham o bloco dos "organizados" que concorria internamente com a "articulação", bloco dos sindicalistas fundadores e de outros elementos intelectuais de esquerda. O PT é um elemento aglutinador e expressão política dessa heterogênea associação. Efetivamente, as divergências de pontos de vista são muito bem administradas por uma espécie de "centralismo

democrático" admirável, garantindo uma unidade de ação surpreendente. Seus objetivos são revolucionários embora proponha uma práxis reformista.

7. Partido Democrático Trabalhista

O *PDT* foi criado em 1979, pretendendo resgatar o antigo Partido Trabalhista Brasileiro de Getúlio Vargas e a sigla PTB, identificada com o velho nacionalismo populista dos anos 1950 e início dos anos 1960. A sigla foi, na época, disputada também por Ivete Vargas, sobrinha do ex-presidente. Decisão judicial deu ganho de causa à deputada, daí porque o novo partido veio a adotar a denominação que hoje tem.

O partido é vinculado à Internacional Socialista (social-democracia), mas o seu socialismo ganhou feição nacionalista-populista ("socialismo moreno"), antiamericanista, expondo uma prática política "nasserista" (socialismo autóctone não marxista).

8. Partido da Social-Democracia Brasileira

O *PSDB* nasceu em 1988 da dissidência de um grupo de esquerda (os "autênticos") do PMDB, logo após a promulgação da nova Constituição.

O partido define-se como social-democrata, mas não conseguiu a filiação à Internacional Socialista. Aderiu à linha social-democrata inglesa inspirada na *Fabian Society* fundada em 1883-84 por um grupo de intelectuais.

Elegeu o presidente da República em 1994 exigindo, a partir daí, uma prática política "autoritária". Conseguiu do Congresso uma emenda à Constituição que lhe garantiu reeleger o presidente. É partidário do parlamentarismo.

Pode-se verificar que pelo menos três partidos políticos trazem em suas definições ideológicas e pragmáticas conceitos gramscianos ainda que não deixem clara a adoção plena da concepção revolucionária que corresponde à "guerra de posição".

O Partido Popular Socialista (PPS) teria todas as qualificações e respaldo dos seus antecedentes de luta (duas tentativas concretas de tomada do poder) para pretender ser a vanguarda revolucionária da "transição para o socialismo". Como partido político, porém, ainda não se restabeleceu dos golpes e contratempos que vem sofrendo desde 1964, estando falto de estrutura, prestígio e projeção.

O Partido dos Trabalhadores (PT) demonstra mais eficiência e coerência na aplicação dos conceitos gramscianos, embora não seja uma organização ideologicamente marxista (como vimos, sua concepção aproxima-se mais do "nasserismo"). É notável o "protagonismo" e o desempenho dos seus "intelectuais orgânicos", preparados e atuantes como dirigentes e educadores nos três níveis da estrutura partidária, como preconizado por Gramsci.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) abriga em seu interior membros com experiência revolucionária, bem como um corpo de intelectuais orgânicos. Esses estão concentrados na cúpula partidária. A identificação com Gramsci é mantida encoberta por uma aparência social-democrata de conveniência.

## O Brasil e a Revolução no Ocidente

A estratégia revolucionária de Gramsci veio bem a calhar como uma "alternativa" acabada ao marxismo-leninismo em crise e posto sob crítica desde a queda do Muro de Berlim em 1989, notadamente para o histórico PCB. Contudo, não foi só por esse aspecto imediato que o gramscismo veio a calhar. Efetivamente, a concepção de Gramsci veio também no momento histórico certo para o movimento revolucionário no Brasil.

O país, a partir de 1930, ganhou um projeto nacional que, apesar dos tropeços e de algumas descontinuidades, avançou consistentemente sob diferentes formas. Foi capaz de proporcionar ao Brasil magnífico progresso econômico (industrialização), político e social que se refletiu positivamente no desenvolvimento da "sociedade civil" e na modernização do capitalismo, embora com forte participação do Estado. O Produto Nacional Bruto (PNB) é hoje o décimo do mundo. Essa evolução abrangente, resultado de uma "revolução passiva" na visão gramsciana, chegou ao seu momento culminante nos anos 1970, como resultado do programa de desenvolvimento econômico e social da Revolução de 1964.

De acordo com os comentadores de Gramsci, o Brasil deixara de ser uma sociedade do tipo "oriental" e, definitivamente, tornara-se uma sociedade do tipo "ocidental". Conclusivamente, o modelo revolucionário bolchevista ou marxista-leninista de assalto ao poder ("guerra de

movimento") já não se aplica, de modo adequado, ao Brasil, mas de preferência a nova e atualizada concepção da "guerra de posição". E é isso, de fato, o que se está desenrolando no país.

Recordando as fases do processo gramsciano de transição para o socialismo, podemos dizer que a fase econômico-corporativa no Brasil teve um momento particular em 1964, quando ocorreu a intervenção político-militar que frustrou o projeto do PCB de tomada do poder e que também depôs o presidente Goulart com ele aliado (que, aliás por si mesmo, tinha um projeto próprio de golpe de Estado). A partir de então, o país viveu um período político autoritário que as esquerdas identificaram, por conveniência ideológica, como "ditadura militar fascista".

A sensibilidade política do Partido Comunista Brasileiro (ainda fiel ao marxismo-leninismo) e das oposições em geral os levou à formação de um projeto comum muito coincidente com a concepção estratégica de Gramsci para essa fase. Possivelmente, pesou a influência de intelectuais gramscistas que já apareciam no cenário das esquerdas. Os empreendimentos recomendados por Gramsci na fase econômico-corporativo foram seguido pelo PCB, ou seja, luta pela:

- Abertura política;
- Eleições livres;
- Anistia;
- Redemocratização;
- Constituinte.

Diferentemente, grupos açodados e radicais (foquistas, trotskistas e maoístas) optaram pela insensata luta armada, "guerra de movimento", que não conseguiu ir além do terrorismo urbano. Foi um desastre que só resultou no endurecimento do regime e na sua maior duração. De qualquer modo, com a derrota das organizações armadas, o processo de abertura foi iniciado pelo próprio regime de 1979.

Em 1985, o país estava redemocratizado e, em 1988, uma nova Constituição que, se não chegou a antecipar uma república socialista, quase chegou a ela.

Com a crise do comunismo soviético e seus reflexos no movimento comunista no Brasil (a reformulação do PCB, transmudado em PPS, e a

formação de outros partidos de inspiração gramsciana, estava terminada a *fase econômica-corporativa* e tinha início a *fase de luta pela hegemonia* (1991).

Agora, a atuação mais importante passa a ser dos *intelectuais orgânicos* e dos intelectuais tradicionais "adesistas".

Tirante o corpo de intelectuais orgânicos do Partido dos Trabalhadores que está bem estruturado e atuante em todos os níveis, os demais intelectuais estão difundidos nos partidos, nos órgãos de comunicação social, nas cátedras, nos "aparelhos privados de hegemonia", nas ONGs, nas comunidades (de moradores, de favelas, acadêmicas, de minorias etc.) e na manifestação artística, ativos e conscientes politicamente, mas sem evidências nítidas de vinculação com as organizações políticas. É uma atuação difusa, abrangente, anônima na generalidade, mas muito efetiva, "moderna" e uníssona.

A luta pela hegemonia é desenvolvida em uma "frente popular" tácita, nem sempre muito coesa, mas que envolve praticamente todos os partidos de esquerda. Embora divergente em determinados aspectos teóricos e práticos, têm pontos afins de atuação revolucionária. Os empreendimentos dessa fase gramsciana, envolvendo sobretudo a *reforma intelectual e moral da sociedade e a neutralização do aparelho hegemônico da burguesia*, encontram correspondência na atuação dos partidos "socialistas democráticos" e na dos partidos marxistas-leninistas, particularmente no "trabalho de massa" destes, concretizando um amplo "pluralismo socialista" que, nessa fase, é bem-vindo para todos.

Podemos fazer breve e imediata constatação de alguns temas trabalhados e dos resultados já alcançados, particularmente em três empreendimentos:

- Superação do senso comum;
- Neutralização dos aparelhos de hegemonia da burguesia;
- Ampliação do Estado.

## Superação do Senso Comum

O senso comum é o conjunto das opiniões aceitas pela generalidade das pessoas da sociedade, parecendo que opiniões discrepantes sejam desajustadas.

A superação do senso comum significa a substituição e modificação de valores, tradições, costumes, modo de pensar, conformidade religiosa e social, sentimentos e outros elementos que dão à sociedade coesão interna, consenso e resistência a mudanças ideológicas. Como parte da ação revolucionária, é uma sutil subversão dos valores contidos no senso comum que servem de critério de comportamento e de julgamento. Substituídos por outros, modificam significativamente o modo de pensar, de agir e de sentir das pessoas, contribuindo para a "reforma intelectual e moral" de toda a sociedade.

Na sociedade brasileira, podemos constatar, sem muito rigor sociológico e psicológico, mas observando o "presente e o passado" com atenção, que, desde os anos 1980, alguns critérios, antes bastante sólidos no senso comum, foram modificados radicalmente. As novas gerações nem mais podem percebê-los.

Para os moços, nada mudou porque não conheceram os velhos valores. Para os mais velhos, as modificações até parecem "espontâneas", naturais, evolutivas, aceitáveis como sinal dos tempos. Contudo, na verdade, são o resultado de uma "penetração cultural" bem conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de 20 anos.

Tentaremos identificar algumas dessas mudanças, apontando, de início, as que não podem ser simplesmente atribuídas a uma natural evolução social e moral, para demonstrar a existência de um impulso de "direção consciente" por trás do fenômeno:

- O conceito de livre opinião (independência intelectual) está sendo substituído pelo conceito de "politicamente correto". A legítima e franca opinião individual vai sendo "socializada" por substituição pela "opinião coletiva" politicamente ("homogênica") correta ("ética"). Esse resultado é obtido especialmente pelo "patrulhamento ideológico" (controle intelectual e censura) e pela "orquestração" (repetição).
- O conceito de legalidade está sendo substituído pelo conceito de "legitimidade". A norma legal perde a eficácia diante da violação dita socialmente legítima. A invasão de terras, a ocupação de imóveis e prédio públicos, o bloqueio de vias de circulação, o saque de estabelecimentos são legítimos (éticos) porque correspondem a "reivindicações justas".

- O conceito de fidelidade pessoal (dever e compromisso) é substituído pelo de "felicidade individual". O prazer (em oposição à solidariedade, ao altruísmo, à abnegação) é o critério do comportamento social e moral, moderno e livre.
- O conceito de cidadão está sendo substituído pelo conceito de "cidadania". O termo cidadania perde o sentido de relação do indivíduo com o Estado, no "gozo dos direitos civis e políticos e no desempenho dos deveres para com ele" e passa a ser uma relação de demanda de minorias ou de grupos organizados. Embora não seja aparente, é um instrumento diretamente ligado à luta pela hegemonia, significando o ativismo das pessoas por intermédio de ou em apoio aos *aparelhos privados* de ONGs.
- O conceito de sociedade nacional está sendo substituído pelo de "sociedade civil". A comunidade como conjunto das pessoas independentes, com sentimento e interesses comuns, passa a ser o espaço das classes em oposição. Embora não seja aparente, é a cena da luta de classes.

Além desses exemplos, há muitas outras "superações" do senso comum, menos evidentes (mas visíveis se apontados) porque o "antes" e o "depois" já estão muito afastados no tempo e porque já estão integrados, intelectual e moralmente, sobretudo no senso comum dos mais jovens da sociedade:

- A *personalidade popular* como protagonista da história nacional em substituição ao vulto histórico, apresentando como opressor representante das classes dominantes e criação da "história oficial".
- A *História "revisada"* (na interpretação marxista) que substitui a História Pátria dita "oficial" ("invenção" do grupo dominante).
- A *união conjugal episódica* ou temporária e de pessoas do mesmo sexo em substituição à família estável e célula básica da sociedade.
- *Ecletismo religioso* em substituição ao compromisso e fidelidade à igreja de opção.
- *Moral laica e utilitária* em substituição à moral cristã e à tradição ética ocidental.

- *Discriminação racial*, dita como sutil e disfarçada e como realidade que desmente a crença "burguesa ultrapassada" de tolerância e de sociedade multirracial e miscigenada. Esse conceito recente é interessante porque se tornou senso comum apesar de todas as ostensivas evidências de que é falso; resultado da "orquestração" (afirmação repetida).
- O *preconceito*, como qualidade que estigmatiza as pessoas conservadoras ou discordantes de certas atitudes e comportamentos permissivos ou tolerantes.
- A *informalidade* em substituição à convenção e à norma social que pressupõe vinculação institucional e à tradição.
- A *amoralidade* substituindo à ética tradicional que se diz sufocar a felicidade e a liberdade individuais.
- Os *direitos humanos* como proteção ao criminoso comum (identificado como vítima da sociedade burguesa) e indiferente à vítima real (identificada geralmente como burguês privilegiado).
- *"Satanização" do "bandido de colarinho-branco"*, identificado como burguês corrupto e fraudador do povo.
- A *opinião pública* como critério de verdade maior que os valores morais tradicionais e a própria lógica, quando inconvenientes.
- A *mudança* como valor superior à conservação.
- A *ecologia* como projeto superior ao desenvolvimento econômico ("especulação" capitalista burguesa) e social.
- A *organização popular* (aparelho privado não estatal, "eticamente" superior ao organismo estatal burguês.

Os principais meios de difusão dos conceitos do novo senso comum são os órgãos de comunicação social, a manifestação artística, em particular o teatro e a novela, a cátedra acadêmica e o magistério em geral. A eles se soma a atividade editorial, com menor alcance social.

É preciso acrescentar que nem toda mudança do senso comum resulta de uma atuação intencional e direta desses intelectuais orgânicos. Algumas transformações são decorrentes de uma evolução social natural. O projeto gramsciano de superação do senso comum,

porém, é de fato um elemento desencadeador do fenômeno, criando um clima de mudanças naturalmente estimulador que elimina a estabilidade dos valores e conceitos da sociedade, enfraquecendo suas convicções culturais e suas resistências a certos projetos políticos socializantes.

## Neutralização das "Trincheiras" da Burguesia

De um modo superficial, mas apoiados nas indicações de Gramsci, podemos reconhecer as "trincheiras" do grupo dominante, da burguesia brasileira, identificando-as no conjunto das organizações estatais, da sociedade política e das organizações privadas da sociedade civil. Indicamos apenas algumas das mais significativas:

- O Judiciário;
- O Congresso;
- O Executivo (governo);
- Os partidos políticos burgueses;
- As Forças Armadas;
- O aparelho policial;
- A Igreja Católica;
- O sistema econômico capitalista.

A neutralização ("cisão"), se possível a eliminação, dessas "trincheiras" é predominantemente uma guerra psicológica (mas não só essa), visando a atingi-las e a miná-las como já vimos anteriormente, por meio do:

- *Enfraquecimento*, pela desmoralização, desarticulação e perda de base social, política, legal e da opinião pública;
- *Esvaziamento*, pelo isolamento da sociedade, perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético ("denuncismo"), quebra da coesão interna, "dissidência interna";
- *Constrangimento e inibição* por meio do "patrulhamento", penetração ideológica, infiltração de intelectuais orgânicos.

Em um modelo de guerreamento psicológico, resumiremos a constatação das ideias-força (objetivos) da penetração cultural e os temas explorados para realizá-las:

| TRINCHEIRAS | IDEIA-FORÇA | TEMAS EXPLORADOS |
|---|---|---|
| JUDICIÁRIO | • Instrumento de opressão<br>• Parcialidade<br>• Ineficiência<br>• Improbidade | • Favorecimento dos ricos;<br>• Privilégio dos burgueses;<br>• Impunidade dos ricos e dos "colarinhos-brancos";<br>• Lentidão funcional;<br>• Corrupção e privilégios dos magistrados. |
| CONGRESSO | • Ineficiência<br>• Improbidade<br>• Parasitismo | • Privilégios;<br>• Ociosidade;<br>• Escândalos;<br>• Barganhas;<br>• Falta de espírito público. |
| EXECUTIVO | • Ineficiência<br>• Autoritarismo<br>• Improbidade | • Conduta autoritária;<br>• Abuso de autoridade;<br>• Corrupção;<br>• Escândalos. |
| PARTIDO POLÍTICO | • Falta de representatividade<br>• Legenda de "aluguel"<br>• Ambição pessoal<br>• "Fascismo" | • "Fisiologismo"<br>• Falta de programa;<br>• Corrupção;<br>• Verbas de campanha;<br>• Escândalos |
| FORÇAS ARMADAS | • Ineficiência<br>• Desnecessidade<br>• Ônus para o país<br>• Fascismo | • Destinação;<br>• Acidentes de trabalho;<br>• Escândalos;<br>• Golpismo e ditadura;<br>• Tortura. |

| | | |
|---|---|---|
| APARELHO POLICIAL | • Ineficiência<br>• Truculência<br>• Improbidade | • Reforma e extinção da Polícia Militar;<br>• Escândalos;<br>• Envolvimento no crime;<br>• Violência;<br>• Corrupção. |
| IGREJA CATÓLICA | • Anacronismo da moral cristã<br>• Opressão moral e intelectual<br>• Aliança com o poder | • Celibato clerical;<br>• Escândalos sexuais;<br>• Inflexibilidade doutrinária; (homossexuais, aborto, controle de natalidade, indissolubilidade do matrimônio);<br>• A Inquisição;<br>• Papel político-histórico;<br>• Devoções populares e culto de leigos (fora das Igrejas). |
| CAPITALISMO | • Divisão de classes e exploração do proletariado urbano e camponeses<br>• Má divisão da renda | • Injustiça social;<br>• Neoliberalismo;<br>• Globalização;<br>• Desemprego. |

Todos os meios de formação do novo senso comum são também aqueles que se engajam na luta pela neutralização do "aparelho hegemônico burguês". Todavia, os elementos principais são os órgãos de comunicação de massa, não só os que estão sob controle dos intelectuais orgânicos, mas ainda os outros que acompanham a "pauta" destes, para não perderem a audiência ou os leitores dos seus veículos de divulgação.

Os órgãos da mídia "orgânica" mantêm uma pauta permanente abrangendo os temas a serem explorados. Quando os acontecimentos não trazem por si só os escândalos, a corrupção, as denúncias e os fatos e acidentes propícios à utilização, os assuntos são trazidos

a público periodicamente por meio de artifícios jornalísticos, mantendo a "orquestração". Não raro, esses artifícios valem-se da meia-verdade, da verdade manipulada, da "armação", quando não da inverdade.

Os meios de comunicação social privados e estatais da burguesia são também "trincheiras" que devem ser neutralizadas com prioridade. Isso é feito pela aquisição ou conquista econômica e cultural, mormente pela infiltração de intelectuais orgânicos e ocupação de espaço e posições na organização.

## O "Estado Ampliado"

A "ampliação" do Estado, isto é, a absorção desse pela sociedade civil, de acordo com a estratégia de Gramsci, deve ser iniciada ainda na fase de luta pela hegemonia, antes mesmo da tomada do poder.

Objetivamente, esse empreendimento é conduzido pela "sociedade civil organizada", mais precisamente pelos "aparelhos privados de hegemonia" das classes subalternas e dos seus aliados. A "ampliação" ocorre à medida que esses aparelhos (organizações) vão assumindo certas funções estatais. Por isso, as chamadas organizações voluntárias não estatais têm proliferado, muitas sob a denominação genérica de *organizações não governamentais* (ONGs), cuja sustentação financeira nunca tem sua origem muito bem conhecida. No entanto, o fato é que seus recursos não são poucos, antes são abundantes e suficientes para financiar os mais variados projetos e iniciativas e para manter grande número de pessoas ativas sob os títulos de ambientalistas, especialistas, defensores disso e daquilo, pacifistas e etc. Enfim, um exército de intelectuais orgânicos assalariados, alguns dos quais vêm ganhando notoriedade nacional e assídua presença nos meios de comunicação social.

Em termos de efetiva "ampliação do Estado", já é visível o papel das ONGs no exercício de algumas funções públicas. De início, ainda nas áreas limiares, entre a fraca função ou a omissão estatal e a iniciativa dos "indivíduos privados": ambientalismo, direitos humanos, educação, saúde, administração de comunidades e até mesmo segurança pública. Na maioria dos casos, ainda há forma de atuação reivindicatória e controladora do governo e dos governantes, como, por exemplo, protesto e obstrução a determinadas iniciativas do Estado

e a exigência de "amplo debate" e de "audiência" antecipada da sociedade civil como condição prévia para a realização de determinadas obras públicas e projetos sociais.

O mais significativo, porém, é o crescente número de convênios entre o governo e organizações não governamentais para a realização sobretudo de projetos sociais e preservacionistas. Esses convênios, além de levarem recursos públicos às entidades da sociedade civil organizada, são a maneira mais eficiente, embora lenta e discreta, de realizar a "ampliação do Estado".

Essas novidades que, à generalidade das pessoas, podem passar por uma moderna evolução da democracia, na verdade são parte da concepção gramsciana de transição para o socialismo.

Uma constatação oportuna: A luta pela hegemonia, que deveria ter por objetivo elevar as classes subalternas e torná-las grupo dirigente, se tem notabilizado mais pela realização da hegemonia de uma difusa classe constituída dos intelectuais orgânicos, os neomarxistas brasileiros. Assimilando ou tomando os intelectuais tradicionais adesistas ou ingênuos por aliados, "inocentes úteis" ou "companheiros de viagem", já constitui uma oligarquia autoritária que, fazendo a censura de fato assumindo o monopólio do discurso, exerce a direção cultural e política da sociedade civil e do próprio Estado. Age exatamente como *homem coletivo*, elaboração ideológica da vontade e do pensamento em conjunto. Esse fenômeno é um sinal premonitório de que a utópica sociedade dos *livres produtores associados* da concepção gramsciana, depois da tomada do poder, vai ceder lugar ao socialismo real, sob domínio de uma *nomenklatura* de partido ou de uma *intelligentsia* da intelectualidade dirigente. Poderá vir a ser um regime oligárquico de domínio semelhante ao do talibã no Afeganistão.

Se a *sociedade nacional* tiver aspiração diferente, está na hora (talvez a última) de formar novo Centrão, mobilizando os cidadãos democratas e não apenas seus representantes como na Constituinte de 1988.

## Finalizando

A partir da década de 1980, a revolução comunista no Brasil ganhou nova vertente inspirada na concepção gramsciana de transição para o socialismo. Essa linha convive com o pensamento e a prática

política marxista-leninista de alguns partidos, somando esforços em uma assumida postura tática de "pluralismo das esquerdas". O surpreendente êxito já alcançado no que diz respeito à penetração intelectual e moral na sociedade é significativo e começa a indicar que está chegando a um estágio o qual se poderá dizer irreversível. No momento crítico da tentativa da tomada do poder (passagem da "guerra de posição" para a "guerra de movimento"), poderão faltar a vontade nacional e os meios concretos para impedi-la.

Para fechar esse *post-scriptum*, gostaria de citar dois autores que, pela longa vivência e pelo seguro conhecimento do pensamento revolucionário de Antônio Gramsci, muito entendem da "guerra de movimento" marxista-leninista e da "guerra de posição" marxista-gramscista, embora com pontos de vista e posições intelectuais divergentes: o professor Carlos Nelson Coutinho e o filósofo Olavo de Carvalho.

Creio que as duas citações fazem a síntese dessa interpretação da concepção estratégica de Gramsci:

"Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada 'guerra de posição'."*

"Quando um partido político assume publicamente sua identidade gramsciana, é que a fase do combate informal – a decisiva – já está para terminar, pois seus resultados foram atingidos. Vai começar a luta pelo poder".**

---

* COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

** CARVALHO, Olavo de. *A nova era e a revolução cultural*: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. São Paulo: IAL & Stella Caymmi, 1994.

# Referências


AZAMBUJA, Carlos Ilitch Santos. *A hidra vermelha*. Rio de Janeiro: Editora Samizdat, 1985.

CARVALHO, Olavo de. *A nova era e a revolução cultural:* Fritjof Capra & Antônio Gramsci. 3ª edição. São Paulo: IAL & Stella Caymmi, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci:* um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

# Notas de Referências

As indicações com números entre colchetes – [1], [2], [3] etc. – remetem o leitor aos trechos selecionados de *Cadernos do Cárcere*, de Antônio Gramsci, tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho com outros, da Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

Cada nota indica o volume e a página do trecho selecionado na obra citada.

**Prólogo**

[1] Op. cit. (vol. IV, 18); (vol. IV, 108).

**GRAMSCISMO**

**Superação – Conservação do Marximismo-Leninismo**

[2] Op. cit. (vol. I, 208); (vol. III, 199); (vol. I, 155); (vol. I, 134); (vol. I, 242 e 243); (vol. I, 232); (vol. I, 203); (vol. I, 204 e 205); (vol. I, 96); (vol. III, 354); (vol. I, 289); (vol. I, 236); (vol. I, 306);

[3] Op. cit. (vol. I, 137 e 138);

Sociedade civil e hegemonia

[4] Op. cit. (vol. I, 225).

[5] Op. cit. (vol. I, 103); (vol. III, 253); (vol. I, 320); (vol. III, 271).

[6] Op. cit. (vol. III, 83); (vol. III, 93).
[7] Op. cit. (vol. I, 161); (vol. II, 20 e 21); (vol. III, 23).

PARTIDO E ESTADO

[8] Op. cit. (vol. III, 354); (vol. III, 59); (vol. III, 106); (vol. III, 67); (vol. III, 201); (vol. III, 354), (vol. III, 187).
[9] Op. cit. (vol. III, 331); (vol. III, 41); (vol. III, 254); (vol. III, 192); (vol. I, 379).
[10] Op. cit. (vol. III, 314); (vol. III, 315).
[11] Op. cit. (vol. III, 24); (Nota 10; vol. III, 361).

LUTA DE CLASSES E REFORMISMO

[12] Op. cit. (vol. III, 235); (vol. III, 53); (vol. I, 396); (vol. III, 319 e 320); (vol. III, 234); (vol. III, 315).
[13] Op. cit. (vol. IV, 87 e 88).

LIBERDADE E DEMOCRACIA

[14] Op. cit. (vol. I, 234); (vol. I, 300); (vol. I, 316); (vol. III, 240).
[15] Op. cit. (vol. III, 287); (vol. III, 204); (vol. III, 166); (vol. III, 89 e 90); (vol. III, 250); (vol. III, 200); (vol. III, 282).

À GUISA DE CONCLUSÃO

[16] Op. cit. (vol. II, 64 e 65).

### Concepção Estratégica e Gramsci

GUERRA DE MOVIMENTO E GUERRA DE POSIÇÃO

[17] Op. cit. (vol. III, 262); (vol. III, 255); (vol. III, 261); (vol. III, 124); (vol. III, 24).

CONCEITO ESTRATÉGICO DE GRAMSCI

[18] Op. cit. (vol. I, 210).

## TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

### Fase econômico-corporativa

ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

[19] Op. cit. (vol. III, 316); (vol. III, 267); (vol. III, 316 a 318); (vol. III, 59); (vol. III, 37); (vol. III, 222); (vol. III, 164); (vol. III, 199).
[20] Op. cit. (vol. III, 90 e 92); (nota 81, vol. III, 378); (vol. III, 108); (vol. III, 199).
[21] Op. cit. (vol. III, 248); (vol. III, 320); (vol. III, 166).

Defesa da Democracia

[22] Op. cit. (vol. I, 399 e 400); (vol. III, 350 e 351); (vol. III, 343).

**Luta pela Hegemonia**

[23] Op. cit. (vol. III, 47 e 48); (vol. I, 399); (vol. III, 103).

O partido e os intelectuais orgânicos

[24] Op. cit. (vol. I, 105); (vol. II, 25); (vol. II, 24); (vol. I, 283); (vol. II, 20 e 21); (vol. II, 53); (vol. I, 247); (vol. III, 303); (vol. II, 15 e 16); (vol. II, 23); (vol. I, 104); (vol. II, 18 e 19); (vol. I, 111).

Organização das classes subalternas

[25] Op. cit. (vol. III, 332); (vol. III, 80); (vol. III, 253); (vol. III, 338); (vol. III, 270).

Reforma intelectual e moral da sociedade

[26] Op. cit. (vol. I, 95 e 96); (vol. I, 108); (vol. III, 190).

*Superação do senso comum*

[27] Op. cit. (vol. I, 118 e 119); (vol. II, 209); (vol. I, 114 e 115); (vol. I, 250); (vol. I, 101); (vol. I, 126); (vol. I, 98); (vol. I, 100); (vol. II, 205); (vol. II, 175); (vol. II, 199); (vol. I, 208); (vol. III, 173); (vol. II, 95).

[28] Op. cit. (vol. I, 200); (nota 58, vol. I, 468);

[29] Op. cit. (vol. II, 206).

*A conscientização político-ideológica*

[30] Op. cit. (vol. I, 103 e 104); (vol. I, 93 e 94); (vol. I, 101); (vol. I, 103); (vol. I, 398); (vol. I, 109); (vol. I, 111).

*Formação do consenso*

[31] Op. cit. (vol. III, 119); (vol. III, 83); (vol. II, 95).

[32] Op. cit. (vol. III, 265); (vol. II, 217); (vol. I, 114).

Neutralização do aparelho hegemônico e de coerção da burguesia

[33] Op. cit. (vol. III, 73); (vol. III, 97); (vol. II, 78); (vol. I, 112); (vol. II, 79); (nota 18, vol. II, 296).

Ampliação do Estado

[34] Op. cit. (vol. III, 254); (vol. III, 262 e 263); (vol. III, 279); (vol. III, 282).

À Guisa de Conclusão

[35] Op. cit. (vol. IV, 54).

**Fase estatal**

O MODERNO PRÍNCIPE

[36] Op. cit. (vol. III, 222 e 223); (vol. III, 16); (vol. III, 60 e 61); (vol. III, 59); (vol. III, 18 e 19); (vol. III, 254); (vol. III, 307 e 308).

[37] Op. cit. (vol. III, 16 e 17); (vol. III, 210).

A CRISE ORGÂNICA

[38] Op. cit. (vol. III, 37 e 38).

*Crises político-sociais*

[39] Op. cit. (vol. III, 245 e 246); (vol. III, 186); (vol. III, 194 a 197); (vol. III, 198).

*Crises de hegemonia ou de autoridade*

[40] Op. cit. (vol. III, 60).

*Crise institucional ou crise orgânica*

[41] Op. cit. (vol. III, 222 e 223); (vol. III, 16); (vol. III, 60 e 61)

A TOMADA DO PODER

[42] Op. cit. (vol. III, 329); (vol. III, 349); (vol. III, 24); (vol. III, 46).

*A relação de forças*

[43] Op. cit. (vol. III, 40 a 45).

*O braço armado do partido*

[44] Op. cit. (vol. III, 124); (vol. III, 122 a 124); (vol. III, 125); (Nota 87, vol. III, 379); (Nota 9, vol. III, 385); (vol. III, 30); (vol. III, 76); (vol. III, 78).

FUNDAÇÃO DO NOVO ESTADO

*O Estado-Classe e o Estado Ético*

[45] Op. cit. (vol. III, 279); (vol. III, 280); (vol. III, 279); (vol. III, 204 e 205); (vol. III, 274); (vol. III, 276); (vol. III, 22); (vol. I, 89); (vol. III, 290); (vol. III, 284 e 285); (vol. III, 271).

*Imposição da Nova Ordem*

[46] Op. cit. (vol. III, 30); (vol. II, 260); (vol. III, 73); (vol. III, 74); (vol. III, 89); (vol. IV, 105); (vol. III, 69); (vol. IV, 229).

TRANSFORMAÇÕES PARA O SOCIALISMO

[47] Op. cit. (vol. III, 286); (vol. III, 28).

*As transformações da estrutura econômica*

[48] Op. cit. (vol. III, 53); (vol. I, 237); (vol. III, 261); (vol. III, 285); (vol. I, 106); (vol. III, 224).

*As transformações da sociedade civil e do indivíduo*

[49] Op. cit. (vol. I, 324).

[50] Op. cit. (vol. III, 240); (vol. III, 28); (vol. II, 248); (vol. III, 249); (vol. III, 23); (vol. II, 232); (vol. III, 289); (vol. II, 232).

[51] Op. cit. (vol. II, 17); (vol. III, 13); (vol. III, 18); (vol. III, 308);

*As transformações no sistema político*

[52] Op. cit. (vol. III, 200); (vol. III, 279); (vol. III, 319 e 320); (vol. III, 310); (vol. III, 250).

[53] Op. cit. (vol. III, 244).

## Epílogo - A utopia

### A sociedade comunista

*Visão gramsciana da sociedade comunista*

[54] Op. cit. (vol. III, 238).

[55] Op. cit. (vol. III, 223 e 224); (vol. III, 315); (vol. I, 260).

*O desaparecimento do Estado para Gramsci não é imediato*

[56] Op. cit. (vol. III, 286); (vol. III, 244 e 245).

### A passagem para o comunismo

[57] Op. cit. (vol. III, 51); (vol. I, 243); (vol. I, 212).

*O bloco histórico concreto*

[58] Op. cit. (vol. III, 26); (vol. I, 289); (vol. I, 283); (vol. I, 250); (vol. I, 121); (Nota 22, vol. I, 461); (vol. I, 237).

*A catarse*

[59] Op. cit. (vol. I, 314 e 314).

[60] Op. cit. (vol. I, 140); (vol. III, 36); (Nota 36, vol. I, 463); (vol. III, 36 e 37); (vol. I, 203 e 204); (vol. I, 206 e 207); (vol. III, 295); (vol. III, 286 e 287).

| | |
|---|---|
| Composição e diagramação | Julia Duarte |
| Número de página | 132 |
| Formato | 16 x 23 cm |
| Mancha | 29 x 45 paicas |
| Tipologia | Cambria |
| Corpo/entrelinha | 11,5/14,5 pt |
| Papel miolo | Pólen Soft 80g |
| Papel capa | Cartão Supremo 240g (plastificado) |
| Impressão e acabamento | Ediouro Gráfica |

## Editorial 2012
## Coleção General Benício

***História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai***
Tasso Fragoso

***A Ascensão da China***
David C. Kang

***Os Centuriões***
Jean Lartéguy

***Ação sob Fogo!***
*Fundamentos da motivação para o combate*
Fernando Rodrigues Goulart

***Em Busca do Poder***
*Tecnologia, força armada e sociedade desde 1000 d.C.*
William H. McNeill

***A Revolução Gramscista do Ocidente***
Sérgio Coutinho

***Mulher de Militar***
Dímia Fargon

***Rio Branco***
*Sua vida, sua obra*
Affonso de Carvalho

***U-507***
*O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*
Marcelo Monteiro

***Peregrino do Universo***
Emerson Rogério de Oliveira

O objetivo deste livro é exatamente tentar "traduzir" Gramsci, ou melhor, decodificar Gramsci; fazer uma "exegese" do conteúdo revolucionário contido no pensamento político exposto nos *Cadernos do Cárcere*. Portanto, não pretende ser uma obra crítica, mas um livro didático.

A pretensão é extremamente ambiciosa, mas está bem delimitada: sistematizar e descrever com a clareza possível a *estratégia gramsciana de transição para o socialismo*. Entender a sua concepção revolucionária de tomada do poder.

(...)Apesar dessa boa intenção, advertimos que a leitura de Gramsci não é muito fácil. Sua concepção revolucionária, embora lógica, completa e objetiva, é muito complexa, exigindo algum esforço para ser bem entendida.

Mesmo assim, julgamos que a exploração paciente deste livro será gratificante pela revelação que pretende fazer: a estratégia gramscista de transição para o socialismo não é uma teoria idealista, todavia um processo revolucionário objetivo e eficaz em todas as suas premissas e decorrências.

Publicação 884
Coleção General Benício
Volume 488

ISBN 978-85-7011-490-7